

**O Impacto da Revolução Francesa na Historiografia Portuguesa
Oitocentista: uma perspectiva comparada**

Joana Isabel Santos

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a
orientação científica de Daniel Ribeiro Alves

Novembro 2017

Para os meus Pais

Agradecimentos

Demonstrar em poucas palavras a minha gratidão profunda e sincera àqueles que sempre me apoiaram na realização dos meus sonhos e objectivos parece-me ser insuficiente. Um simples obrigado não chega. Nem uma folha de papel. Ainda assim, tentarei da melhor maneira possível evidenciar o meu apreço pelo apoio incondicional que me deram, tanto na licenciatura como no mestrado. Neste sentido, existem alguns rostos que não podia, simplesmente, deixar de referir.

Em primeiro lugar, queria agradecer ao meu orientador, ao professor doutor Daniel Ribeiro Alves por me ter ajudado, desde sempre, ao longo da minha vida académica. Os conhecimentos e as críticas construtivas que proporcionou contribuíram para uma melhor formação, tanto enquanto pessoa como historiadora. O interesse que demonstrou pelo tema da tese, bem como o seu respectivo acompanhamento e por ter estado disponível para me auxiliar tornou este projecto possível.

As outras palavras dirigem-se agora para os meus amigos e colegas de licenciatura e de mestrado. O vosso apoio e ajuda foram inestimáveis. Os sábios conselhos e sugestões conduziram-me até aqui. Não irei mencionar nomes, pois não desejo cair em injustiças nem em desvalorizações com nenhum de vós.

Queria deixar por escrito uma palavra de agradecimento à Biblioteca Nacional de Portugal e aos seus funcionários. Durante alguns meses, a biblioteca tornou-se uma segunda casa e foi, graças, a esta instituição que este projecto ficou concluído. Os sorrisos calorosos dos funcionários ajudaram-me a enfrentar os dias de estudo e de trabalho, tornando-o mais motivador.

Para terminar, a minha família. Um agradecimento muito especial aos meus avós, Maria Fernanda e José António Pegado, e à minha tia Lili. As suas histórias e experiências ajudaram-me a compreender a importância da história e da memória. Também ao meu irmão Rui, pelas palavras de incentivo e de persistência. E, por último mas não menos importante, aos meus pais, Anabela e João Paulo. Pelo amor, amizade, apoio incondicional e por todo o esforço para que conseguisse aqui chegar. Obrigada.

O Impacto da Revolução Francesa na Historiografia Portuguesa Oitocentista: uma perspectiva comparada

Joana Isabel Santos

Palavras-chave: Revolução Francesa; Historiografia; Portugal; Século XIX; Memória

A Revolução Francesa e os seus princípios influenciaram e modificaram o pensamento e a mentalidade da sociedade portuguesa de Oitocentos. A Revolução e os seus efeitos, quer positivos quer negativos, ficaram inevitavelmente na memória e no coração de muitos indivíduos dessa época. O tempo e a história, enquanto fios condutores da memória, auxiliaram os historiadores portugueses oitocentistas a escreverem “histórias” e “memórias” sobre a influência da Revolução Francesa no seu país: Portugal.

Deste modo, a dissertação de mestrado pretende, a partir das várias gerações de autores oitocentistas, compreender através de uma história comparada como é que a vida pessoal, o percurso escolar e a ideologia política influenciaram o pensamento e a visão do historiador sobre o impacto da Revolução Francesa em Portugal, nos séculos XVIII e XIX. Paralelamente pretende-se, com base nestas linhas de interpretação, perceber como é que estas perspectivas possibilitaram a construção de memórias diferentes e contrárias da Revolução Francesa na historiografia portuguesa do século XIX.

The impact of the French Revolution on Portuguese Nineteenth-Century Historiography: a comparative perspective

Joana Isabel Santos

Keywords: French Revolution; Historiography; Portugal; Nineteenth-Century; Memory

The French Revolution and its principles influenced and changed the thought and the mentality of the nineteenth century portuguese society. The Revolution and its effects, either positive or negative, necessarily stayed in the memory and in the hearth of many individuals of that epoch. As memory conducting wire, time and history, helped the nineteenth century portuguese historians to write “stories” and “memories” about the influence of the French Revolution on their country: Portugal.

From the diverse historian’s generation, the present dissertation intends to understand through a comparative history how the personal life, the scholar route and the policy ideology influenced the historian thinking and view about the impact of the French Revolution in Portugal, on the eighteenth and nineteenth century’s. Based on those interpretation lines it also seeks to realize in what way these perspectives enabled the construction of different and contrary memories of the French Revolution on the nineteenth century portuguese historiography.

Índice

Introdução	1
Enquadramento e Objectivo.....	1
Estado da arte.....	1
Objecto de estudo, questões e cronologia	7
Crítica às fontes	8
Metodologia e Organização	12
A importância da Revolução Francesa na História e na Memória da Humanidade	15
A “Época das Luzes” e o seu eco no Portugal Oitocentista	19
A influência da Revolução Francesa e dos seus ideais no domínio histórico e político do Portugal Oitocentista	27
A Memória da Revolução Francesa na Historiografia Portuguesa Oitocentista	30
O retrato biográfico dos historiadores	34
A biografia política-ideológica	40
As fontes e as memórias dos historiadores oitocentistas	50
Os objectivos e as posições político-ideológicas dos historiadores.....	56
O confronto das interpretações e das posições político-ideológicas dos autores em estudo a partir de uma perspectiva comparada.....	65
As técnicas de análise do discurso e os sentimentos dos autores	65
O confronto das diferentes políticas de “memórias” dos historiadores	76
Conclusão	95
Fontes e Bibliografia	103
Anexos.....	116

Introdução

Enquadramento e Objectivo

Os séculos XVIII e XIX representaram profundas mudanças de paradigmas. O conjunto de revoluções de cariz liberal, que tiveram lugar no Novo Continente e na Europa, vieram alterar e modificar, de forma profunda, a ordem política e social vigente do Antigo Regime. A influência e a inspiração dos ideais iluministas contribuíram, de forma determinante, para o percurso destes acontecimentos históricos e para essas transformações. Uma dessas revoluções foi, designadamente, a Revolução Francesa que, enquanto acontecimento histórico, representou não só o fim da sociedade de ordens como o início de uma nova era: a época contemporânea.

Ocorrida em Paris, na capital da França, a revolução perdurou no tempo e na memória histórica, política e social. As ramagens desta revolução memorialística que tiveram, então, lugar no coração do Velho Continente desencadearam, ao longo dos séculos e dos anos, outras revoluções que carregavam consigo o mesmo espírito liberal da Revolução Francesa. Exemplo disso foi a Revolução Liberal Portuguesa de 1820. É nesta óptica que a presente dissertação de mestrado tem como principal objectivo demonstrar a importância que a Revolução Francesa e a sua memória tiveram no Portugal Oitocentista, de finais do século XVIII a finais do século XIX. Procurar evidenciar as várias “memórias” que perduraram no Portugal de Oitocentos será, assim, muito relevante para que se compreenda melhor o impacto da Revolução Francesa. Este objectivo será perseguido através de uma análise à produção de cariz historiográfico publicada por autores portugueses entre 1810 e 1903.

Estado da arte

O estudo em torno da Memória tem sido uma temática a que muitos historiadores se dedicaram para compreender a relação do homem com o seu passado ao longo do tempo. Tome-se como referência Enzo Traverso, Fernando Catroga ou Sérgio Campos Matos¹.

¹ Sobre este assunto consulte, por exemplo: Catroga, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001; Matos, Sérgio Campos, *Memória e Nação: Historiografia Portuguesa de*

A pluralidade de memórias existentes, quer a individual como a colectiva, ao ajudar a manter viva a consciência de uma experiência do passado permite-nos construir e apreender diferentes visões dos acontecimentos, estando estes sujeitos “*a transformações, dependendo do lugar que cada indivíduo ocupa na sociedade*”². A memória histórica representa, portanto, os alicerces de identidade de uma Nação, na medida em que os grandes acontecimentos, designadamente, a Revolução Francesa, ao saírem fora do comum, dos hábitos quotidianos, permanecem na memória.

Sendo a Revolução Francesa um marco na História da Humanidade, a historiografia (mundial) não poderia ficar indiferente. Muitos estudos e obras têm sido feitos para evidenciar o seu impacto e o legado que nos deixou. A evolução constante da historiografia permite aceder a diversas perspectivas sobre como é que cada autor encarava a Revolução Francesa no contexto do seu tempo histórico.

Num primeiro grupo temos Michel Vovelle que ao se encontrar no meio da historiografia revisionista e marxista apresentou uma perspectiva diferente da tradicional/marxista. Veja-se o seguinte exemplo: “*as nossas perspectivas alargaram-se: novos territórios se abriram com a ênfase colocada nas últimas décadas sobre a história das mentalidades, bem como sobre a história cultural, em suma, as maneiras de ser, de sentir, de pensar*”³.

No seguinte podemos agrupar os historiadores François Furet, William Doyle e Simon Schama no grupo dos revisionistas: Furet criticou a historiografia marxista ao falar que a partir de 1789 houve uma “*obsessão das origens*” e que este ano representou “*o ano zero do mundo novo, fundado na igualdade*”. O autor considerou que o fim da Revolução Francesa não existiu: teve pois “*um nascimento, mas não um fim*” tanto que Furet sonhava “*também com uma história da Revolução infinitamente mais longa, bastante mais alargada para jusante, e cujo termo não intervém antes do fim do século XIX ou princípio do século XX*”⁴. William Doyle discutiu e analisou detalhadamente diversos aspectos da Revolução Francesa designadamente as suas causas, tentando dar uma reinterpretação diferente da tradicional⁵. Simon Schama revelou aos leitores um

divulgação e nacionalismo (1846-1898), Lisboa, Universidade de Lisboa, 1995, (Tese de Doutoramento em História, texto policopiado) e Traverso, Enzo, *O Passado – Modos de usar*, Lisboa, Edições Unipop, 2012.

² Matos, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Colibri, 1998, p. 56.

³ In, Vovelle, Michel, *A Revolução Francesa 1789-1799*, Lisboa, Edições 70, 2007, p. 8.

⁴ Furet, François, *Pensar a revolução francesa*, Lisboa, Edições 70, 1988, pp. 16 e 18.

⁵ Doyle, William, *Origins of the French Revolution*, Oxford, Oxford University Press, 1999 e Doyle, William, *The Oxford History of the French Revolution*, Oxford, Oxford University Press, 2002.

Antigo Regime mais “vivo” e não “moribundo”, contrariando a visão clássica e marxista da Revolução Francesa – um período de grandes conturbações e revoltas e tumultos populares que contestavam o Antigo Regime⁶.

No último grupo encontra-se David Andress: ao escrever diversas obras sobre o período do Terror e sobre a sociedade francesa durante a Revolução o autor evidenciou o surgimento de novas informações e dados históricos, através de uma visão não conservadora da Revolução Francesa⁷.

Em termos gerais, podemos afirmar que a historiografia debruçou-se bastante sobre a Revolução Francesa e o seu impacto no Mundo. As diversas tipologias de historiografias permitem-nos possuir diferentes abordagens e visões sobre a Revolução Francesa.

Outras maneiras de assinalar e relembrar a importância da Revolução, da sua memória e das consequências, tanto imediatas como a longo prazo, foram os diversos colóquios internacionais, conferências e palestras⁸, realizados no estrangeiro e em Portugal. A historiografia portuguesa para retratar o impacto da Revolução Francesa em Portugal, no século XVIII, recorreu a diversos subtemas nomeadamente a Época das Luzes. Sobre este assunto alguns historiadores portugueses falam sobre a influência que muitos filósofos, como Voltaire, Rousseau e Raynal, tiveram no domínio político, social e cultural português desde finais do século XVIII e ao longo do século XIX⁹. Paralelamente, o desenvolvimento da Imprensa, dos jornais e dos periódicos são uma forma de demonstração do eco da Revolução. Conforme salienta José Miguel Sardica eram através destes “*mass media*” que se conseguia obter uma divulgação rápida do

⁶ Schama, Simon, *Cidadãos: uma crónica da Revolução Francesa.*, Porto, Civilização, 2011 (versão em inglês e data da primeira publicação: *Citizens, Chronicle of the French Revolution*, United States, Random House, 1989).

⁷ Andress, David, *O terror: a guerra civil na Revolução Francesa*, Porto, Civilização, 2007.

⁸ Sobre este assunto consulte Ribeiro, Maria Manuela Tavares, “A memória da Revolução Francesa nos movimentos revolucionários de 1848 em Portugal e no Brasil”, in *Revista História das Ideias*, Coimbra, s/n, 1989; Colóquio a Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil, Universidade do Porto (eds.), *A recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil: actas*, Porto, Universidade, 1992; Colóquio *Portugal da revolução francesa ao liberalismo: actas*, Universidade do Minho (eds.), Braga, Universidade do Minho, 1988; Colóquio de História Militar, Portugal. (eds.), *Portugal e os abalos político-militares da revolução francesa no mundo: actas*, Lisboa, C.P.H.M, 2001 e Colóquio *La Revolution Française vue par les Portugais: actas*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

⁹ Sobre este assunto veja Colóquio a Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil, Universidade do Porto (eds.), *A recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil: actas*, Porto, Universidade, 1992, pp. 151, 353 e 354; Santos, Maria Helena Carvalho dos, *Portugal no século XVII [i.é XVIII] de D. João V à revolução francesa: comunicações*, Lisboa, Universitária, 1991, p. 69; Marques, A. H. de Oliveira, *Ensaio de historiografia portuguesa*, Lisboa, Palas, 1988, p. 29 e Ramos, Luís A. de Oliveira, *Sob o signo das “Luzes,”* Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988, p. 29.

processo revolucionário francês. A própria *Gazeta de Lisboa* e o *Jornal Enciclopédico* são exemplos bastante elucidativos nesta questão¹⁰.

Fruto do Iluminismo e de toda uma nova conjuntura que estava a nascer, os alicerces sociais tradicionalistas da sociedade portuguesa oitocentista acabaram por ser, inevitavelmente, abalados. O surgimento da Maçonaria, consequência do Espírito das Luzes e que havia sido fortalecido pela Revolução Francesa, contribuiu para esse estremecer de teor social¹¹. De forma a impedir a penetração das tendências iluministas e dos ventos revolucionários provenientes de França que viriam a colocar em perigo o Antigo Regime foram feitas perseguições aos adeptos partidários da Revolução e dos emigrantes franceses, em particular, durante o Terror (a partir de 1793). Neste contexto, os historiadores portugueses dedicaram-se ao estudo da Intendência Geral da Polícia, designadamente, a figura de José Inácio de Pina Manique¹². Por outro lado, estudos e teses sobre o reinado de D. Maria I, a *Piedosa*, foram uma das formas que muitos historiadores encontraram para estudar a Revolução Francesa. Isto porque foi durante o seu reinado que se deram os acontecimentos pré-revolucionários e revolucionários franceses. A correspondência diplomática trocada entre a rainha e D. Vicente de Sousa Coutinho ajuda-nos a compreender o ambiente vivido em França e o modo como os políticos e os representantes dos Estados Gerais e, mais tarde, da Assembleia Nacional Constituinte encaravam estes novos ventos de mudança¹³.

¹⁰ Vide, Ramos, Luís A. de Oliveira, Sob o signo das “Luzes,” Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988., p. 143 e 144 e Sardica, José Miguel, *A Europa Napoleónica e Portugal: messianismo revolucionário, política, guerra e opinião pública*, Parede, Tribuna da História, 2011, p. 199.

¹¹ Sobre a criação e o impacto da maçonaria em Portugal consulte: Dias, Graça da Silva, *Os primórdios da maçonaria em Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980 e Ventura, António, *Uma história da Maçonaria em Portugal, 1727-1986*, 1a ed., Lisboa, Círculo de Leitores, 2013.

¹² Vide, Colóquio *Portugal da revolução francesa ao liberalismo: actas*, Universidade do Minho. (eds.), Braga, Universidade do Minho, 1988, pp. 19 e 32; Ferro, João Pedro, *A população portuguesa no final do antigo regime: 1750-1815*, 1a ed., Lisboa, Presença, 1995, pp. 86 e 87; Santos, Maria Helena Carvalho dos, *Portugal no século XVII [i.é XVIII] de D. João V à revolução francesa: comunicações*, Lisboa, Universitária, 1991, pp. 24, 607 e 608; Chaves, Castelo Branco, *A emigração francesa em Portugal durante a Revolução*, Lisboa, Instituto Cultura e Língua Portuguesa, 1984, pp. 16 a 66; Ramos, Luís A. de Oliveira, Sob o signo das “Luzes,” Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988, pp. 148 a 156 e Alves, José Augusto dos Santos, *A revolução francesa e o seu eco em Portugal nos arquivos da Intendência Geral da Polícia em finais do século XVIII e princípios do século XIX*, Lisboa, Universidade Nova, 2004.

¹³ Vide, Ramos, Luís de Oliveira, *D. Maria I*, s/l, Temas e Debates, 2010; Borrêcho, Maria do Céu de Brito Vairinho, *D. Maria I: A formação de uma Rainha*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1993, (Tese de Mestrado em História Cultural e Política, texto policopiado) e Matos, Manuel Cadafaz, *Diário da Revolução Francesa*, Lisboa, Edições Távola Redonda, 1990 e Pintassilgo, Joaquim, “A Revolução Francesa na perspectiva de um Diplomata Português”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 10, 1988.

Sobre as consequências a longo prazo da Revolução Francesa, a historiografia portuguesa, tendencialmente, aborda as invasões francesas ou napoleónicas pegando, sobretudo, nos efeitos e nos resultados sociais, políticos, económicos, culturais e religiosos; no modo como a sociedade encarou os invasores; na descrição pormenorizada das três invasões e na saída da Família Real e da Corte para o Brasil. Igualmente de destacar é a temática sobre a Revolução Liberal Portuguesa ocorrida no dia 24 de Agosto de 1820¹⁴. A Revolução de 1820 é bastante estudada pela historiografia portuguesa devido ao facto de ter marcado o início da contemporaneidade. E nesta óptica foi a primeira Revolução de teor liberal, inspirada no legado e na memória da Revolução Francesa a ocorrer em Portugal: “*considerando o ideário liberal, os resultados da sua aplicação, bem patentes no urdimento constitucional, e ainda os princípios da organização política e da prática da vida política, vemos que muita coisa mudou em Portugal por efeito da repercussão prevalecente de mensagens de raiz francesa*”¹⁵.

Todavia, não se dedicou ao impacto, propriamente dito, da Revolução Francesa na historiografia oitocentista: de acordo com a pesquisa efectuada para este projecto pudemos constatar que poucos são os estudos e artigos que falam sobre este assunto e sobre os autores que marcaram a nossa historiografia oitocentista.

Os autores José Maria de Sousa Monteiro e Carneiro de Moura não foram detectados nos diversos registos consultados, excepto no *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, de Innocêncio da Silva. O autor oitocentista Francisco Duarte de Almeida Araújo foi escassamente mencionado nos *Ensaio de Historiografia Portuguesa*, de Oliveira Marques. Isto poderá significar que existe, efectivamente, uma ausência de influência e que ainda ninguém estudou, de forma aprofundada, esta temática. Por outro lado poderá indicar que uma parte dos historiadores do século XIX caiu no esquecimento, perdendo-se esta memória portuguesa oitocentista.

Outros historiadores oitocentistas como Luz Soriano, Latino Coelho, Rebelo da Silva, Pinheiro Chagas, Oliveira Martins e José de Arriaga são abordados, por exemplo,

¹⁴ Sobre as consequências a longo prazo da Revolução Francesa consulte: Ramos, Luís A. de Oliveira, “Raízes do liberalismo portuense: dados e observações”, 1979; Vicente, António Pedro, *Espanha e Portugal: do Antigo Regime ao Novo Regime: Similitudes e Alternativas no acesso ao Liberalismo*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990, p. 191; Ramos, Luís de Oliveira, “A Revolução de 1820 e a Revolução Francesa”, in *Revista de História*, Centro de História da Universidade do Porto, Vol. V, Porto, 1984 e Almeida, Teresa Caillaux de, *Memória das “Invasões Francesas” em Portugal (1807-1811)*, 1a ed., Lisboa, Ésquilo, 2010.

¹⁵ In, Ramos, Luís de Oliveira, “A Revolução de 1820 e a Revolução Francesa”, in *Revista de História*, Centro de História da Universidade do Porto, Vol. V, Porto, 1984, p. 16.

nas obras de Oliveira Marques e de Joaquim Veríssimo Serrão¹⁶ mas de uma forma curta e de um modo diferente daquele que pretendemos abordar.

Na comunicação “Monárquicos e Republicanos e as narrativas das revoluções liberais no ocaso do século XIX” Ana Maria Pina confrontou Luz Soriano e José de Arriaga onde demonstrou e confrontou as diferenças político-ideológicas entre ambos com base na influência da sua vida pessoal e académica¹⁷. Em “Algumas notas sobre as Invasões Francesas em Portugal na historiografia do século XIX” de João Francisco Marques constatou-se que são abordados alguns autores oitocentistas. João Marques começou por apresentar a ideologia destes autores, falando das suas tendências político-ideológicas e, de seguida, caracterizou as suas obras e os assuntos que retratavam, fazendo em simultâneo uma reflexão sobre o que cada historiador oitocentista dizia. Contudo, a dado momento no discurso do artigo produzido verificámos que Marques parecia conferir primazia a uns historiadores e a outros não¹⁸. Importa salientar que o autor não abordou a temática específica do impacto da Revolução Francesa: apenas pronunciou as invasões francesas como um mero acontecimento, não fazendo qualquer referência (nem uma única vez) ou associação à Revolução Francesa e à sua memória¹⁹.

O facto de alguns historiadores contemporâneos mencionarem uns autores do século XIX e outros não destaca, a nosso ver, uma perda da memória e pouca importância concedida a estes historiadores. Todavia poderá designar, por um lado, uma escolha ou uma selecção, na medida em que o historiador faz sempre uma selecção do passado de acordo com os seus objectivos e tendências político-ideológicas; e por outro poderá evidenciar, simplesmente, a pouca relevância concedida à historiografia oitocentista portuguesa.

¹⁶ Vide, Marques, A. H. de Oliveira, *Antologia da historiografia portuguesa*, Mem Martins, Europa-América, 1974; Marques, A. H. de Oliveira, *Ensaio de historiografia portuguesa*, Lisboa, Palas, 1988 e Serrão, Joaquim Veríssimo, *História breve da historiografia portuguesa*, Lisboa, Verbo, 1962.

¹⁷ Vide, Matos, Sérgio Campos e João, Maria Isabel (org.), *Historiografia e Memórias (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta, 2012, pp. 144 a 151.

¹⁸ Vide, Marques, João Francisco, “Algumas notas sobre as Invasões Francesas em Portugal na historiografia do século XIX”, in *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 2009, vol. 10, 2009, pp. 37-42.

¹⁹ Vide, Marques, *op.cit*, pp. 37 a 42.

Objecto de estudo, questões e cronologia

A partir deste conjunto de leituras e de observações chegou-se à definição do objecto de estudo. Procurámos, a partir de uma visão comparada, compreender as diversas políticas de memória da Revolução Francesa na historiografia portuguesa oitocentista: a visão político-ideológica de José Acúrsio das Neves (1766-1834), Luz Soriano (1802-1891), José Maria de Sousa Monteiro (1810-1881), Francisco Duarte de Almeida e Araújo (1816-1877), José Maria Latino Coelho (1825-1891), Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895), José de Arriaga (1844-1921), Oliveira Martins (1845-1894), José Pereira de Sampaio (Bruno) (1857-1915) e João Lopes Carneiro de Moura (1857-1944).

A escolha deste conjunto de autores portugueses oitocentistas deveu-se à sua proximidade temporal, isto é, ao facto de se aproximarem mais da memória e da história do século da Revolução Francesa e por viverem no próprio século XIX. Recorrendo a uma memória mais recente conseguimos, de algum modo, possuir uma melhor percepção da Revolução Francesa e dos seus reflexos, tendo por base as interpretações e visões historiográficas dos autores em estudo. Paralelamente, a nossa escolha deveu-se, também, ao facto das obras dos historiadores terem sido produzidas e escritas entre 1810 e 1903.

De modo a que ficasse mais compreensível e perceptível demonstrámos a divisão e o agrupamento dos autores portugueses oitocentistas, em termos cronológicos e de memória e em termos ideológicos. As diferentes gerações de historiadores oitocentistas ficaram representadas e divididas, através de uma perspectiva comparada permitindo uma leitura esquemática e sintética. Com esta perspectiva pretendemos perceber, tendo em consideração o processo de vida, o percurso académico e as ideologias/aspirações políticas, as diferentes linhas de interpretação que cada autor possuiu do impacto e da influência que a Revolução Francesa teve em Portugal e como é que essas visões possibilitaram diferentes construções da memória da Revolução Francesa na historiografia portuguesa do século XIX.

Nesta vertente a pergunta de partida é a seguinte: em que medida é que a memória da Revolução Francesa se foi modificando, ao longo dos anos, na historiografia portuguesa oitocentista?

Todavia, surgiram outras questões que nos ajudaram na condução da problemática desta tese: de que modo é que a reflexão tecida e criada pelos historiadores

contribuiu para os diferentes debates ideológicos e memorialísticos?; até que ponto é que o advento da modernidade encaminhou as visões dos historiadores no debate teórico?; qual o contributo da temporalidade e do distanciamento da Revolução Francesa na narração escrita produzida pelo historiador?; e qual o papel e o contributo das diversas perspectivas historiográficas dos autores para a construção da memória da Revolução Francesa?.

Em termos cronológicos a dissertação de mestrado abrangeu a data da primeira publicação da obra – 1810 – e da última – 1903 – dos historiadores oitocentistas. Com este arco temporal atravessamos os acontecimentos em si da Revolução Francesa e o impacto e a influência que a memória revolucionária francesa teve, a longo prazo, no domínio político do Portugal Oitocentista. Neste sentido, os autores escolheram discutir nas suas obras o começo da fase pré-revolucionária da Revolução Francesa em 1787 que terminou com a Revolução Liberal Portuguesa ocorrida em 1820.

Crítica às fontes

Estando a cronologia delimitada, importa definir as fontes a serem utilizadas. Sendo uma dissertação que se centra no impacto da Revolução Francesa na historiografia portuguesa do século XIX, a origem das fontes é, naturalmente, portuguesa. Relativamente à sua classificação, as mesmas são fontes impressas. Ao mesmo tempo, assumem uma dupla função e temporalidade. As fontes são historiográficas na medida em que o seu conteúdo e escritos foram produzidos posteriormente ao advento da Revolução Francesa, embora nos reporte para as visões, interpretações, reflexões, “histórias” e “memórias” dos autores do século XIX.

A *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*²⁰ de José Acúrsio das Neves mostrou ser uma fonte bastante realista e até certo ponto emotiva, através da utilização de uma escrita um tanto expressiva. O título da obra, contudo, poderá ser um pouco enganador na medida em que o leitor ao ler pela primeira vez o nome do livro poderia ser remetido para a temática das três invasões francesas e não, apenas e somente, a primeira. O que talvez se explique pelo facto de Acúrsio das Neves estar a escrever a sua obra enquanto a terceira invasão ainda decorria. A própria publicação da obra – 1810-1811 – poderá constatar esse argumento.

²⁰ Neves, José Acúrsio das, *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*, 2 vols., Lisboa, Oficina Thaddeo Ferreira, 1810-1811.

Tal como a obra de Neves, a *História de Portugal desde o reinado da senhora D. Maria primeira até à convenção d'Evora-Monte: com um resumo historico dos acontecimentos mais notaveis que tem tido logar desde então até nossos dias*²¹ de José Maria de Sousa Monteiro revelou ser uma obra organizada histórica e cronologicamente, embora se note através da escrita que as ferramentas históricas que Monteiro utilizou eram um pouco rudimentares.

A *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política daeste reino desde 1777 até 1834*²² da autoria de Luz Soriano e a obra *História Política e Militar de Portugal desde os fins do XVIII até 1814*²³ de José Maria Latino Coelho demonstraram uma preocupação em evidenciar com grande pormenor e detalhe os acontecimentos históricos que consideraram mais marcantes. Soriano e Coelho apresentaram paralelismos com as obras dos primeiros autores: a parcialidade. Embora se encontrem numa outra categoria “mais avançada de historiadores”, não só pela época em que viveram mas por um outro conjunto de factores que serão revelados ao longo do trabalho, Luz Soriano e Latino Coelho foram parciais no discurso e criaram, com base numa ideologia diferente da de Acúrsio das Neves e Sousa Monteiro, uma visão desigual da Revolução Francesa em Portugal. O mesmo aconteceu com os outros dois historiadores e as suas respectivas obras: Francisco Duarte de Almeida Araújo, *Historia de Portugal desde os tempos primitivos até à fundação da monarchia e d'esta epocha até hoje*²⁴ e João Lopes Carneiro de Moura, *O século XIX em Portugal: historia politica, litteraria, economica, artistica e militar dos ultimos cem annos*²⁵ apresentaram algumas coincidências com Soriano e Coelho, excepto na linguagem. Considerámos estas fontes menos apelativas e menos comunicativas com o leitor, principalmente, a obra de Almeida Araújo.

²¹ Monteiro, José Maria de Sousa, *História de Portugal desde o reinado da senhora D. Maria primeira até à convenção d'Evora-Monte: com um resumo historico dos acontecimentos mais notaveis que tem tido logar desde então até nossos dias*, 2 Vols., Lisboa, Tipografia de António José da Rocha, 1838.

²² Soriano, Luz, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política daeste reino desde 1777 até 1834*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1890.

²³ Coelho, José Maria Latino, *História Política e Militar de Portugal desde os fins do XVIII até 1814*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, (1874-1891), Vol. II.

²⁴ Araújo, Francisco Duarte de Almeida, *Historia de Portugal desde os tempos primitivos até à fundação da monarchia e d'esta epocha até hoje*, Adornada de gravuras, Lisboa, 1852-1853.

²⁵ Moura, Carneiro de, *O século XIX em Portugal: historia politica, litteraria, economica, artistica e militar dos ultimos cem annos*, Lisboa, Palhares, 1901.

O autor Oliveira Martins na sua obra, *História de Portugal*²⁶, provou a sua ideologia-política ao mostrar a sua visão e a sua memória referente à influência que a Revolução Francesa teve em Portugal, no século XIX, bem como Manuel Pinheiro Chagas em *História de Portugal desde os tempos mais remotos até à actualidade*²⁷. As obras de Oliveira Martins e de Pinheiro Chagas apresentaram uma óptica diferente do contributo da Revolução, permitindo assim fazer confrontos de perspectivas estimulantes. Sobre Chagas importa fazer a seguinte ressalva: o primeiro volume da sua obra seria uma suposta tradução da obra de Ferdinand Denis, *Portugal Pittoresque*. Todavia, quando se traduziu a presente obra constatou-se que era necessário e “*indispensável fazer bastantes modificações no texto francez*”, na medida em que apresentava muitas incorreções. Revelou ser, por sua vez, um trabalho inútil, pois as incorreções eram tantas que segundo Pinheiro Chagas “*atirámos completamente para fóra a carga do escriptor francez que tínhamos tomado aos hombros, e caminhámos livremente*”²⁸. Neste sentido, a partir do 2 volume até ao 8 volume as obras seriam da autoria de Pinheiro Chagas embora este tivesse tido, inicialmente, a ajuda de diversos colaboradores. Daí na página principal se encontrar o pseudónimo *Sociedade de Homens de Lettras*. Porém, à medida que Pinheiro Chagas ia escrevendo, começou a ganhar amor à obra e passou a dedicar-se exclusivamente à mesma e o pseudónimo foi dissolvido. Sobrava, assim, um só sócio e autor: Manuel Pinheiro Chagas²⁹.

José de Arriaga em *Historia da Revolução Portuguesa de 1820: illustrada com os retratos dos patriotas mais illustres d'aquella epocha e ampliada com magnificos quadros representando os factos históricos mais notáveis decriptos na obra compostos e desenhados pelos distintos artistas nacionaes*³⁰ provou ser uma fonte um tanto ambígua uma vez que Arriaga revelou uma certa incoerência no seu discurso e,

²⁶ Martins, Oliveira, *História de Portugal*, 2 vols., Lisboa, Guimarães & Ca, 1951, Vol. II.

²⁷ Chagas, Pinheiro, *História de Portugal desde os tempos mais remotos até à actualidade*, 8 Vols. Lisboa, Typ. Franco Portuguesa, 1867-1874, Vol. VIII.

²⁸ Pinheiro, Chagas, *História de Portugal: popular e illustrada*, 3ª Edição, 12 Vols., Lisboa, Empresa da História de Portugal, s/d, Vol. I (prólogo da 2ª edição).

²⁹ Posteriormente foi feita uma nova versão melhorada e compactada deste História de Portugal de Pinheiro Chagas em 12 volumes, com a participação, colaboração e continuação de diversos co-autores nomeadamente José Barbosa Colen e Marques Gomes. Colen ficou encarregue de continuar a História desde a chegada de D. Pedro IV à Europa até à morte da Rainha D. Maria II e Marques Gomes desde essa altura até aos nossos dias. E portanto o nome da obra seria outro: *História de Portugal: popular e illustrada*, da autoria de Pinheiro Chagas, mas de um outro conjunto de autores

³⁰ Arriaga, José de, *Historia da Revolução Portuguesa de 1820: illustrada com os retratos dos patriotas mais illustres d'aquella epocha e ampliada com magnificos quadros representando os factos históricos mais notáveis decriptos na obra compostos e desenhados pelos distintos artistas nacionaes*, Porto, Livraria Portuense Lopes & Ca, 1886.

consequentemente, uma memória contraditória do impacto da Revolução Francesa em Portugal, tanto no século XVIII como no século posterior.

Por último e no que concerne a Sampaio Bruno importa clarificar alguns aspectos conceptuais para se perceber a leitura e o contexto em que a obra foi escrita. De acordo com a pesquisa efectuada, verificou-se que o autor traduziu e continuou a obra de Heinrich Schaeffer, *Geschichte von Portugal* (cuja data da primeira edição/publicação é 1836-1864). No primeiro volume Pereira de Sampaio fez logo uma advertência a dizer que “o consciencioso, distinto traductor respeitou a exacção do original, que se procurou reproduzir, tanto quanto possivel, com o geito peculiar, a forma e a tinta, com o quasi sabôr especial do idioma de que houve de usar o historiographo”³¹. Todavia, em artigos recentes constatou-se que Sampaio Bruno não foi apenas tradutor. No artigo de João Pedro Marques o autor afirmou que esta obra foi traduzida e continuada por Sampaio Bruno. Num artigo sobre Heinrich Schaeffer, elaborado por Daniel Protásio, verificou-se que “a edição portuguesa de finais do século XIX, tão elogiada e tida, de uma forma geral, como reproduzindo textualmente a edição alemã original, acaba por não concretizar tão louvável desígnio” e, por outro lado, “não existe correspondência directa total entre os tomos da edição original alemã e o que se esperaria ser a edição portuguesa crítica e definitiva”³². Quer isto significar que Sampaio Bruno foi autor da *História de Portugal: desde a fundação da monarchia até à Revolução de 1820*. A fonte permitiu fazer uma analogia interessante com a obra de Arriaga pelo facto de serem ambos historiadores republicanos e perceber quais as temáticas que os autores tinham memória.

A obra *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*³³ de Luís Augusto Rebelo da Silva não pôde ser utilizada para este confronto de memórias e de perspectivas. O título sugestivo é falacioso, uma vez que em nenhum momento da obra Rebelo da Silva falou sobre a História de Portugal no século XVIII. Neste sentido, nem chega sequer a fazer uma breve referência/introdução sobre o reinado de D. Maria I, a *Piedosa*. Pelo contrário: o autor finalizou a sua obra sobre a cultura de 1640 destacando as procissões e as romarias.

³¹ Sampaio, José Pereira de Sampaio, *História de Portugal: desde a fundação da monarchia até à Revolução de 1820*, 5 vols, Porto, Escritorio da Emoreza Editora, 1893, Vol. I.

³² Protásio, Daniel, “Schaefer Henrich (1794-1869)”, in *Dicionário de Historiadores Portugueses*.

³³ Silva, Luís Augusto Rebelo da, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860.

Metodologia e Organização

Como frisámos anteriormente, as metodologias utilizadas para esta dissertação de mestrado foram a análise do discurso das obras e o método comparativo. Sendo estas práticas essenciais para se perceber a dinâmica do objecto de estudo importa explicar, sucintamente o que são estas abordagens.

O discurso corresponde a uma construção de teor social uma vez que o mesmo só poderá ser analisado tendo em consideração o contexto histórico, político e social, ou seja, as condições em que foi produzido. O que significa que o discurso irá reflectir e transmitir ao leitor a visão e a mensagem que o autor possui do mundo, devido à tal influência que a sociedade exerceu sobre a sua ideologia, pensamento e identidade individual. Algumas das características do discurso nomeadamente a própria linguagem, as pontuações, as interpelações e as interjeições serão muito úteis para se compreender a posição e o sentimento do autor face a um determinado facto histórico ou político. Neste caso sobre a Revolução Francesa e os seus efeitos intemporais³⁴.

No que concerne ao método comparativo ou à chamada perspectiva comparada esta assume uma vasta importância no domínio histórico na medida em que ao permitir discutir e comparar fenómenos, impressões, diferenças e similaridades consegue-se alcançar “visões inovadoras” e “objectivos intelectuais”³⁵. De certo modo a comparação possibilita a identificação de temas e tenta recuperar algumas problemáticas e questões que podem ter ficado esquecidas na memória histórica, política e social. O surgimento de questões “ajuda a sustentar noções de particularidade” e a “desafiar e modificar”³⁶ essas mesmas concepções.

Os usos do passado e da memória entram, precisamente, neste cruzamento de métodos. Ao conjugar “reflexões teóricas de importantes historiadores”³⁷ o passado, o tempo e a memória formam um campo singular, de convergências e de divergências. Estas mesmas reflexões implicam assumir uma postura delicada em relação ao passado

³⁴ Sobre este assunto consulte Kocka, Jurgen, “Para além da Comparação”, in *Revista History and Theory*, v. 42, nº 1, pp. 279-286; Mata, Sérgio da (orgs.), “Tempo presente e usos do passado: qual é o lugar da epistemologia?”, Rio de Janeiro, FGV, 2012, pp. 162 a 169 e Piovesan, Ângela Maria Walesko e Forlin, Carla Maria, “A análise do discurso e questões sobre a linguagem”, in *Revista X*, vol. 2, 2006, pp. 1 a 18.

³⁵ In, Kocka, Jurgen, “Para além da Comparação”, in *Revista History and Theory*, v. 42, nº 1, p. 279.

³⁶ In, *Ibidem*, p. 280.

³⁷ In, Mata, Sérgio da (orgs.), “Tempo presente e usos do passado: qual é o lugar da epistemologia?”, Rio de Janeiro, FGV, 2012, p. 163.

histórico devido ao distanciamento temporal entre as interpretações/perspectivas dos autores³⁸.

Assim sendo, de modo a analisar as “histórias” e as “memórias” recorrendo aos usos do passado e à metodologia apresentada focamo-nos no objectivo central: o de se perceber qual a posição e o pensamento de cada autor oitocentista referente à própria Revolução Francesa e ao seu impacto no Portugal Oitocentista, incidindo o seu olhar sobre o período entre 1787 e 1820 como fonte de referência.

Deste modo, a presente dissertação divide-se numa primeira parte em quatro subcapítulos. Em primeiro lugar surge um subcapítulo dedicado à importância da Revolução Francesa na História e na Memória da Humanidade, onde pretendemos demonstrar a relação que existe entre a Revolução e a Memória, através de diversas analogias. No segundo subcapítulo, abordou-se a “Época das Luzes” e o seu eco no Portugal Oitocentista, dando especial destaque ao impacto que as novas mentalidades e que o impulsionamento e desenvolvimento da imprensa tiveram na Revolução Francesa e na sua divulgação em diversos países, designadamente, Portugal. Seguidamente, desenvolveu-se a Maçonaria e o seu impacto na sociedade portuguesa oitocentista, com o intuito de realçar uma das consequências do Iluminismo e da própria Revolução Francesa. Por último e para finalizar a parte da contextualização desenvolveu-se a temática das invasões francesas e da Revolução Liberal de 1820 para se perceber a influência e o legado que a Revolução Francesa e a sua memória tiveram no domínio histórico e político de Portugal.

A segunda parte da dissertação corresponde, então, à parte do objecto de estudo. No segundo capítulo, retratou-se a Memória da Revolução Francesa na Historiografia Liberal Portuguesa, a partir da qual foram destacadas algumas características da historiografia oitocentista. Seguidamente, as biografias dos autores oitocentistas foram desenvolvidas e confrontadas de acordo com a tal divisão em termos de memória, cronológicos e ideológicos. Por último, a parte substancial da dissertação de mestrado foi dedicada ao confronto e à perspectiva comparada das obras dos autores oitocentistas. Neste capítulo, procedemos à leitura, análise e interpretação da mensagem das obras tendo em consideração o processo de vida e as aspirações ideológicas dos autores em estudo para se perceber, através desta reconstrução de acontecimentos, de memórias e

³⁸ Vide, *Ibidem*, pp. 163 a 166.

de histórias, qual a visão dos historiadores sobre o impacto da Revolução Francesa no Portugal Oitocentista e, conseqüentemente, na historiografia portuguesa de Oitocentos.

A importância da Revolução Francesa na História e na Memória da Humanidade

O século XVIII foi marcado por revoluções que vieram modificar as sociedades, as culturas e as mentalidades da época e dos tempos seguintes.

A Revolução Americana foi uma dessas revoluções. Tendo na sua gênese “*um descontentamento de carácter económico, distintivo entre as revoluções modernas e as antigas*”³⁹ a Revolução Americana foi feita em nome da liberdade e em nome dos princípios teóricos e filosóficos do Iluminismo. Numa expressão apenas e conforme afirma Isabel Banond “*feita em nome dos direitos do Homem*”⁴⁰. Emblemática na representatividade, na soberania popular e nacional, na consagração dos ideais federais e da liberdade⁴¹, a Revolução Americana foi e serviu de inspiração para outras revoluções posteriores, designadamente, a Revolução Francesa.

Esta foi a revolução que “*mais duradouramente moldou a época contemporânea*”⁴² na medida em que veio, verdadeira e indubitavelmente, abalar os alicerces da época moderna com o fim da sociedade de Antigo Regime. Tome-se como referência a abolição dos direitos feudais e dos privilégios das ordens sociais (clero e nobreza) que ajudaram a ser promulgados com o contributo dos princípios legitimadores da Revolução: *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*. A consagração dos direitos dos homens e a liberalização política do Estado foram, igualmente, outras consequências desta Revolução⁴³. A tomada da Bastilha a 14 de Julho de 1789⁴⁴ ajudou a consagrar a Revolução, tanto que William Doyle afirma que “*the storming of the Bastille marked the climax of the movement*”⁴⁵. Contudo, contraria a visão dos historiadores marxistas quando salienta que “*for at the beginning, the impetus of the French Revolution had*

³⁹ In, Banond, Isabel, *História das Ideias Políticas*, Cascais, Príncípa Editora, 2014, p. 236.

⁴⁰ In *Ibidem*, p. 237.

⁴¹ Vide, *Ibidem*, pp. 240 a 244.

⁴² In, Sardica, José Miguel, *A Europa Napoleónica e Portugal: messianismo revolucionário, política, guerra e opinião pública*, Parede, Tribuna da História, 2011, p. 21.

⁴³ Vide, Sardica, *op.cit.*, p. 23.

⁴⁴ A visão tradicional da Revolução Francesa defendia, precisamente, que a Revolução Francesa havia começado com a tomada da Bastilha a 14 de Julho de 1789. Contudo, a evolução da historiografia ao longo dos anos permitiu uma abordagem diferente desta revolução. Assim, e de acordo com a historiografia revisionista e com os avanços na área da História, constatou-se que os primórdios da Revolução Francesa remontam a 1787: os acontecimentos pré-revolucionários franceses começaram a ser noticiados em Portugal nesta altura. A *Gazeta de Lisboa* deu a conhecer a instabilidade política, económico-financeira e social que a capital francesa viveu durante três anos e que acabou por culminar com a tomada da Bastilha. (vide, *Gazeta de Lisboa*, 1787, 1788 e 1789).

⁴⁵ In, Doyle, William, *The Oxford History of the French Revolution*, Oxford, Oxford University Press, 2002, p. 111.

been intellectual far more than social or economic”⁴⁶. Ainda assim, a revolução estimulada pela pobreza carregava, acima de tudo, a concepção da liberdade uma vez que era “*inexistente a prática da liberdade política*”, devido ao vigor do “*despotismo esclarecido*”⁴⁷.

A Revolução Francesa ao ter feito “*História no Mundo*”⁴⁸ fez alguma sombra à Revolução Americana. Isto talvez se explique em grande medida pela condição geográfica que poderá ter influenciado a expansão dos acontecimentos revolucionários franceses, acompanhados e alternados de “*fracassos e sucessos*”⁴⁹. Assim sendo “*nada sequer remotamente comparável em qualidade ao nível do pensamento resultou da Revolução Americana*” pois “*as revoluções tinham ficado sob o domínio da Revolução Francesa em geral*”⁵⁰. A própria defesa pela tríade da Revolução Francesa, *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, ficou presente e registada na história e na memória, ao longo do tempo. Estes princípios conduziram não só as sociedades do século XVIII como as sociedades posteriores ao século XIX.

Herdados, no tempo e na memória, *Liberdade, Igualdade e Fraternidade* permaneceram, ao longo dos anos, das décadas e dos séculos. Sob a luz destes três elementos democráticos o Mundo orientou-se em direcção a um novo rumo histórico liberal. Muitas foram as revoluções e acontecimentos posteriores à Revolução Francesa que se basearam e que carregavam consigo o mesmo espírito revolucionário e de mudança, nomeadamente as Revoluções de 1848 na Europa.

O movimento revolucionário que se iniciou em 1789 foi uma promessa de igualdade sem qualquer limite de tempo e de espaço, tanto que a 24 de Fevereiro de 1848 ocorreu, novamente, em França uma revolução. A Revolução Francesa e os seus princípios de teor liberal continuavam, assim, presentes com o auxílio da memória, visto que eram um processo contínuo. E seria, precisamente, “*o movimento revolucionário de 48 a conduzi-lo (...) a bom termo*”⁵¹. Deste modo, a Revolução Francesa não se encontrava concluída. Esta continuava a ser feita, ao longo do tempo, acompanhada da sua memória. E um dos exemplos mais claros foram as revoluções de 1848 que seguiram a mensagem, o legado e os ideais que a Revolução Francesa defendeu.

⁴⁶ In, *Ibidem*, p. 392.

⁴⁷ In, Banond, *op.cit*, p. 253.

⁴⁸ In, *Ibidem*, p. 253.

⁴⁹ In, Sardica, *opt.cit*, p. 23.

⁵⁰ In, Banond, p. 253.

⁵¹ In, Ribeiro, Maria Manuela Tavares, “A memória da Revolução Francesa nos movimentos revolucionários de 1848 em Portugal e no Brasil”, in *Revista História das Ideias*, Coimbra, s/n, 1989, p. 358.

A memória funciona, assim, como um meio para se compreender o passado e para manter esse mesmo passado vivo. Ao preservar este acontecimento na memória histórica consegue-se de alguma forma perpetuar a sua importância até à actualidade: “*não há memória sem algo que se fixe e se estabilize em quadros de memória, estes, porém, só nascem, ganham forma e se definem no ponto de encontro entre o que se passa e muda incessantemente e o que aspira a manter-se, a reproduzir-se e a repetir-se*”⁵². Isto porque nas palavras de Sérgio Campos Matos a História é entendida “*como forma de consciência – indissociável*” (...) “*da memória*”⁵³. História e memória são conceitos que se relacionam, mutuamente, ficando na dependência um do outro: “*história e memória nascem de uma mesma preocupação e partilham o mesmo objecto: a elaboração do passado*”⁵⁴. A construção do passado através dos usos da memória só é, assim, possível com os desafios que o futuro vai impondo ao indivíduo. Assim cada acção, quer individual quer colectiva, marca a história e a memória que se encontra em permanente construção. Esta memória permanece viva através de pequenos ou grandes significados, palavras, conceitos, rostos ou acontecimentos. É por isso que “*depois da Revolução nunca mais o Mundo foi o mesmo, mesmo quando o foi sendo ou o vai sendo*”⁵⁵. A Revolução Francesa e a sua memória são, portanto, dois elementos que se completam e que estão conectados através dos usos da memória e do passado. Os ideais da Revolução são uma boa representação uma vez que encontram-se presentes na memória histórica, política e social devido ao efeito e ao impacto que tiveram noutros movimentos revolucionários e na construção das sociedades vindouras.

Uma referência ilustrativa para se compreender o fio condutor entre a memória e o passado histórico é a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. “*Produto da Revolução Francesa*”⁵⁶ foi com base neste documento que diversos valores como a liberdade, a igualdade, a segurança e o direito à propriedade foram proclamados. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão ao consistir “*na protecção dos princípios do universalismo e do individualismo*” foi encarada como “*a grande fundadora a nível ocidental*”⁵⁷. Esta gerou novas e diversas estruturas de cariz

⁵²In, Catroga, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001, p. 30.

⁵³ In, Matos, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Colibri, 1998, p. 57.

⁵⁴ In, Traverso, Enzo, *O Passado – Modos de usar*, Lisboa, Edições Unipop, 2012, p. 21.

⁵⁵ In, Carvalho, Artur Marques de, “O Fim do Antigo Regime e a Extinção do Mosteiro dos Jerónimos”, in *Portugal no século XVII [i.é XVIII] de D. João V à revolução francesa: comunicações*, Lisboa, Universitária, 1991, p. 223.

⁵⁶ In, Banond, *op.cit.*, p. 256.

⁵⁷ In, *Ibidem*, p. 257.

político e originou mudanças a todos os sectores, nomeadamente no sector social⁵⁸. Conforme Oliveira Ramos demonstra a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 “*evidencia uma inspiração individualista e liberal no plano administrativo, financeiro e judicial que combina com uma orientação económica de tónus, naturalmente, fisiocrático*”⁵⁹. O significado que carrega consigo é dotado de um simbolismo tão abismal que se torna memorável na elaboração do próprio presente, passado e futuro: “*esta declaração serve para o resto da Europa como que uma espécie de inultrapassável passo para guia do futuro, fonte de todas as reivindicações e alterações que na espuma dos dias depois dela se foram posicionando*”⁶⁰. Daí Alexandre Herculano afirmar que “*liberdade, filha primogénita do Evangelho, constitui uma verdade de consciência*”⁶¹.

No século XX a Organização das Nações Unidas, criada no contexto da II Guerra Mundial (1939-1945), ao visar a promoção da paz, um dos seus projectos foi, precisamente, a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os seus artigos demonstram a influência da insígnia francesa, bem como as heranças da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Estes exemplos evidenciam, portanto, a perpetuação da memória, não só da própria Revolução Francesa e dos seus princípios como também da Declaração de 1789, na criação de outros séculos mais tarde, segundo a qual os ideais são, praticamente, os mesmos, embora elaborada em contextos e em épocas diferentes.

A construção da memória da Revolução Francesa ao ser constante e permanente possibilita a realização de analogias e comparações diversas com outros momentos ocorridos na História. E em simultâneo constroem-se, ao longo do próprio Tempo e da própria História, novas memórias.

⁵⁸ Vide, Ramos, Luís de Oliveira, “Os Vintistas e a Igualdade (Apontamentos)”, in Colóquio a Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil, Universidade do Porto (eds.), *A recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil: actas*, Porto, Universidade, 1992, p. 323.

⁵⁹ In, *Ibidem*, p. 323.

⁶⁰ In, Banond, *op.cit.*, p. 257.

⁶¹ In, Ramos, *op.cit.*, p. 324.

A “Época das Luzes” e o seu eco no Portugal Oitocentista

Os filósofos do século XVIII acreditavam e defendiam que o valor da Razão iria conduzir, encaminhar e iluminar o pensamento e a acção do Homem, de forma a modificar o sistema da sociedade de Antigo Regime. Seria através da razão crítica, baseada na experiência e rejeitada na metafísica, que o Homem iria encaminhar-se no sentido da procura do progresso e da felicidade individual⁶²: *“Muitos espíritos do século XVIII tiveram consciência clara de que a sua época marcava um passo novo e diferente na evolução da Humanidade em busca de uma razão completamente autónoma, a que iria identificando e superando os erros do passado, dissipando as trevas da ignorância e iluminando o universo com as luzes da ciência e da filosofia”*⁶³.

Os pensadores do Iluminismo como Jean Jacques Rousseau (1712-1778), Voltaire (1694-1778), Montesquieu (1689-1755), David Hume (1711-1776), Immanuel Kant (1724-1804) ou Condorcet (1743-1794) deram, assim, início a esta nova filosofia que acabou por condicionar, grandemente, *“toda a sociedade política e todos os homens que a constituem”*⁶⁴ daquele tempo e dos vindouros. Rousseau e Voltaire serviram de inspiração a muitos escritores portugueses nomeadamente a Manuel de Figueiredo, a Filinto Elísio e a José Anastácio da Cunha⁶⁵. Estes por sua vez eram bastante admirados devido aos seus escritos modernos e inovadores. Assim sendo podemos afirmar que foram com os filósofos do século XVIII que surgiu *“a primeira tentativa de descrever a vida multiforme de um Estado civilizado, misto de história social, cultural e de vida quotidiana”*⁶⁶.

A par desta nova realidade política, social e cultural constatou-se uma alteração de paradigma associada a uma evolução e reformulação de significados, teorias e conceitos. Tome-se como exemplo *“a importância do papel da História”* assumido *“pela primeira vez na dureza dos dramas do Iluminismo”* onde *“a luta pela razão encontra pela frente a luta pela História”*⁶⁷. A transformação do Mundo e o respeito

⁶² Vide, Banond, *op.cit.*, p. 192.

⁶³ In, Santos, Eugénio dos, “Os Oratorianos e o Iluminismo: algumas reflexões”, in Colóquio a Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil, Universidade do Porto (eds.), *A recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil: actas*, Porto, Universidade, 1992, p. 353.

⁶⁴ In, Banond, *op.cit.*, p. 192.

⁶⁵ Vide, Ramos, Luís de Oliveira, “Os agentes da introdução e divulgação do ideário da Revolução Francesa em Portugal”, in Colóquio *Portugal da revolução francesa ao liberalismo: actas*, Universidade do Minho. (eds.), Braga, Universidade do Minho, 1988, pp. 12 e 13.

⁶⁶ In, Marques, A. H. de Oliveira, *Ensaio de historiografia portuguesa*, Lisboa, Palas, 1988, p. 28.

⁶⁷ In, Banond, *op.cit.*, p. 192.

dos direitos naturais do Homem representavam assim “*a luta entre a tradição e o progresso*”⁶⁸. Os homens vão ser encarados como História, fazendo parte da mediação dos usos da memória e do passado. Neste sentido, a própria afirmação e valorização da Mulher rompeu com os cânones da Sociedade de Antigo Regime, visto que as Luzes carregavam consigo um brilho e uma luz incessante que desafiavam todo o “*discurso moralista tradicional*”⁶⁹.

O interesse pelo conhecimento e pela cultura foi, igualmente, uma das características do Iluminismo. O período do apogeu e da preocupação cultural deu-se no último quartel do século XVIII. E Portugal, conforme sucedeu com outros países europeus, sentiu claramente a influência da filosofia das Luzes, no campo político, social, económico, religioso, cultural e historiográfico.

Em Portugal, o início do Iluminismo é marcado e associado, tendencialmente, ao Marquês de Pombal no reinado de D. José I: “*a Época Pombalina constitui, por definição, o momento de manifestação das Luzes em Portugal*”⁷⁰. O espírito iluminista do Marquês traduziu-se na modernização do Estado e das instituições, na reforma do ensino e na reorganização da cidade de Lisboa. Esta última devido ao terramoto de 1755 que afectou a baixa Lisboa. O ministro reorganizou o espaço urbano de acordo com as linhas do despotismo iluminista designadamente o racionalismo e a linearidade/simetria presente na planificação das ruas. Mas foi, acima de tudo, no plano cultural que se pôde constatar a propagação e o contributo do Iluminismo através da criação da Academia Real das Ciências em 1779, que marcou o advento do modernismo cultural português⁷¹.

A cultura proveniente do centro europeu e do seio da elite intelectual chegou a Portugal, carregada e dotada de um espírito científico próprio do século XVIII. E a própria História enquanto ciência sentiu essa mesma mudança: “*a história era algo de difuso e de erudito, mas (...) começava a adquirir um estatuto de rigor, mercê das análises directas dos homens de leis, que*” constituíam “*o sector mais virado para os estudos deste tipo*”⁷². Foi devido à Academia Real das Ciências e “*ao desenvolvimento das ciências naturais e exactas e*” dos “*métodos de análise, bem como*” ao “*interesse*

⁶⁸ In, *Ibidem*, p. 192.

⁶⁹ In, Guinote, Paulo, “A Mulher do Próximo. Algumas Reflexões sobre a Sedução Setecentista”, in *Portugal no século XVII [i.e XVIII] de D. João V à revolução francesa: comunicações*, Lisboa, Universitária, 1991, pp. 87 e 88.

⁷⁰ In, *Ibidem*, p. 141.

⁷¹ Vide, Torgal, Luís Reis, Mendes, J. M. Amado, Catroga, Fernando e Barbosa, Henrique, *História da História em Portugal séculos XIX-XX*, 2 vols., S/1, Temas e Debates, 1998, p. 29.

⁷² In, *Ibidem*, p. 34.

pelo estudo da sociedade e da «economia»⁷³, que a História ocupou um dos lugares mais relevantes a nível cultural em Portugal. Portanto, com a filosofia das Luzes deixou-se de ter o simples registo dos factos e acontecimentos históricos e passou-se a possuir uma visão mais espiritual da sociedade e uma nova interpretação da Filosofia e da História.

A vida da sociedade portuguesa transformou-se, consideravelmente, com a intensidade do espírito das Luzes e com os efeitos da Revolução Francesa. A criação de estabelecimentos próprios nomeadamente os cafés, os salões, as tabernas e as academias serviam para discutir, debater e conversar sobre “*conhecimentos úteis*”⁷⁴, conforme salienta José Miguel Sardica. Estes novos espaços contribuíram para a polarização da opinião pública até porque poucos eram os indivíduos que tinham acesso à leitura e à cultura e com os debates públicos as pessoas aprendiam a criticar a situação política.

Os jornais foram outra inovação do Iluminismo. Foi a partir do século XVIII, mas principalmente, com o advento da Revolução Francesa, no reinado de D. Maria I que se verificou o impulsionamento dos jornais: “*a Revolução haveria de democratizar*”, chamando todos a um novo conceito de cidadania participada que os jornais potenciavam, muitas vezes, através da retransmissão oral das notícias escritas”⁷⁵. A consciência da emergência de uma nova cultura política e de uma nova comunidade de cidadãos veio a ser construída, gradualmente, com o auxílio da escrita. Os jornais acabaram por assumir um papel importante na divulgação e na transmissão das notícias ao público sobre França Revolucionária com a Tomada da Bastilha em 1789, por exemplo.

A utilização de uma linguagem própria e inovadora fez com que o carácter e a mensagem da Revolução Francesa ficassem ainda mais defendidos. A doutrina revolucionária carregava consigo um vocabulário bastante mobilizador e sentido com base nas palavras que ficaram na história e na memória através do suporte de papel e de escrita: “*liberté*”, “*fraternité*”, “*égalité*”, “*nation*”, “*patrie*”, “*peuple*”, “*citoyen*”⁷⁶.

A imprensa portuguesa no século XVIII resumia-se praticamente ao *Jornal Enciclopédico* e à *Gazeta de Lisboa*. Tanto um como o outro detinham uma grande variedade de informações e conhecimentos sobre a situação política, económica, social,

⁷³ In, *Ibidem*, p. 34.

⁷⁴ In, Sardica, José Miguel, *A Europa Napoleónica e Portugal: messianismo revolucionário, política, guerra e opinião pública*, Parede, Tribuna da História, 2011, p. 199.

⁷⁵ In, *Ibidem*, p. 199.

⁷⁶ In, *Ibidem*, p. 199.

religiosa e cultural de Portugal e do estrangeiro. O objectivo era tentar fazer o público interessar-se pelo estado dos diversos países e, conseqüentemente, torná-lo mais culto. Por outro lado, cabia a estes dois jornais “*formar a opinião pública nascente*”⁷⁷, informando os avanços e recuos da situação política em França, entre 1787 e 1789.

O surgimento de ideologias e de perspectivas diferentes sobre o impacto da Revolução Francesa fez com que o público português, com o auxílio das Luzes e dos jornais, se manifestasse e interviesse de forma mais activa e crítica na sociedade. Os próprios redactores dos jornais inovaram bastante e contribuíram para uma melhor divulgação de notícias uma vez que testemunhavam conceitos, mencionavam figuras políticas e sociais importantes e descreviam acontecimentos que estavam relacionados com a Revolução Francesa⁷⁸. Paralelamente, o elevado número de panfletos sobre o estrangeiro contribuiu para que a sociedade portuguesa ficasse ainda mais a par dos acontecimentos em França. O reinado de D. Maria I foi assim marcado por um conjunto de grandes transformações políticas, sociais e culturais muito próprias da Época das Luzes.

Todavia, existem outros factores que explicam a entrada e a divulgação dos ideais da Revolução Francesa em Portugal. Tome-se como exemplo os marinheiros, os viajantes, os diplomatas e os agentes comerciais. A oralidade e os conhecimentos trocados entre estes grupos permitiram uma maior divulgação dos conhecimentos e das novidades sobre a França Revolucionária. A marcha e a mensagem da Revolução Francesa conseguiram ser transmitidas devido, igualmente, ao facto de Portugal possuir significativas relações comerciais, tanto terrestres como marítimas. A amplitude dos seus negócios auxiliou na circulação de ideias e nas trocas culturais.

Os emigrantes franceses eram, também, um grupo bastante importante uma vez que carregavam consigo o espírito e os ideais defendidos pela Revolução Francesa. Estes funcionavam, conforme Luís de Oliveira Ramos afirma, “*como transmissões da cultura europeia, como involuntários divulgadores da ideologia, dos sucessos e das instituições novas do seu país de origem*”⁷⁹. Nesta sequência a presença destes emigrantes fazia-se sentir de forma abrupta na cidade de Lisboa. Muitos eram os franceses que vieram para Portugal e que difundiram os princípios da Revolução e,

⁷⁷ In, Ramos, Luís de Oliveira, *D. Maria I*, s/l, Temas e Debates, 2010, p. 161.

⁷⁸ In, *Idem*, “Os agentes da introdução e divulgação do ideário da Revolução Francesa em Portugal”, in *Colóquio Portugal da revolução francesa ao liberalismo: actas*, Universidade do Minho. (eds.), Braga, Universidade do Minho, 1988, p. 13.

⁷⁹ In, *Ibidem*, p. 15.

consequentemente, “contaminaram” a sociedade portuguesa oitocentista. De entre as inúmeras profissões dos franceses residentes em Lisboa destacavam-se criados, cabeleireiros, livreiros, negociantes, mercadores, alfaiates, pintores, militares, nobres e clérigos⁸⁰. Importa salientar que neste contexto muitos destes actores sociais impulsionaram, grandemente, as actividades maçónicas em Portugal, como teremos oportunidade de constatar mais adiante.

Sendo Portugal um país com uma sociedade de Antigo Regime, tradicionalista e conservadora houve claramente oposições, receio e medo que as estruturas da sociedade portuguesa viessem a ser alteradas e que aqueles que detivessem poder e privilégios os perdessem. Todavia, inicialmente não foi esse o caso. Os acontecimentos pré-revolucionários franceses entre 1787 e 1789 não foram de todo encarados de modo negativo. O secretário dos Negócios Estrangeiros, Luís Pinto e o embaixador em Paris, D. Vicente de Sousa Coutinho, achavam que as transformações políticas e sociais que estavam a ocorrer em Paris poderiam melhorar o futuro da França⁸¹.

A própria *Gazeta de Lisboa* evidenciou essa realidade, embora o discurso seja um pouco alterado nalguns casos. Ainda assim a partir de 1787 a *Gazeta* demonstrou, sem dúvida, simpatia pelos acontecimentos em Paris e pela agitação popular. Louvou inclusivé a tomada da Bastilha no dia 14 de Julho de 1789 e a sessão de 4 de Agosto do respectivo ano, onde foi votada a abolição dos direitos feudais. Porém, a partir desse momento, “*a agitação e as propostas e inovações lesivas dos privilegiados despertaram progressiva hostilidade, hostilidade que determinou o silenciar dos entusiastas e pesou na organização da defesa do reino*”⁸². A *Gazeta* deixou de apresentar qualquer referência à Revolução Francesa após esta data devido, provavelmente, ao perigo das notícias ferirem as susceptibilidades da população.

A sociedade portuguesa via-se, assim, rodeada de perseguições e de censura. A Intendência Geral da Polícia sob a jurisdição de José Inácio de Pina Manique controlava fortemente qualquer tipo de acto ou de suspeita que pudesse colocar em causa a Monarquia e os alicerces tradicionais da sociedade. Um dos meios era a proibição da circulação de livros estrangeiros e de filósofos que detinham ideais “iluminados” pois funcionava como um meio para combater a ameaça francesa. Todos os indivíduos que

⁸⁰ In, Ramos, Luís A. de Oliveira, Sob o signo das “Luzes,” Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988, p. 147.

⁸¹ Vide, Pintassilgo, Joaquim, “A Revolução Francesa na perspectiva de um Diplomata Português”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 10, 1988, pp. 131 a 144.

⁸² In, Ramos, Luís A. de Oliveira, *op.cit*, p. 118.

eram simpatizantes da Revolução Francesa como os residentes franceses que cantavam “*estribilhos revolucionários*”, que louvavam “*as inovações lesivas do poder real e as conquistas dos revolucionários*” e que proporcionavam aos portugueses “*leituras de obras ditas subversivas*”⁸³ eram perseguidos pela Intendência Geral da Polícia. Aos olhos da polícia e do próprio Pina Manique era necessário impedir a propaganda referente aos ideais de França principalmente os panfletos, as cartas, as caricaturas, os livros e as canções que possuíam uma mensagem de teor liberal⁸⁴.

O final do século XVIII e início do século XIX foi, assim, marcado pela perseguição sistemática aos adeptos e aos simpatizantes da Revolução e dos seus princípios legitimadores, *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*. Todavia, é incontestável o papel que a Época das Luzes teve na “*receptividade dos ideais e valores da Revolução Francesa em todo o Ocidente*”⁸⁵.

O Iluminismo representou a afirmação da consciência de uma nova era que marcou um novo e diferente rumo “*na evolução da Humanidade em busca de uma razão completamente autónoma, a que iria identificando e superando os erros do passado, dissipando as trevas da ignorância e iluminando o universo com as luzes da ciência e da filosofia*”⁸⁶. E os historiadores oitocentistas portugueses não ficaram indiferentes a este movimento. A Época das Luzes e o respectivo impacto que causou com a circulação de novas ideias e de novas mentalidades tiveram um peso significativo e relevante na formação ideológica dos historiadores. O movimento iluminista condicionou, em muitos casos, o próprio discurso ideológico que muitos autores adoptaram nas suas obras de forma a dar pistas aos leitores em relação ao seu tipo de pensamento.

A preponderância da Época das Luzes e o contributo da Revolução Francesa vieram consolidar, igualmente, a influência da maçonaria⁸⁷ na sociedade portuguesa

⁸³ In, Idem, “Os agentes da introdução e divulgação do ideário da Revolução Francesa em Portugal”, p. 16.

⁸⁴ Vide, *Ibidem*, p. 18.

⁸⁵ In, Santos, Eugénio dos, “Os Oratorianos e o Iluminismo: algumas reflexões”, in Colóquio a Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil, Universidade do Porto (eds.), *A recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil: actas*, Porto, Universidade, 1992, p. 353.

⁸⁶ In, *Ibidem*, p. 353.

⁸⁷ A maçonaria moderna surgiu em 1717, na Inglaterra. Esta representou um novo espaço de sociabilidade onde conviviam homens “*livres e de bons costumes*”, com diferentes “*opções políticas e religiosas*”. Era constituída por “*uma sociedade secreta de cunho intelectual, deísta e utilitária, possuída de ideias humanitárias e enciclopedistas*” próprios do Iluminismo (in, Ventura, António, *Uma história da Maçonaria em Portugal, 1727-1986*, 1a ed., Lisboa, Círculo de Leitores, 2013, p. 23 e in, Ramos, Luís de Oliveira, *D. Maria I*, s/l, Temas e Debates, 2010, p. 174).

oitocentista. A própria historiografia do século XIX evidenciou, através da escrita e das “memórias” dos seus autores, o papel desta organização secreta na esfera social e cultural portuguesa⁸⁸.

Quando a Revolução rebentou em 1789, a maçonaria era uma instituição já formada, embora só mais tarde tenha atingido maiores “níveis de desenvolvimento e de poder”⁸⁹. A partir de 1791 começaram, em grande força, as vindictas contra a maçonaria. A Inquisição e a Intendência Geral da Polícia uniram-se para combater esta organização tendo sido realizadas diversas perseguições, interrogatórios e detenções em Lisboa. Sendo a capital, a cidade sentiu com grande intensidade estes movimentos e repressões, embora o Porto e Coimbra também se tenham destacado por diversas represálias⁹⁰. Durante o período do Terror Pina Manique lutou intensivamente contra esta sociedade secreta na medida em que a identificou com o jacobinismo: “*para Pina Manique tanto o maçonismo como o jacobinismo iriam colocar e por em causa tanto a ordem social como a ordem política secular de Portugal*”⁹¹.

A maioria dos indivíduos desta organização eram jovens com fortes objectivos político-ideológicos e sociais muito bem definidos. As reuniões eram secretas e tinham lugar em casas particulares com o intuito de não serem encontrados pela Intendência Geral da Polícia⁹².

A influência de Rousseau e de Voltaire, por exemplo, foram determinantes na conduta e no pensamento destes jovens maçónicos: “*Domina-os porém uma paixão forte: a mudança do «status quo» político-social*” e “*a substituição da «cultura» existente pela que triunfou com a Revolução Francesa*”⁹³. De certo modo, os maçons condenavam “*o trono e o altar*”⁹⁴ e defendiam a criação de uma sociedade portuguesa liberal⁹⁵. Como detinham sinais de indiferença religiosa e por só amarem “*os pastores e os reis enquanto virtuosos*”⁹⁶ os maçons eram mal encarados pelas entidades detentoras de poder como já tivemos oportunidade de constatar. Os inquisidores, por exemplo,

⁸⁸ O aparecimento da maçonaria em Portugal remonta ao segundo quartel do século XVIII

⁸⁹ In, Dias, Graça da Silva, *Os primórdios da maçonaria em Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980, p. 164.

⁹⁰ Vide, *Ibidem*, p. 371.

⁹¹ In, *Ibidem*, p. 340.

⁹² In, Marques, A.H. de Oliveira, “A Maçonaria em Portugal na segunda metade do século XVIII”, in *Colóquio Portugal da revolução francesa ao liberalismo: actas*, Universidade do Minho. (eds.), Braga, Universidade do Minho, 1988, p. 33.

⁹³ In, Dias, *op.cit.*, p. 372.

⁹⁴ In, Ramos, Luís de Oliveira, “Os agentes da introdução e divulgação do ideário da Revolução Francesa em Portugal”, in *Colóquio Portugal da revolução francesa ao liberalismo: actas*, p. 17.

⁹⁵ Vide, *Ibidem*, p. 16.

⁹⁶ In, *Ibidem*, p. 17.

julgavam os maçons por serem contra a “*segurança do estado, religião e monarquia*”⁹⁷. Esta realidade explica-se pelo facto de os maçons, sendo adeptos e agentes da Revolução Francesa, defenderem a igualdade do recrutamento, valorizarem a tolerância, o racionalismo, a fraternidade e a liberdade⁹⁸. Através da defesa destes princípios, o trono e o altar acabaram por ser abalados pois os maçons reforçaram “*a capacidade militante dos elementos de vanguarda que propunham a liberdade e sonhavam com a república acalentada pelo sol de Paris*”⁹⁹.

Entre 1789 e 1799 podemos dizer que, por um lado, a maçonaria foi bastante importante no desenvolvimento dos ideais revolucionários e na defesa dos princípios da liberdade, tolerância e igualdade. Por outro, esta organização secreta foi muito influente nas alterações culturais que conduziram à passagem da sociedade de Antigo Regime para o sistema liberal. Tal como o Iluminismo, o impacto da Maçonaria não passou despercebido nos historiadores portugueses oitocentistas. Uma boa parte dos autores falaram, referiram e destacaram o contributo da Maçonaria ao ter proporcionado o desenvolvimento de novas intelectualidades e de uma capacidade e mente mais “abertas” que iam contra a mentalidade conservadora da altura. Mas também demonstraram, em alguns casos, o oposto. Embora não tivessem feito parte desta organização secreta é de levar a crer que alguns historiadores fossem simpatizantes e adeptos desta organização. O discurso de algumas obras, influenciado pela questão ideológica, remeteu para essa mesma evidência, como se verificará mais adiante.

⁹⁷ In, *Ibidem*, p. 17.

⁹⁸ Vide, *Ibidem*, p. 17.

⁹⁹ In, *Ibidem*, p. 17.

A influência da Revolução Francesa e dos seus ideais no domínio histórico e político do Portugal Oitocentista

O fim do processo revolucionário na França com o intitulado Golpe de Brumário, ocorrido no dia 8 de Novembro de 1799, marcou o início de uma nova era na História de França e, conseqüentemente, na própria Europa: a chamada Era Napoleónica. Em 1799, Napoleão Bonaparte ao terminar com o Directório e ao substituí-lo pelo Consulado, acabou por impor o seu governo. Em 1804, afirmou-se Imperador dos Franceses.

Neste sentido, a política expansionista do Imperador foi fomentada e destinada, acima de tudo, ao antigo aliado de Portugal: a Inglaterra. O desejo e a ambição em ferir a “*tradicional aliada e parceira económica de Portugal*”¹⁰⁰ era predominante. De forma a atingir a economia britânica, em 1806 Bonaparte decretou o Bloqueio Continental que impedia os países de poderem comercializar com os portos ingleses. Face a este acontecimento e de modo a preservar a antiga aliança, Portugal recusou tal decreto. É, neste contexto, que se iniciaram as invasões francesas que carregavam consigo o espírito da Revolução Francesa e “*dessa dupla condição não poderiam deixar de frutificar novas mentalidades, novos costumes*” e uma “*nova terminologia política*”¹⁰¹.

As invasões foram marcadas pela destruição e pela morte. A população portuguesa viu-se repleta de medo devido, em parte, ao terror que os exércitos de Napoleão espalhavam à medida que iam avançando por Portugal. Mas também por causa do receio pela perda da independência do Brasil, para onde a família real partiu apressadamente¹⁰². Todavia, importa referir que apesar das razias e dos saques constantes efectuados pelas tropas francesas, os portugueses tentaram lutar pela sua Pátria¹⁰³.

A resistência contra os invasores obrigou Portugal a redefinir, de certo modo, a sua identidade nacional na medida em que as invasões francesas assinalaram “*um novo*

¹⁰⁰ In, Ramos, Luís A. de Oliveira, *Para a história social e cultural: fins do século XVIII - princípios do século XIX*, Braga, s/n, 1977, p. 13.

¹⁰¹ In, Vicente, António Pedro, *Espanha e Portugal: do Antigo Regime ao Novo Regime: Similitudes e Alternativas no acesso ao Liberalismo*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990, p. 191.

¹⁰² Vide, Cardoso, Mário Carvalho, “Portugal e as Invasões Francesas. Aproximação à Anatomia de um Medo”, in *Portugal no século XVII [i.é XVIII] de D. João V à revolução francesa: comunicações*, Lisboa, Universitária, 1991, p. 622.

¹⁰³ In, *Ibidem*, p. 626.

tempo histórico” destacado por um conjunto de conceitos que anunciavam “os grandes conflitos da primeira metade do século XIX”¹⁰⁴. A par desta realidade, as invasões contribuíram para “*le renouveau du nationalism portugais*” e para “*la résurrection au Portugal du constitutionnalisme Historique, support important d’une pensée libérale, d’allure précisément nationale*”. Isto porque o “*nationalisme est certainement sorti renforcé de la lutte contre les Français*”¹⁰⁵.

Assim sendo, podemos afirmar que a devastação e a assolação dos exércitos de Napoleão Bonaparte fizeram despoletar na alma dos portugueses o sentimento de cidadania, de resistência, de luta pela independência e pela liberdade do seu país: “as invasões francesas despoletaram a coragem de manifestação dos sentimentos de uma parte do público que começa a sair de uma imemorial opressão”¹⁰⁶. As experiências e as memórias que perduraram no tempo referentes às invasões e às dificuldades que advieram das mesmas moldaram “o ímpeto juvenil dos prosélitos portuenses da liberdade e da igualdade”¹⁰⁷. A influência da matriz francesa e dos princípios legitimadores como o amor à liberdade e o desejo pela mudança que provinha das experiências dos franceses nos finais do século XVIII determinaram o percurso histórico e político do Portugal Oitocentista.

A Revolução Liberal de 1820 foi um reflexo e uma consequência, a longo prazo, da Revolução Francesa e das três invasões napoleónicas. Este acontecimento, pelo facto de estar mais presente na memória da sociedade oitocentista devido aos arcos temporais, originou a emergência de uma nova consciência por parte dos portugueses, acompanhados por um sentimento nacionalista que veio culminar com a Revolução de 1820. Ora vejamos o que afirmam Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque: “a data de 1807 não deixa de ser significativa, não só da realidade da nossa história como do modo como a encara o historiador. Ela começa como um movimento de algum modo extrínseco à nossa realidade, as invasões francesas, que despertam simultaneamente o «nacionalismo português» e dinamizam a tendência «liberal», ao mesmo tempo que reforçam uma situação de «crise», reagente da vontade criadora de outras estruturas”¹⁰⁸. A Revolução de 1820 adoptou os ideais que a França Revolucionária

¹⁰⁴ In, *Ibidem*, p. 104.

¹⁰⁵ In, Silbert, Albert, “Les invasions françaises et les origines du libéralisme au Portugal”, 1980, p. 241.

¹⁰⁶ In, Alves, José Augusto dos Santos, *A opinião pública em Portugal nos finais do século XVIII e princípios do século XIX*, Lisboa, s/n, 1998 (Dissertação de Doutoramento em História das Ideias Políticas apresentada à Universidade Nova de Lisboa, texto policopiado), p. 227.

¹⁰⁷ In, Ramos, Luís de Oliveira, “Raízes do liberalismo portuense: dados e observações”, 1979, p. 21.

¹⁰⁸ In, Mattoso, José (Dir.), *História de Portugal*, 9 Vols., s/l, Círculo de Leitores, 1993, Vol. 5, p. 12.

concebera, defendera e divulgara, designadamente, o ideal de Liberdade que era o ponto-chave dos regimes liberais. A seguinte expressão é bastante clara neste aspecto: “*De facto, a filosofia política do liberalismo ordena-se em torno da ideia de liberdade. Para os liberais a sociedade política assenta na liberdade e justifica-se pela sua congregação*”¹⁰⁹. A Revolução Liberal de 1820 foi encarada como uma grande mudança ou até mesmo como um ponto de viragem na História de Portugal. O espírito da Revolução Francesa e, conseqüentemente, das invasões napoleónicas influenciaram o pensamento e a mentalidade dos portugueses.

O impacto da Revolução Francesa e das heranças napoleónicas criaram com o auxílio da memória todo um espírito revolucionário imbuído de novos ideais ligados a uma nova ideologia – ideologia essa que viria a marcar e a acentuar as disparidades políticas em Portugal. A ideologia liberal representou a génese da primeira revolução ocorrida em Portugal: a Revolução de 1820. Esta simbolizou a ponte e a passagem para um novo período histórico português marcado pelas divergências ideológicas. A historiografia portuguesa oitocentista encarregou-se de deixar por escrito essas perspectivas e visões políticas distintas através das “histórias” e das “memórias” que os historiadores oitocentistas deixaram nas suas obras.

¹⁰⁹ In, *Idem*, “A Revolução de 1820 e a Revolução Francesa”, in *Revista de História*, Centro de História da Universidade do Porto, Vol. V, Porto, 1984, p. 10.

A Memória da Revolução Francesa na Historiografia Portuguesa Oitocentista

“É sobretudo a partir do século XIX (em Portugal e nos outros países) que a história se constitui como «ciência moderna»”¹¹⁰. A complexificação e os avanços que foram feitos no estudo da história da historiografia, ou seja, a história escrita pelos historiadores, representaram uma modernização no campo das Letras.

O clima que se vivia na Europa e que precedeu os princípios da Revolução Francesa e do triunfo do Liberalismo nos diversos países condicionou, de modo determinante, a nova historiografia que estava a emergir¹¹¹. Esta começava a tender para a história genética das nações, ou seja, para a valorização do passado nacional ligado ao movimento romântico. O romantismo caracterizou-se como um movimento contrário ao racionalismo e ao iluminismo e procurou, precisamente, um nacionalismo que viria a ser consolidado nos estados nacionais europeus. Como tal, a historiografia produzida no século XIX foi, em grande medida, marcada pelo romantismo, ou seja, pela subjectividade e pelo lirismo. Mas acima de tudo pelas emoções do autor, designadamente, os seus sentimentos, os seus sonhos e desejos e as suas recordações do passado e das lendas nacionais associadas à saudade.

A história contemporânea foi uma das temáticas privilegiadas pelos historiadores portugueses oitocentistas uma vez que “surge com particular significado não só nas críticas pontuais à Revolução Francesa” (...) “mas particularmente no combate às invasões francesas, que originaram uma vasta literatura polémica”¹¹². Como tal, a valorização do passado histórico nacional começou a ganhar uma maior saliência no século XIX devido ao “forte investimento que foi feito na construção de uma nova memória da Nação e a sua elevação a tema historiográfico propriamente dito”¹¹³. Foi precisamente “a influência francesa” que, para além de ter tido “importância na formação do pensamento liberal”¹¹⁴, contribuiu para o surto historiográfico e para a identidade do Portugal de Oitocentos.

A identidade da Nação foi, assim, uma das principais temáticas escolhidas pelos historiadores oitocentistas: “Por toda a Europa” perpassava “uma atmosfera nova no

¹¹⁰ In, Torgal, Luís Reis, Mendes, J. M. Amado, Catroga, Fernando e Barbosa, Henrique, *História da História em Portugal séculos XIX-XX*, 2 vols., S/I, Temas e Debates, 1998, p. 14.

¹¹¹ Vide, Serrão, Joaquim Veríssimo, *História breve da historiografia portuguesa*, Lisboa, Verbo, 1962, p. 245.

¹¹² In, Torgal, *op.cit.*, pp. 38 e 39.

¹¹³ In, *Ibidem*, p. 46.

¹¹⁴ In, *Ibidem*, p. 35.

sentido de desenterrar os tesouros históricos e de os tomar como tema para a valorização do passado". Atingia-se "a consciência viva de um povo de ter conhecimento preciso do seu passado, da linha histórica que explica a sua permanência ao longo dos séculos"¹¹⁵. O historiador alemão Henrique Schaeffer teve um contributo importante para a cultura histórica portuguesa com a sua obra *História de Portugal*, tendo influenciado outros autores como Alexandre Herculano (1810-1877). Em contacto com a historiografia alemã e com outros historiadores liberais franceses, Herculano expressou a sua preocupação em definir o carácter nacional que se prolongou "em sentidos diversos, num conjunto muito significativo de obras publicadas na segunda metade de Oitocentos"¹¹⁶. Esta ideia de carácter nacional encontrava-se relacionada com o impacto e com a memória da Revolução Francesa no Portugal Oitocentista: uma boa parte das obras deste período expressou a valorização da identidade nacional associada ao impacto que a Revolução teve em Portugal, tanto no século XVIII como no século XIX. Por outras palavras, a identidade portuguesa de Oitocentos foi construída em grande medida com base na memória que os autores tiveram da Revolução Francesa em si e dos seus efeitos.

Foi, portanto, no alvor da modernidade que o "ritualismo memorial ganhou a sua mais pública expressão, podendo mesmo sustentar-se que" este "foi o século da memória"¹¹⁷. E a memória da Revolução Francesa vai estar, sem dúvida, presente num conjunto de historiadores oitocentistas. Poderá mesmo dizer-se que uma boa parte da historiografia portuguesa oitocentista não ficara indiferente a este acontecimento que teve repercussões em Portugal. Independentemente do tipo de historiografia produzida, os autores tendem, na maior parte das vezes, com o contributo e auxílio da memória a mencionar a Revolução Francesa e o impacto, positivo ou negativo, que teve em Portugal tanto no século XVIII como no seguinte. A historiografia nasceu assim "como um meio de combate contra o esquecimento, ou melhor, como uma nova ars memoriae exigida pela decadência da transmissão oral e imposta pela crescente afirmação da racionalidade e da escrita"¹¹⁸. De certo modo, podemos afirmar que a historiografia é a "filha da memória" e a própria memória "é, igualmente, um produto da história"¹¹⁹,

¹¹⁵ In, Serrão, *op.cit.*, pp. 246 e 247.

¹¹⁶ Vide, Matos, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Colibri, 1998, p. 215.

¹¹⁷ In, Catroga, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001, p. 29.

¹¹⁸ In, *Ibidem*, p. 40.

¹¹⁹ In, *Ibidem*, pp. 50 e 51.

pois a historiografia ao falar do passado recorre, inevitavelmente, aos usos da memória, independentemente, se é uma memória primária, secundária, recente ou afastada.

Os historiadores portugueses oitocentistas podem, assim, ser compreendidos através de uma análise à memória gerada sobre a Revolução Francesa¹²⁰. Esta, pelo seu carácter intemporal, marcou os autores que viveram durante o período revolucionário e aqueles que foram afectados pelas consequências da Revolução a longo prazo: uns viveram o triunfo de alguns princípios da Revolução de 1789 a serem consagrados pela Carta de 1814 e outros viram 1830 como o “*ano que marca de súbito a vitória definitiva da Revolução Francesa*” na medida em que a Revolução de 1830 “*consagrou*” (...) “*o triunfo das ideias de 1789*”¹²¹.

As leituras de autores estrangeiros, como Montesquieu e Guizot, ajudaram os historiadores portugueses a ter outra perspectiva sobre a Revolução Francesa. Nesta vertente, e tendo em conta outros factores que mais adiante falaremos, o pensamento político-ideológico dos historiadores portugueses oitocentistas será progressivamente construído com o auxílio da influência de outros autores estrangeiros. A vertente ideológica será uma característica fundamental e essencial na compreensão da leitura das obras dos historiadores que escolheram abordar o impacto da Revolução Francesa em Portugal. Em conjunto com os usos da memória e com as diferentes aspirações político-ideológicas, os autores que aqui vamos estudar conseguiram construir novas e diversas linhas de interpretação que marcaram a historiografia de Oitocentos. De certo modo, a questão ideológica dinamizou e influenciou a escrita dos historiadores referente ao interesse que detinham pelo passado nacional. Daí Torgal e Roque afirmarem que a historiografia portuguesa oitocentista ao possuir um carácter puramente ideológico permitiu uma maior abertura à Época Contemporânea¹²².

O Portugal de Oitocentos foi marcado por esta ênfase da escrita da história e da memória. O prestígio dos historiadores começa a ser realçado, através da sua historiografia associada às “*liturgias de recordação, tendo em vista socializar e enraizar a(s) nova(s) memória(s) em construção*”¹²³. A fabricação e a pluralidade de memórias sobre o impacto da Revolução Francesa em Portugal será um modo de refundar e de construir a identidade da Nação e, ao mesmo tempo, enfatizar novas

¹²⁰ Vide, Lefebvre, Georges, *O Nascimento da Historiografia Moderna*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1981, p. 178.

¹²¹ In, *Ibidem*, p. 178.

¹²² Vide, Mattoso, José (Dir.), *História de Portugal*, 9 Vols., s/l, Círculo de Leitores, 1993, vol. 5, p. 11.

¹²³ In, Catroga, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001, p. 57.

memórias dentro da própria historiografia portuguesa oitocentista¹²⁴. Esta utilidade da história e, conseqüentemente, do próprio surto historiográfico devem ser compreendidos à luz do contexto político, social e económico do Portugal de Oitocentos¹²⁵. Os historiadores, incitando e mobilizando a opinião pública, procuraram demonstrar a importância dos “*ensinamentos do passado. E esta intenção aconselhava a refundar, historiograficamente, a memória da nação*”¹²⁶, nomeadamente, em Alexandre Herculano e os seus aprendizes.

Alguns autores, anteriores e posteriores a Herculano, representaram um contributo significativo para a historiografia portuguesa de Oitocentos. É o caso de José Acúrsio das Neves (1766-1834), Luz Soriano (1802-1891), José Maria de Sousa Monteiro (1810-1881), Francisco Duarte de Almeida e Araújo (1816-1877), José Maria Latino Coelho (1825-1891), Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895), José de Arriaga (1844-1921), Oliveira Martins (1845-1894), José Pereira de Sampaio (Bruno) (1857-1915) e João Lopes Carneiro de Moura (1857-1944). As obras produzidas por este conjunto de autores demonstraram uma valorização do passado nacional português ao retratarem o impacto que a Revolução Francesa teve em Portugal. Os diferentes posicionamentos ideológicos possibilitaram várias linhas de interpretação sobre este acontecimento histórico e, por sua vez, as diversas visões dos historiadores permitiram a construção de “memórias”, também elas diversas sobre a Revolução Francesa.

¹²⁴ Vide, *Ibidem*, p. 57.

¹²⁵ Vide, *Ibidem*, p. 57.

¹²⁶ In, *Ibidem*, pp. 59 e 60.

O retrato biográfico dos historiadores

A vida familiar e académica

A compreensão do discurso ideológico deve ser entendido à luz de um conjunto de factores importantes. Um deles é a vida familiar e académica, pois estes dois aspectos condicionaram as diferentes perspectivas e pensamentos político-ideológicos dos autores portugueses oitocentistas. Contudo, deve ser igualmente percebido consoante o seu maior ou menor distanciamento face à Revolução Francesa. Daí a importância da elaboração de um quadro onde estivesse devidamente estipulado as várias divisões dos autores. Assim é possível através dos vários agrupamentos dos historiadores entender as diferenças e as semelhanças entre cada um, em termos cronológicos e memorialísticos, a partir de uma visão comparada.

Quadro I – Divisão dos autores em termos cronológicos e memorialísticos

1º Autores que viveram durante o período da Revolução Francesa e das Invasões Francesas				
José Acúrsio das Neves (1766-1834)		Luz Soriano (1802-1891)		
2º Autores que viveram durante o Período da Revolução Liberal e da Regeneração				
	José Maria de Sousa Monteiro (1810-1881)	Francisco Duarte de Almeida Araújo (1816-1877)	José Maria Latino Coelho (1825-1891)	
3º Autores que viveram a crise da Monarquia e o período de afirmação do Republicanismo				
	Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895)	José de Arriaga (1844-1921)	Oliveira Martins (1845-1894)	
4º Autores que viveram entre a Monarquia e a República				
José Pereira de Sampaio (Bruno) (1857-1915)		João Lopes Carneiro de Moura (1868-1944)		

O principal objectivo da organização do quadro pelo enquadramento histórico e político é entender, precisamente, de que modo é que o contexto, juntamente com a vida pessoal e académica, influenciou e determinou o discurso ideológico dos historiadores nas suas obras.

José Acúrsio das Neves e Luz Soriano foram os únicos historiadores que viveram durante o período da Revolução Francesa e das Invasões Francesas. Quer isto então dizer que os autores viveram em primeira mão estes acontecimentos, acabando por adquirir uma percepção mais directa destes factos históricos. A historiografia que escreveram foi muito baseada nas experiências que tiveram destas ocorrências através da memória – uma memória que se caracterizou por ser, precisamente, directa. Inevitavelmente, para além de fazerem história com base nesta memória e com base na influência da vida familiar e académica, Acúrsio das Neves e Soriano não conseguiram colocar de parte as suas posições ideológicas, pois tais tendências foram apoderadas pela memória que tinham ora da Revolução Francesa, ora das invasões francesas. Nesta vertente, a profissão histórica destes autores revelou ser bastante rudimentar. As ferramentas e os métodos utilizados, como o rigor histórico, eram praticamente inexistentes. Tal explica-se pelo contexto social, político e cultural, bem como pela época conturbada em que viveram.

Filho de António Neves e de Josefa da Conceição, José Acúrsio das Neves¹²⁷ (n. 1766, Fajão, Pampilhosa da Serra; m. 1834, Sarzedo, Arganil) foi licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra. As posses familiares permitiram-lhe prosseguir os seus estudos, tanto que em 1782 ingressou na Faculdade de Leis. Em 1787 concluiu a sua formação académica e iniciou a carreira profissional na magistratura. Ao contrário de Neves, Simão José da Luz Soriano (n. 1802; m. 1891)¹²⁸ era oriundo de uma família modesta e pobre. Admitido na Casa Pia onde realizou a instrução primária, teve (desde cedo) uma grande vocação para os estudos, tanto que em 1823 se matriculou no primeiro ano da Academia Real da Marinha. O seu conhecimento autodidacta permiti-

¹²⁷ As informações sobre este autor foram retiradas da *Grande Enciclopédia Universal*, Durclub S.A., Lisboa, s/d, vol. 14, pp. 9323 e 9324. As restantes informações e citações foram consultadas e retiradas do *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo* Matos coordenado por Sérgio Campos, pp. 1 a 7 (disponível no site eletrónico da Biblioteca Nacional de Portugal e do Centro de História da Universidade de Lisboa).

¹²⁸ As informações e citações foram retiradas do *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo* Matos coordenado por Sérgio Campos, pp. 1 a 10 (disponível no site eletrónico da Biblioteca Nacional de Portugal e do Centro de História da Universidade de Lisboa), da *Grande Enciclopédia Universal*, Durclub S.A., Lisboa, s/d, vol. 18, pp. 12348 e 12349 e Mónica, Maria Filomena, *Dicionário biográfico parlamentar: 1834-1910*, 3 Vols., Lisboa, Assembleia da República Imprensa de Ciências Sociais, 2004, Vol. 3, pp. 783 a 785.

lhe prosseguir com os estudos na Universidade de Coimbra. Contudo, dada a instabilidade política do país viu-se impossibilitado/impedido de seguir a vida académica. Os estudos permitiram aos historiadores toda uma preparação e desenvolvimento de pensamentos e de teorias que viriam a ser colocados em destaque nas suas obras. Os valores familiares, as regras e a educação foram a base para a formação dos historiadores.

José Maria de Sousa Monteiro, Francisco Duarte de Almeida Araújo e José Maria Latino Coelho encontram-se inseridos num contexto diferente. Estes não vivenciaram a Revolução Francesa e os seus efeitos da mesma maneira que Neves e Soriano e aqueles que experienciaram não possuíam qualquer memória devido à sua tenra idade. Tome-se como exemplo Sousa Monteiro que tinha 3 anos e Araújo 9 anos quando se deu a primeira invasão francesa. Ainda assim, poderão ter sido influenciados, nalguns casos, pela tradição oral ou mesmo pela família uma vez que a educação que os mesmos receberam, inevitavelmente, deverá ter condicionado a sua maneira de pensar e o modo de encarar a vida. O período da Revolução Liberal e da Regeneração ajudaram nesse aspecto como iremos verificar mais adiante.

Significa isto que as obras de José Maria de Sousa Monteiro, de Francisco Duarte de Almeida Araújo e de José Maria Latino Coelho são um conjunto de trabalhos historiográficos com traços diferentes dos autores do primeiro grupo. Neste caso, as memórias serão “secundárias” e não “primárias”. Seguindo esta perspectiva, a questão político-ideológica continuou a sobressair mas agora em pleno período Liberal, um contexto histórico, político e social diferente de José Acúrsio das Neves e de Luz Soriano. Esta situação será verificável, por exemplo, com a própria escrita dos historiadores como teremos oportunidade de constatar na parte seguinte. Em relação à metodologia ou à chamada profissão histórica, os autores não possuíam, tal como os historiadores do primeiro agrupamento, ferramentas históricas muito desenvolvidas. Contudo, notou-se por diversas vezes um registo ligeiramente diferente, como se verá.

José Maria de Sousa Monteiro (n. 1810, Porto; m. 1881 (?))¹²⁹, filho de José Luís de Sousa Monteiro e irmão de Dâmaso Joaquim Luís de Sousa Monteiro, aos 18 anos saiu de Portugal para o Brasil, em virtude do início da Guerra Civil Portuguesa (1828-1834). Em 1833 teve de sair do Império devido às perseguições que se faziam aos

¹²⁹ As diversas informações sobre José Maria de Sousa Monteiro foram retiradas da *Grande Enciclopédia Universal*, Durclub S.A., Lisboa, s/d, vol. 14, p. 9028 e do Silva, Innocência da, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomos XXIII, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1973 (a versão original remonta a 1858-1958), Tomo XIII, pp. 118 e 119 e Tomo V, pp. 52 e 53.

portugueses, embora no ano seguinte tenha regressado ao seu país de origem. Contrariamente a Monteiro, sabemos que Francisco Duarte de Almeida Araújo (n. 1816, Lagos, Algarve; m. 1877 (?))¹³⁰, teve uma formação académica mais apurada: estudou com os Padres do Oratório na casa do Espírito Santo e no Mosteiro de São Vicente de Fora. Adquiriu uma capacidade intelectual e um conhecimento através das disciplinas que teve durante a sua educação: aritmética, geometria, geografia, história, filosofia racional e moral e aulas de retórica e eloquência. Frequentou, igualmente, a escola cirúrgica de Lisboa e a escola de construção e de arquitectura naval. Relativamente a José Maria Latino Coelho, e tal como Sousa Monteiro, pouco ou praticamente nada se sabe sobre a vida familiar. Contudo, Latino Coelho (n. 1825, Lisboa; m. 1891, Sintra) ingressou, em 1839, na escola politécnica e anos mais tarde frequentou a escola do exército onde concluiu o curso de engenharia militar¹³¹.

Os autores da terceira divisão temporal encontram-se num patamar diferente em relação aos dois primeiros. A sua historiografia tem um certo rigor e metodologias históricas devido não só à época em que se encontravam, o período da crise da Monarquia e da afirmação do Republicanismo, como também à corrente filosófica que começou a ganhar força a partir, precisamente, da segunda metade do século XIX: o positivismo. Todavia, e neste caso, a memória de Pinheiro Chagas, de José de Arriaga e de Oliveira Martins foi uma memória bastante construída com interpretações diferentes influenciadas, novamente, pela questão familiar, pelo percurso académico e pelas tendências político-ideológicas. Por exemplo o facto de José de Arriaga ser um Republicano Liberal e Oliveira Martins defender a liberdade política e económica mas, ao mesmo tempo, defender a ditadura de João Franco, influenciará certa e decididamente o discurso na sua obra. Neste caso, iremos ter visões diferentes de cada autor, embora se cruzem no mesmo patamar, sobre o modo como cada um encarou e escolheu falar sobre o impacto da Revolução Francesa em Portugal.

¹³⁰ As informações sobre este autor foram retiradas de Silva, Innocêncio da, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomos XXIII, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1973 (a versão original remonta a 1858-1958), Tomo II, p. 371 e Tomo IX, pp. 284 e 285.

¹³¹ As informações e as citações sobre José Maria Latino Coelho foram retiradas de Nóvoa, António, *Dicionário de Educadores Portugueses*, 1ª Edição, Porto, ASA, 2003, pp. 370 a 371, da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s/d, Vol. 14, p. 736 e de Mónica, Maria Filomena, *Dicionário biográfico parlamentar: 1834-1910*, 3 Vols., Lisboa, Assembleia da República Imprensa de Ciências Sociais, 2004, Vol. 1, pp. 802 a 805.

Manuel Pinheiro Chagas (n. 1842, Lisboa; m. 1895, Lisboa)¹³² era filho de Joaquim Pinheiro Chagas e de Gertrudes Ramos. A sua formação escolar passou desde tenra idade pela vertente militar: começou os seus estudos no colégio militar, nas escolas do exército e por último no politécnico. Neste sentido, ocupou o cargo de praça “no Regimento de Infantaria 16, sendo promovido a alferes em Julho de 1859”, tendo ficado inactivo no serviço militar entre 1866 e 1883. Foi lente no Curso Superior de Letras e foi promovido a tenente em 1883. Terminou a vida e a carreira militar 5 anos mais tarde no cargo de capitão. De origens nobres e de pais abastados, José de Arriaga (n. 1844, Horta; m. 1921, Lisboa)¹³³, irmão de Manuel Arriaga, foi já o que podemos designar como um historiador, tendo, contudo como formação básica o Direito, curso obtido pela Universidade de Coimbra em 1869. Joaquim Pedro de Oliveira Martins (n. 1845, Lisboa; m. 1894, Lisboa)¹³⁴ foi um “*historiador, economista, antropólogo, crítico social e político*”. Embora nunca tenha frequentado a Universidade, ao contrário de Arriaga, Oliveira Martins detinha conhecimento capacidade literária. As suas obras eram de “*intencionalidade pedagógica e de divulgação cultural*” e os trabalhos que realizou ao longo da sua vida exerceram uma grande influência noutros historiadores, autores, críticos e literários, tanto do século XIX, como do século XX.

O percurso escolar, como podemos verificar, foi determinante no crescimento intelectual e na própria formação ética e moral de cada historiador. A vida estudantil criou, assim, alicerces para a construção de princípios político e ideológicos dos autores que serão visíveis nos discursos das suas obras.

Os últimos autores oitocentistas inserem-se no período entre a Monarquia e a República tendo editado as suas obras na transição entre estes dois regimes. Mas também pelas suas obras terem sido editadas nestes dois arcos temporais. Carneiro de Moura e Sampaio Bruno encontram-se num patamar mais distanciado e muito diferente

¹³² As citações e as informações colocadas no presente texto foram retiradas e baseadas em Nóvoa, António, *Dicionário de Educadores Portugueses*, 1ª Edição, Porto, ASA, 2003, pp. 328 a 329, no *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo* Matos coordenado por Sérgio Campos, pp. 1 a 10 (disponível no site eletrónico da Biblioteca Nacional de Portugal e do Centro de História da Universidade de Lisboa) e em Mónica, Maria Filomena, *Dicionário biográfico parlamentar: 1834-1910*, 3 Vols., Lisboa, Assembleia da República Imprensa de Ciências Sociais, 2004, Vol. I, pp. 780 a 782.

¹³³ Sobre este autor foram consultados o *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo* Matos coordenado por Sérgio Campos, pp. 1 a 12 (disponível no site eletrónico da Biblioteca Nacional de Portugal e do Centro de História da Universidade de Lisboa) e a *Grande Enciclopédia Universal*, Durclub S.A., Lisboa, s/d, vol. 2, p. 1168.

¹³⁴ Sobre este autor as informações e as citações colocadas no texto foram retiradas de Nóvoa, António, *Dicionário de Educadores Portugueses*, 1ª Edição, Porto, ASA, 2003, pp. 880 a 882 e de Monteiro, Manuela (coord.), *Dicionário de Biografias*, Porto, Porto Editora, 2001, pp. 392 a 395.

dos anteriores, principalmente do primeiro grupo. Estes historiadores estão cronologicamente muito afastados dos acontecimentos da passagem do século XVIII para o século XIX e, como tal, trabalharam a memória e a sua historiografia de forma diferente e distinta. Contudo, por estarem mais afastados estes autores fizeram uma historiografia bastante influenciada pelas visões dos outros historiadores. Uma vez mais as tendências políticas serão determinantes no seu pensamento, pois irá reflectir-se nos discursos das suas obras. Neste sentido, o papel do historiador foi muito mais sofisticado e aperfeiçoado, pois as metodologias históricas sofreram algumas modificações. Nestes dois casos, a vida familiar e estudantil pouco pode ajudar a compreender a ideologia e o discurso que os autores adoptaram nas suas obras. As informações são escassas como se pode constatar no parágrafo seguinte.

João Lopes Carneiro de Moura (n. 1868, Montalegre; m. 1944, Lisboa)¹³⁵ era oriundo de uma família transmontana. Em termos académicos Carneiro de Moura frequentou o curso de Teologia na Universidade de Coimbra, tendo concluído a licenciatura em Direito, em 1892, pela mesma universidade. Após a conclusão do curso desempenhou advocacia na Companhia de Moçambique onde desenvolveu diversas actividades relacionadas com a política. José Pereira de Sampaio (n. 1857, Porto; m. 1915, Porto)¹³⁶, filho do Beirão José Pais de Sampaio e de Albina Pereira Barrosa, mais conhecido pelo seu pseudónimo Bruno, foi jornalista e escritor, embora se tenha formado em medicina¹³⁷.

¹³⁵ As informações e as citações sobre este autor foram retiradas de Nóvoa, António, *Dicionário de Educadores Portugueses*, 1ª Edição, Porto, ASA, 2003, pp. 960 a 962, da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* Editorial Enciclopédia, Lisboa Rio de Janeiro, s/d, Vol. 5, p. 974 e de Maria Filomena, *Dicionário biográfico parlamentar: 1834-1910*, 3 Vols., Lisboa, Assembleia da República Imprensa de Ciências Sociais, 2004, Vol. II, pp. 1016 a 1018.

¹³⁶ As informações e as citações sobre este autor foram retiradas da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* Editorial Enciclopédia, Lisboa Rio de Janeiro, s/d, Vol. p. 891.

¹³⁷ Ramos, Luís de Oliveira, “Sampaio Bruno e os problemas do seu tempo”, in *O Tripeiro*, VII série, nº 12, Porto, 1992, pp. 358 a 368.

A biografia política-ideológica

A questão ideológica, como temos vindo a realçar ao longo do texto, foi determinante para se perceber o tipo de pensamento e para se compreender melhor a perspectiva de cada historiador sobre a obra que escreveu. As suas tendências político-ideológicas condicionaram a maneira de pensar, a própria escrita e a própria construção da memória da Revolução Francesa na historiografia. Como tal, nas suas obras estarão inculcadas e muito presentes um conjunto de expressões que nos ajudarão a deter uma melhor percepção sobre a ideologia política do autor influenciadas pelos factores já mencionados. Nesta óptica, o quadro abaixo procura tornar mais claras as diversas posições de teor ideológico de cada historiador português oitocentista. Através do agrupamento e da divisão dos vários historiadores e do seu posicionamento político tornou-se mais perceptível a leitura e a compreensão posterior das suas obras, bem como a perspectiva comparada introduzida.

Quadro II – Divisão dos autores em termos ideológicos

1º Autores Monárquicos/Absolutistas			
José Acúrsio das Neves (1766-1834)		José Maria de Sousa Monteiro (1810-1881)	
2º Autores Liberais			
Luz Soriano (1802-1891)	Francisco Duarte de Almeida Araújo (1816-1877)	José Maria Latino Coelho (1825-1891)	Radicalismo Esquerda
			João Lopes Carneiro de Moura (1868-1944)
3º Autores Conservadores			
Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895)		Oliveira Martins (1845-1894)	
4º Autores Republicanos			
José de Arriaga (1844-1921)		José Pereira de Sampaio (Bruno) (1857-1915)	

Em termos ideológicos, José Acúrsio das Neves e José Maria Sousa Monteiro encontram-se no grupo dos historiadores monárquicos e defensores da causa absolutista.

No seguimento da primeira invasão francesa¹³⁸ comandada pelo general francês Junot, Acúrsio das Neves¹³⁹ assistiu à saída da Corte e da família real para o Brasil. Não sendo indiferente a tal acontecimento, manifestou o seu desagrado perante o “*derrotismo da Regência, assim como do pessimismo de grande parte da intelectualidade e das classes militares*”. A forte actividade panfletária, característica do Século das Luzes, foi uma das estratégias adoptados por Neves para “*contrariar*” precisamente “*essas tendências*”. Após a Revolução Liberal de 1820, José Acúrsio das Neves foi eleito deputado nas Cortes de 1822 e no seguimento da Vilafrancada, ocorrida a 27 de Maio de 1823, foi readmitido na Junta do Comércio e demitido da mesma em 1824, por ter sido suspeito de participar no movimento Abrilada a 29/30 de Abril de 1824. Estando o poder miguelista implantado em Portugal, Neves exerceu novamente funções nos seus ofícios, em 1826. Durante o governo de D. Miguel I foi nomeado Procurador Letrado de Lisboa na Junta dos Três Estados em 1828, onde ficou famoso pelo discurso que proferiu nas Cortes. Nestas explicitou e fundamentou que, de acordo com as leis sucessórias e com as Cortes de Lamego, D. Miguel I era o rei legítimo ao trono de Portugal e D. Pedro IV um usurpador, embora unidos pelos laços de sangue. No seguimento da Guerra Civil entre liberais e absolutistas (1828-1834) escreveu o *Boletim do Exército de D. Miguel*. Partidário da causa miguelista e monárquica, José Acúrsio das Neves não aderiu, como tal, à causa liberal. Foi encontrado morto e sozinho num palheiro no dia 6 de Maio de 1834 onde se havia refugiado das perseguições contra os partidários miguelistas.

Em virtude de um pensamento político-económico conseguido pelos seus estudos, José Acúrsio das Neves produziu uma vasta bibliografia, ao longo dos anos. Salientam-se o *Manifesto da Razão contra as usurpações francesas oferecido à Nação*

¹³⁸ Depois da primeira invasão, Acúrsio das Neves exerceu diversos cargos: em 1810 foi eleito sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa; nesse mesmo ano executou funções de deputado e de secretário na Real Junta do Comércio, Agricultura Fábricas e Navegação; na Real Fábrica das Sedas e Obra das Águas Livres e, por último, na Junta de Liquidação da extinta Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Foi reconhecido, precisamente, pelo seu desempenho, dedicação e trabalho no domínio económico com as Ordens de Cristo e da Nossa Senhora da Conceição.

¹³⁹ As informações e as citações sobre Acúrsio das Neves foram retiradas das seguintes obras: da *Grande Enciclopédia Universal*, Durclub S.A., Lisboa, s/d, vol. 14, pp. 9323 e 9324. As restantes informações e citações foram consultadas e retiradas do *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo* Matos coordenado por Sérgio Campos, pp. 1 a 7 (disponível no site eletrónico da Biblioteca Nacional de Portugal e do Centro de História da Universidade de Lisboa).

Portuguesa, aos Soberanos e aos Povos (1808) e as *Reflexões sobre a invasão dos franceses em Portugal* (1809). A sua obra mais célebre foi a *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino* (1810-1811). Publicada no seguimento das invasões francesas esta representou na visão do autor “*traições e o colaboracionismo de muitas individualidades*” e de muitos indivíduos controversos, como Francisco de Borja Garção Stockler (1759-1829). As divergências entre ambas as partes proporcionaram “*a publicação de desmentidos e justificações*” que se alastraram por muitos anos¹⁴⁰.

No que concerne a José Maria de Sousa Monteiro¹⁴¹ este colaborou na redacção de diversos periódicos e publicações: *Chronica Constitucional; Nacional; Director e Independente*. Em 1847 foi redactor do jornal *Lusitano*, mas no seguimento das Revoluções de 1848 ou da chamada Primavera dos Povos, de carácter liberal que teve início em França, deixou a redacção. Durante uns meses colaborou na redacção da *Regeneração*, mas acabou por sair pelo facto de não se conformar com o decreto do dia 3 de Dezembro de 1851, a partir do qual o Parlamento foi dissolvido¹⁴². Sendo católico, José Maria foi fundador e redactor do periódico *O bem Público* onde defendia de forma intransigente e determinada os valores anti-liberais: ideais semelhantes a Acúrsio das Neves e diferentes de Luz Soriano. Monteiro¹⁴³ produziu diversas obras literárias, mas a principal pela qual ficou conhecido foi a *História de Portugal desde o reinado da Senhora D. Maria I até à Convenção de Évora-Monte* (1838).

¹⁴⁰ Sendo, conforme salienta Eurico Gomes dias, José das Neves “*detentor de uma cultura literária alicerçada nos cânones clássicos*” verificam-se um conjunto de obras publicadas na área da História, da Política e da Economia: *Variedade sobre Objectos Relativos às Artes, Comércio e Manufacturas* (1814-1817); *Cartas de Um Cidadão Português a seus Concidadãos sobre Diferentes Objectos de Utilidade Geral e Individual* (1822); *Cosmológicos, Geográficos e Históricos* (1826/1987) e as *Noções Históricas, Económicas e Administrativas sobre a produção e manufactura das Sedas em Portugal...* (1827) e *Considerações Políticas e Comerciais sobre os Descobrimentos e Possessões dos Portugueses na África e na Ásia* (1830).

¹⁴¹ As informações e citações foram retiradas das seguintes obras: *Grande Enciclopédia Universal*, Durclub S.A., Lisboa, s/d, vol. 14, p. 9028 e do Silva, Innocência da, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomos XXIII, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1973 (a versão original remonta a 1858-1958), Tomo XIII, pp. 118 e 119 e Tomo V, pp. 52 e 53

¹⁴² Posteriormente, Sousa Monteiro continuou no campo jornalístico tendo colaborado na *Reforma*, na *Esperança*, na *Revista Popular*, no *Archivo Popular*, na *Epocha e Ilustração* e n’*O Domingo*. Neste último, escreveu artigos louváveis sobre figuras importantes da História de Portugal e de outros acontecimentos que moldaram o percurso histórico do reino. Tome-se como exemplo os seguintes: *Memórias da vida de José Liberato; Da origem e do estabelecimento da Inquisição em Portugal* e a *Propaganda protestante em Portugal*.

¹⁴³ José Maria de Sousa Monteiro foi nomeado Chefe de Repartição na Secretaria da Câmara dos Pares tendo recebido outros títulos, igualmente, prestigiantes. Foi-lhe concedido o grau de Cavaleiro da Ordem da Nossa Senhora da Conceição.

Os autores da segunda divisão decidimos agrupá-los na categoria dos “Autores Liberais”. Os motivos foram vários. Vejamos o caso de Luz Soriano¹⁴⁴. Contrariamente a Acúrsio das Neves, Soriano foi um “*liberal convicto*” e ao participar na revolta fracassada anti-miguelista, ocorrida no Porto, em Maio de 1828, viu-se obrigado a fugir para a Galiza e depois para Plymouth, em Inglaterra. No ano seguinte, Soriano partiu para a Ilha Terceira, onde foi redactor da *Crónica da Terceira (1830)*. O autor destacou-se, portanto, na área jornalística e no campo da escrita e da história. Em 1832, escreveu um conjunto de poemas e canções de teor anti-miguelista e dedicados a antigos companheiros intitulado *Poesias Diversas de Simão José da Luz, voluntário, emigrado e académico de Coimbra*. Anos mais tarde regressou a Portugal e após o fim da guerra civil entre absolutistas miguelistas e liberais constitucionais desempenhou cargos no Ministério até 1837. Nos anos seguintes ocupou diversos cargos relacionados com a administração ultramarina portuguesa. Luz Soriano “*foi um dos grandes impulsionadores da colonização portuguesa de Moçambique*” e face aos serviços prestados foi também “*nomeado vogal do Conselho Ultramarino, por determinação do marquês Sá da Bandeira*”. A carreira parlamentar de Soriano concentrou-se, apenas, nas duas primeiras legislaturas da Regeneração (1851-1852 e 1853-1856) para representar, precisamente, a província ultramarina de Angola. Em 1852, emitiu uma declaração de teor político na Câmara dos Deputados sobre os actos ditatoriais do Duque de Saldanha. Nesta afirmou a sua oposição e reprovação da “*obra legislativa da ditadura, por ser fruto de uma revolução (o pronunciamento de Abril de 1852)*”. Isto porque Soriano¹⁴⁵ afirmou ser contra as revoluções que não tivessem “*a adopção de um grande princípio social*” (...) “*ligada à felicidade pública*”.

Francisco Duarte de Almeida Araújo desempenhou diversos cargos designadamente o de Solicitador da Fazenda Nacional na Comarca de Lisboa e

¹⁴⁴ As informações e citações foram retiradas do *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo* Matos coordenado por Sérgio Campos, pp. 1 a 10 (disponível no site eletrónico da Biblioteca Nacional de Portugal e do Centro de História da Universidade de Lisboa), da *Grande Enciclopédia Universal*, Durclub S.A., Lisboa, s/d, vol. 18, pp. 12348 e 12349 e Mónica, Maria Filomena, *Dicionário biográfico parlamentar: 1834-1910*, 3 Vols., Lisboa, Assembleia da República Imprensa de Ciências Sociais, 2004, Vol. 3, pp. 783 a 785.

¹⁴⁵ Luz Soriano, por sua vez, ficou conhecido pela literatura que produziu referente à História de Portugal do século XIX. Tome-se como referência a *História do Cerco do Porto* (1846); *Revelações da Minha Vida e Memórias de Alguns Factos e Homens meus Contemporâneos* (1860); *História da Guerra Civil* (1866-1890); *História do Reinado de El-rei D. José e da Administração do Marquês de Pombal* (1867), *Vida do Marquês de Sá da Bandeira* (1887-1888), entre outros. Numa frase podemos afirmar que Luz Soriano foi um autor “*imprescindível para o conhecimento da guerra civil e do processo de implantação do liberalismo em Portugal*”.

trabalhou, durante muitos anos, na imprensa periódica literária, religiosa e política. Tal como Sousa Monteiro, Araújo foi, igualmente, redactor e colaborador em diversos jornais: *Beijaflor*; *Archivo Familiar*; *Jornal de Agricultura*; *Revista Contemporânea*; *Ilustração Luso-Brasileira*; *Ilustração Popular*; *Amigo da Religião*, *Jornal Catholico*; *Estandarte*; *Imprensa*; *Jornal Mercantil*; *Defensor e Periódico dos Pobres*, entre muitos outros exemplos. O seu contributo literário passou ainda pela publicação de diversas obras ilustres para a História de Portugal nomeadamente *História de Portugal, desde os tempos primitivos até à fundação da monarchia, e d'esta epocha até á infausta morte da senhora D. Maria II* (1852). Todavia, a tradução da obra *Histoire des Girondins* (1854) de Lamartine destacou-se na literatura de Araújo, dando possivelmente pistas aos leitores da sua perspectiva ideológica. Com base nos dados recolhidos sobre Francisco Duarte de Almeida Araújo pouco podemos dizer sobre as suas tendências político-ideológicas. Apenas pela leitura da obra e pela subsequente mensagem do texto se consegue perceber que o autor defendia a causa liberal, reprovando o regime monárquico absolutista.

José Maria Latino Coelho¹⁴⁶ foi nomeado secretário da Academia de Ciências de Lisboa, onde passou a dirigir o Dicionário de Língua Portuguesa. Publicou diversos artigos na *Revolução de Setembro* abordando “*questões de carácter social e político*”, onde se debruçou “*sobre a evolução da doutrina democrática*” e questões que abalaram a Europa. Passou mais tarde a colaborar, de forma activa, neste jornal onde começou a combater o governo. Durante algum tempo foi, também, redactor principal de um periódico da sua orientação política, *A Emancipação*. Em 1854 foi eleito deputado (nas eleições suplementares) por Lisboa e nas eleições de 1856-1860 pelos Açores. Entre 1868 e 1869 ocupou o cargo de Ministro da Marinha e Ultramar. Inicialmente Latino Coelho filiou-se no Partido Regenerador, mas depois aderiu em 1861 aos históricos, uma ligação curta e breve que acabou três anos mais tarde. Posteriormente integrou o Partido Reformista, tendo feito parte do “*elenco governativo de Sá da Bandeira e do Bispo de Viseu*”. Por último, Latino Coelho¹⁴⁷ “*acabou como activo dirigente do*

¹⁴⁶ As informações e as citações sobre José Maria Latino Coelho foram retiradas de Nóvoa, António, *Dicionário de Educadores Portugueses*, 1ª Edição, Porto, ASA, 2003, pp. 370 a 371, da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s/d, Vol. 14, p. 736 e de Mónica, Maria Filomena, *Dicionário biográfico parlamentar: 1834-1910*, 3 Vols., Lisboa, Assembleia da República Imprensa de Ciências Sociais, 2004, Vol. 1, pp. 802 a 805.

¹⁴⁷ Latino Coelho valorizou, desde sempre, a educação e a promoção de um sistema de ensino em Portugal, acreditando na defesa dos bons valores morais da Pátria. Destacou-se, igualmente, na escrita de jornais, revistas e memórias académicas. José Maria Latino Coelho foi, ainda, “*agraciado com a Grã-*

Partido Republicano”. Como tal evoluiu “*de um liberalismo regenerador para uma posição mais à esquerda, abandonando o Partido Regenerador para se filiar no Republicano*”. Em termos literários tinha um estilo profundamente “*retórico e rebuscado, devido ao conhecimento enciclopédico e permanentemente actualizado, inspirando-se em autores alemães e franceses*”.

No campo político, Carneiro de Moura¹⁴⁸ aderiu ao Partido Regenerador e foi para o Parlamento em 1896 e 1897, “*com o apoio do governo presidido por Hintze Ribeiro*”. Inicialmente defendeu que a política deveria ser prioridade e que deveria conferir uma maior importância às “*questões económicas e sociais*”. Obcecado com a questão “*da propagação do socialismo revolucionário*” Moura defendia a protecção que o Estado concedia às “*classes trabalhadoras*”. De certo modo, o autor representava a concepção do novo liberalismo do final de Oitocentos, criticando o antigo liberalismo. Durante os primeiros anos de governação de João Franco, Carneiro de Moura desempenhou, igualmente, “*cargos da administração estatal, no Ministério dos Negócios do Reino*”. Até 1901 detinha a designação de “*franquista*”. Mas a partir desta data, Carneiro de Moura “*viria ele próprio a entregar-se crescentemente ao radicalismo esquerdista*” tanto que “*a 24 de Fevereiro de 1907, apareceu num comício contra a lei de imprensa de João Franco, convocado por republicanos e dissidentes progressistas*”. Foi em 1901 que Carneiro de Moura fundou o jornal *O Liberal*. Através deste “*atacou vigorosamente actos de administração pública*” e redigiu uma campanha com uma linguagem violenta contra o jornal *O Século*. Moura dirigiu o jornal *O Popular*, tendo colaborado noutras publicações como o *Boletim das Missões Civilizadoras* e o *Boletim da Emigração*. Teve por isso uma grande intervenção na imprensa com um cunho político. Estas funções jornalísticas permitiram-lhe enquanto docente nas disciplinas de Geografia e História uma melhor preparação na “*colaboração regular em jornais como Diário Ilustrado e A Tarde*”. Foi um grande defensor da educação nomeadamente da criação de escolas para todas as pessoas e do investimento na formação dos professores. Neste âmbito, Moura exerceu funções de professor na Escola Colonial e foi “*director*

Cruz da Ordem de Leopoldo da Bélgica e com diversas condecorações” tendo pertencido “*a várias corporações literárias e científicas, nacionais e estrangeiras*”.

¹⁴⁸ As informações e as citações sobre este autor foram retiradas de Nóvoa, António, *Dicionário de Educadores Portugueses*, 1ª Edição, Porto, ASA, 2003, pp. 960 a 962, da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* Editorial Enciclopédia, Lisboa Rio de Janeiro, s/d, Vol. 5, p. 974 e de Maria Filomena, *Dicionário biográfico parlamentar: 1834-1910*, 3 Vols., Lisboa, Assembleia da República Imprensa de Ciências Sociais, 2004, Vol. II, pp. 1016 a 1018.

da Direcção Geral da Segurança Pública e director geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior” até à sua reforma, em 1927¹⁴⁹.

A terceira categoria corresponde aos “Autores Conservadores”. Manuel Pinheiro Chagas¹⁵⁰ foi filiado no Partido Regenerador tanto que chegou a dirigir o jornal oficial dos regeneradores, *A Revolução de Setembro*, em 1871. Neste jornal, Chagas “projectava uma visão crítica da sociedade e assumia uma ligação privilegiada à intervenção política”. Em 1883, o autor “foi chamado ao governo presidido por Fontes Pereira de Melo”. A colaboração na imprensa periódica de Pinheiro Chagas é digna de ser referida uma vez que participou e escreveu diversas “crónicas, folhetins e artigos políticos” para além de ter “convivido com a elite jornalística da sua época” o que lhe permitiu alcançar “verdadeiros êxitos como dramaturgo”. Para além da sua veia política foi também “militar, estadista, professor, historiador e escritor”. Neste sentido, Chagas¹⁵¹ foi, igualmente, um “parlamentar brilhante, notabilizando-se, sobretudo, pelas intervenções aquando das discussões sobre a escravatura nas colónias portuguesas”. Isto porque Pinheiro Chagas desempenhou o cargo de Ministro da Marinha e do Ultramar, precisamente, na altura em que as potências europeias se encontravam a discutir a partilha de África (1886). Por outro lado, Chagas teve uma actividade literária bastante intensa e muito diversificada: “poeta romântico da escola de Castilho, o seu Poema da Mocidade, editado em 1865 com uma carta posfácio de Castilho, vai contribuir para o desencadear da “Questão Coimbrã”. No contexto da historiografia portuguesa, a obra de Pinheiro Chagas não é exactamente a de um historiador, na medida em que assenta “numa base de carácter didático e larga difusão”, segundo o professor Sérgio Campos Matos. Neste sentido, destacam-se as principais obras: *História alegre de Portugal* (1880); *Resumo da História de Portugal*

¹⁴⁹ Produziu diversas obras: *A boémia nova* (1889); *A mulher e a civilização – Estudo histórico, económico e jurídico da evolução paralela dos sexos* (1900); *O século XIX em Portugal* (1901); *A instrução educativa e a organização geral do Estado (relatório)* (1909); *A administração colonial portuguesa* (1910), entre outras.

¹⁵⁰ As citações e as informações colocadas no presente texto foram retiradas e baseadas em Nóvoa, António, *Dicionário de Educadores Portugueses*, 1ª Edição, Porto, ASA, 2003, pp. 328 a 329, no *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo* Matos coordenado por Sérgio Campos, pp. 1 a 10 (disponível no site eletrónico da Biblioteca Nacional de Portugal e do Centro de História da Universidade de Lisboa) e em Mónica, Maria Filomena, *Dicionário biográfico parlamentar: 1834-1910*, 3 Vols., Lisboa, Assembleia da República Imprensa de Ciências Sociais, 2004, Vol. I, pp. 780 a 782.

¹⁵¹ O dom da oratória era uma das qualidades que vigorava em Chagas: as intervenções que fazia eram brilhantes, conseguindo captar a atenção do público e, por outro lado, detinha a capacidade de falar e de discutir diversos temas.

(1895); *História de Portugal: popular e ilustrada* (?), entre outras. Tradutor de diversas obras Pinheiro Chagas¹⁵² destaca-se pelo seu “*labor de divulgação histórica*”.

Oliveira Martins¹⁵³, para além do seu grande interesse por questões pedagógicas, ambicionava aprender sobre a expansão/divulgação do livre conhecimento e do saber, com espírito e atitudes críticas e sempre aberto a novas problemáticas e questões. Colaborou e participou, igualmente, em diversos jornais como “*O Jornal do Comércio, A República e A Província*”. Entre 1867 e 1871 começou a produzir diversos géneros literários nomeadamente romances históricos, textos de teor político e filosófico, crónicas e dramas. Entre 1872 e 1878 dedicou-se à elaboração de ensaios de temática histórica e textos de reflexão “*sobre a reorganização socialista da sociedade*”. Neste período Oliveira Martins centrou-se, igualmente, noutras áreas designadamente “*história, pensamento social e político e finanças*”. Podemos afirmar que Martins “*de apologista de uma república ideal e federalista, depressa*” passou “*a crítico sagaz do republicanismo (1873-1874) e teórico do socialismo catedrático*”. Até 1885 o autor¹⁵⁴ aprofundou os seus conhecimentos sobre a História de Portugal e expandiu os seus campos e áreas de interesse: “*geografia, arqueologia, cronologia, antropologia, etnografia, psicologia colectiva, economia, estatística*”. Era, nas palavras de Sérgio Campos Matos, um indivíduo dotado de “*intencionalidade científica*”¹⁵⁵. A partir de 1885 até 1895 Oliveira Martins intensificou o seu envolvimento e participação na vida política: “*aceitou o apoio de regeneradores numa candidatura independente a deputado (1878)*” e “*ser candidato oficial pelo Partido dos Operários Socialistas de Portugal às eleições de 1879 ou ainda integrar uma lista republicana candidata às eleições municipais de 1883, no Porto*”. Ainda neste plano importa referir que Oliveira Martins aderiu ao Partido Progressista tendo muito bem delimitadas e esclarecidas as

¹⁵² Foi nomeado sócio “*da Academia Real das Ciências e de corporações literárias nacionais e estrangeiras, recebeu condecorações como a Grã-Cruz da Ordem de S. Tiago, de Carlos III de Espanha, de Leopoldo da Bélgica e o grau de Grande Oficial da Legião de Honra de França*”.

Foi, igualmente, eleito “*Presidente da Comissão Central do Centenário da Índia, sócio-fundador e membro do Conselho Central da Sociedade de Geografia de Lisboa*”.

¹⁵³ Sobre este autor as informações e as citações colocadas no texto foram retiradas de Nóvoa, António, *Dicionário de Educadores Portugueses*, 1ª Edição, Porto, ASA, 2003, pp. 880 a 882 e de Monteiro, Manuela (coord.), *Dicionário de Biografias*, Porto, Porto Editora, 2001, pp. 392 a 395.

¹⁵⁴ A par destas características o autor dedicou-se, grandemente, à questão educativa e ao ensino em Portugal tanto que o projecto/plano da Biblioteca das Ciências Sociais foi “*destinada a vulgarizar entre nós conhecimentos essenciais à vida de uma nação, destina-se não somente ao público em geral, mas também ao ensino secundário, que é o alicerce indispensável da sólida instrução de um povo*”.

¹⁵⁵ In, Matos, Sérgio Campos, “*Historiografia e Intervenção Cívica em Portugal no século XIX: de Herculano à I República*”, in *Historiografia e Memórias (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta, 2012, p. 159.

suas intenções reformadoras. Numa frase apenas Joaquim Pedro de Oliveira Martins ocupou “*um lugar singular no panorama cultural e político português da segunda metade do século XIX. Quer no plano historiográfico quer no plano ideológico-político*” situando-se “*como que num lugar de ninguém*” (...) “*que sempre resiste a quaisquer etiquetas que se lhe oponham*”. Oliveira Martins foi, portanto, uma figura multifacetada: inicialmente era defensor e adepto do republicanismo. Posteriormente criticou-o, passando a defender o socialismo conservador. Como tal, Martins tão depressa era a favor da liberdade política, económica e social como era defensor da ditadura de João Franco.

À última categoria intitulada de “Autores Republicanos” pertencem José de Arriaga¹⁵⁶ e Sampaio Bruno. Arriaga descobriu as suas tendências e aspirações políticas, ideológicas, sociais e culturais durante a sua vida académica¹⁵⁷. Influenciado por tais preocupações, José de Arriaga participou em diversas manifestações contra a Questão Coimbrã, por exemplo, que tiveram um impacto considerável na opinião pública. Acredita-se que aderiu ao Republicanismo embora não haja indícios da sua aderência ou participação. Contrariamente ao seu irmão Manuel de Arriga, que participou na vida política como Presidente da República, José de Arriga destacou-se como escritor. Neste sentido, escreveu diversas obras importantes nomeadamente *A Política Conservadora e as Modernas Alianças dos Partidos Políticos Portugueses* (1880). Foi através desta que Arriga iniciou a sua “*carreira de historiador e divulgador de uma nova teoria da história de Portugal, com destaque para o período contemporâneo, a qual ocupará um lugar central na propaganda republicana*”. A sua outra obra de renome foi *Soluções Positivas de Política Portuguesa – Do Sistema Constitucional como Transigência Provisória entre o Absolutismo e a Revolução* (1879), que pretendia “*desacreditar o regime constitucional construído pelos vencedores da guerra civil de 1834, à sombra da Carta Constitucional, desvirtuando e traindo o ideário democrático da Revolução de 1820 e da Constituição de 1822*”. José de Arriga encarregou-se, assim, de fazer a história das revoluções liberais destinada, sobretudo, para as classes cultas. Construiu uma narrativa segundo a qual afirmava que

¹⁵⁶ As informações sobre o autor e respectivas citações foram retirados do *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo* Matos coordenado por Sérgio Campos, pp. 1 a 12 (disponível no site eletrónico da Biblioteca Nacional de Portugal e do Centro de História da Universidade de Lisboa) e a *Grande Enciclopédia Universal*, Durclub S.A., Lisboa, s/d, vol. 2, p. 1168.

¹⁵⁷ Após a conclusão do curso Arriaga seguiu carreira como “*conservador do registo predial, sendo sucessivamente colocado em Armamar, Resende, Benavente, Moura e, por fim, Reguengos, localidade onde não chegou a tomar posse, sendo por isso exonerado*”.

Portugal após a Revolução Liberal de 1820 e das várias interrupções de 1836 a 1846 ficou impedido de colocar em prática reformas democráticas. Isto porque o partido “*moderado ou conservador*” apenas fortaleceu a realeza e as classes sociais do velho regime. É, precisamente, na obra *A Política Conservadora* (1880), que Arriaga¹⁵⁸ utilizou permanentemente e de forma sistemática uma palavra essencial ao discurso republicano: democracia.

Sampaio Bruno¹⁵⁹, por sua vez, salientou-se pela sua intelectualidade e pela sua literacia. Suscitou uma grande admiração por parte dos portugueses. Publicou diversos livros: *Análise da Crença Cristã – Estudos críticos sobre o cristianismo* (1874) e o *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana* (1891), em que foi obrigado a exilar-se, em Paris, por ter participado nesse mesmo movimento. Escreveu, ainda, neste seguimento as *Notas do Exílio* (1893). Quando regressou a Portugal, Sampaio Bruno¹⁶⁰ “*continuou militar no Partido Republicano Português e foi um dos mais combativos adversários do regime monárquico*”¹⁶¹.

¹⁵⁸ Para além das referidas escreveu outras obras ligadas ao liberalismo nomeadamente a *História da Revolução Portuguesa de 1820 (?) e a História da Revolução de Setembro* (1892).

¹⁵⁹ As informações e as citações sobre este autor foram retiradas da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* Editorial Enciclopédia, Lisboa Rio de Janeiro, s/d, Vol. p. 891.

¹⁶⁰ Após o 5 de Outubro de 1910 Sampaio Bruno exerceu o cargo de bibliotecário e de director na Biblioteca Municipal do Porto.

¹⁶¹ In, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* Editorial Enciclopédia, Lisboa Rio de Janeiro, s/d, Vol. p. 891.

As fontes e as memórias dos historiadores oitocentistas

A utilização das fontes historiográficas auxiliaram os autores a compreender o universo referente à época que decidiram estudar nas suas obras. Através das leituras das fontes, os historiadores pretenderam deter uma melhor percepção sobre a matéria que se iriam debruçar. Influenciados pelas escolhas das leituras e pela vida pessoal, estudantil e pela posição ideológica, os autores construíram a sua interpretação do impacto da Revolução Francesa em Portugal, transpondo-as para o papel, construindo assim uma memória.

A obra de José Acúrsio das Neves, *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*¹⁶², cuja primeira publicação é dos anos 1810-1811, permitiu-nos retirar algumas conclusões. O autor, ao ser o mais novo por ter nascido em 1766, não se baseou em nenhum dos outros historiadores portugueses oitocentistas para escrever a sua obra. Para além de leituras de teor absolutista que o socorreram na definição dos seus ideais, Acúrsio das Neves utilizou também a sua memória. Esta terá sido a sua fonte primordial na medida em que o autor vivenciou e presenciou diversos eventos históricos. O impacto da Revolução Francesa em Portugal, a Guerra que a Europa conheceu após a morte de Luís XVI na guilhotina, a saída da Família Real para o Brasil e as invasões francesas foram acontecimentos que Acúrsio das Neves observou de perto e com uma idade ainda jovem. Através dos usos da memória, o historiador escreveu a sua “história” e de certo modo “as memórias” que tinha desse tempo e dessas ocorrências históricas¹⁶³. Como tal, a memória tanto foi directa como indirecta.

Na *História de Portugal desde o reinado da senhora D. Maria primeira até à convenção d'Evora-Monte: com um resumo historico dos acontecimentos mais notaveis que tem tido lugar desde então até nossos dias*¹⁶⁴ da autoria de José Maria de Sousa Monteiro não foi encontrada, por sua vez, referências e notas sobre uma possível influência de leituras iluministas. O autor não citou nenhum historiador, político ou filósofo, nem mesmo José Acúrsio das Neves que defendia uma visão ideológica

¹⁶² Neves, José Acúrsio das, *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*, 2 vols., Lisboa, Oficina Thaddeo Ferreira, 1810-1811.

¹⁶³ Esta questão será comprovada na parte do confronto entre as perspectivas dos vários autores oitocentistas portugueses através de citações retiradas das obras escolhidas.

¹⁶⁴ Monteiro, José Maria de Sousa, *História de Portugal desde o reinado da senhora D. Maria primeira até à convenção d'Evora-Monte: com um resumo historico dos acontecimentos mais notaveis que tem tido lugar desde então até nossos dias*, Lisboa, Tipografia de António José da Rocha, 1838.

semelhante à sua. Tal como Neves, Sousa Monteiro recorreu, na nossa óptica, à sua memória para conseguir escrever a sua obra, principalmente, para falar e descrever as invasões francesas. Recordemo-nos que o autor possuía uma idade muito nova quando se deu a última invasão francesa e, de acordo com a data da primeira publicação da sua obra (1838), Sousa Monteiro tinha 28 anos. O que significa que os eventos que sucederam às invasões, nomeadamente, a Revolução Liberal de 1820, encontravam-se certamente mais presentes e mais claros na memória do autor, embora tenha optado por não desenvolver propriamente esta temática. As fontes utilizadas por José Maria de Sousa Monteiro foram, portanto, indirectas e directas tal como as de Acúrsio das Neves. Neste sentido, as “histórias” criadas e transpostas para o papel foram feitas através das “memórias” e, provavelmente, da tradição oral.

Estando Luz Soriano noutra categoria e por deter uma ideologia diferente dos autores anteriores, as fontes historiográficas que utilizou para escrever a sua obra foram diferentes. A partir da leitura e da análise da obra e tal como Sousa Monteiro, constatou-se que Soriano foi, igualmente, influenciado pela oralidade e pela memória. Todavia, com este autor começou-se a notar algumas diferenças: para demonstrar a sua visão ideológica Luz Soriano recorreu e falou de personagens históricas. Tome-se como exemplo Robespierre, Danton e o Abade Correia da Serra. Qual seria o propósito de Soriano ao mencionar estes? A intenção parece clara: através do recurso e das críticas a estes indivíduos, Soriano pretendia demonstrar aos leitores a sua posição político-ideológica. Efectivamente, o autor não deu a conhecer nem no corpo do texto nem nas notas de rodapé qualquer referência a outras obras que tivesse lido. Contudo, notou-se que houve uma preparação e um estudo para Soriano conseguir explicar, falar e dar a conhecer aos leitores personagens que se destacaram durante o período da Revolução Francesa. Como tal, para além da oralidade e da memória, Soriano recorreu, certamente, a outras leituras de obras que detinham e possuíam um discurso ideológico diferente e semelhante do seu para mostrar ao leitor o seu ponto de vista liberal. A própria data da primeira publicação da obra de Soriano, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política deste reino desde 1777 até 1834* (1866-1890)¹⁶⁵ remetia para um contexto histórico e político dos outros autores oitocentistas absolutistas. Assim sendo, a fonte

¹⁶⁵ Soriano, Luz, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política deste reino desde 1777 até 1834*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1890.

historiográfica utilizada por Soriano foi indirecta, apesar de não termos acesso quais as obras que o autor se baseou para escrever a sua obra mas também se socorreu dos usos da memória e das “histórias” criadas pela transmissão da oralidade.

No que concerne a Francisco Duarte de Almeida Araújo pouco se pode dizer sobre as fontes historiográficas que se serviu para escrever a sua obra. Não existem dados referentes a obras que consultou, não citou ninguém ao longo do corpo do texto e nem mencionou nenhum historiador português oitocentista. A sua obra *Historia de Portugal desde os tempos primitivos até à fundação da monarchia e d'esta epocha até hoje*¹⁶⁶, cuja data da primeira publicação remonta a 1852, poderá dar algumas pistas sobre a perspectiva ideológica do autor tendo em conta o contexto histórico e político em que foi escrita: no início do período da Regeneração.

Contudo, o caso de José Maria Latino Coelho foi diferente. As fontes historiográficas usadas pelo autor encontravam-se identificadas no corpo do texto, revelando um outro nível de profissionalização histórica. Constatou-se que Latino Coelho detinha um conhecimento aprofundado sobre diversas questões, designadamente, sobre o Iluminismo quando falava sobre a filosofia de Voltaire, de Montesquieu, de Rousseau e de Alexis de Tocqueville. Latino Coelho baseou-se nestes autores e nas suas respectivas obras. Nesta vertente, as fontes historiográficas revelaram ser muito úteis na concretização do pensamento ideológico de Coelho e na própria memória que o autor construiu do impacto da Revolução Francesa em Portugal. As fontes historiográficas utilizadas foram portanto indirectas devido ao acesso a um conjunto variado e diversificado de referências bibliográficas. Em Coelho, a memória não foi tão aproveitada pois o historiador quando nasceu em 1825 a Revolução Francesa e as consequências a longo prazo da mesma já tinham ocorrido. Assim, a memória que Latino Coelho construirá e a visão que possuirá da Revolução em Portugal será fortemente baseada pelas leituras e possivelmente por alguma oralidade. Consequentemente, pensamos que foi a partir de Latino Coelho e da sua obra *História Política e Militar de Portugal desde os fins do XVIII até 1814*¹⁶⁷ que a metodologia e a profissionalização histórica começaram a dar ténues e diferentes sinais de mudança. A própria data da primeira publicação por ser num tempo diferente das anteriores (1874-

¹⁶⁶ Araújo, Francisco Duarte de Almeida, *Historia de Portugal desde os tempos primitivos até à fundação da monarchia e d'esta epocha até hoje*, Adornada de gravuras, Lisboa, 1852-1853.

¹⁶⁷ Coelho, José Maria Latino, *História Política e Militar de Portugal desde os fins do XVIII até 1814*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1874-1891.

1891) poderá sugerir e evidenciar um novo desenvolvimento no modo de fazer e de escrever a História.

Através da leitura da obra de Carneiro de Moura, *O século XIX em Portugal: historia politica, litteraria, economica, artistica e militar dos ultimos cem annos*¹⁶⁸, cuja primeira data de edição remonta ao ano 1901 foi possível verificar que as fontes historiográficas foram sobretudo de teor filosófico. Moura demonstrou um conhecimento significativo quando falou do contributo do Iluminismo e de um novo método de escrever a História com Voltaire e com Montesquieu que influenciaram outros indivíduos como David Hume, Robertson e Gibbon. Nesta sequência, Moura falou igualmente das descobertas científicas e dos avanços nas ciências naturais da primeira metade do século XIX e das leis e das descobertas do Universo nomeadamente do planeta Saturno. Moura foi o único historiador oitocentista que decidiu dar a conhecer ao leitor numa obra sobre História de Portugal os seus conhecimentos no campo da física e da química. Neste contexto constatou-se, efectivamente, uma outra metodologia histórica e um outro tipo de cultura que se deveu, a nosso ver, pelos anos de vida do autor. A própria data da obra – 1901 – por remeter ao início do século XX aludiu uma inovação na escrita e na maneira de fazer História precisamente por ser noutro contexto e tempo histórico. Assim sendo, conseguiu-se perceber que a memória não foi uma fonte muito requisitada por Carneiro de Moura visto que a mesma era muito afastada dos acontecimentos relacionados com a Revolução Francesa. Como tal, o autor utilizou as outras “histórias” para poder escrever a sua própria “história” e, conseqüentemente, a sua visão e memória do impacto da Revolução no Portugal Oitocentista.

Manuel Pinheiro Chagas recorreu a obras iluministas e filosóficas para moldar o seu pensamento ideológico e a própria memória que construiu da Revolução Francesa através da sua visão e interpretação ideológica. Sendo conservador, o autor criticou alguns filósofos como Voltaire de forma a comprovar o seu ponto de vista. Na sua obra, *História de Portugal desde os tempos mais remotos até à actualidade*¹⁶⁹ (1867-1874), sabemos que o autor recorreu a outras fontes para poder escrever o seu livro, na medida em que citou diversos indivíduos. Tome-se como referência o próprio Luz Soriano em *História da Guerra Civil*, Thiers em *História da Revolução da Revolução Francesa* e

¹⁶⁸ Moura, Carneiro de, *O século XIX em Portugal: historia politica, litteraria, economica, artistica e militar dos ultimos cem annos*, Lisboa, Palhares, 1901.

¹⁶⁹ Chagas, Pinheiro, *História de Portugal desde os tempos mais remotos até à actualidade*, 8 Vols. Lisboa, Typ. Franco Portuguesa, 1867-1874, Vol. VIII.

Lamartine em *Histoire des Girondins*. Por outro lado, Pinheiro Chagas referiu outros indivíduos que tiveram um papel importante no contexto da Revolução Francesa designadamente Necker, Callone e Brienne. Todos ministros de Luís XVI, ao contrário de Robespierre e de Danton – revolucionários – citados por Luz Soriano. A recorrência a estas obras e a estes sujeitos revelou uma preocupação de Chagas em querer demonstrar a veracidade dos factos históricos. Tal como os outros dois historiadores oitocentistas portugueses anteriores, Pinheiro Chagas utilizou “histórias” como fontes directas.

O autor Oliveira Martins possuía uma cultura soberba sobre a História de Portugal e o impacto e as consequências que a Revolução Francesa tiveram no território português. Através da leitura e análise da sua obra, *História de Portugal*¹⁷⁰ de 1879, entendeu-se a posição político-ideológica de Martins, embora não tivesse citado leituras ou fontes que utilizou. O autor socorreu-se certamente de obras filosóficas pelas críticas que teceu à Maçonaria e a Voltaire, bem como a obras de História Geral sobre a Revolução Francesa devido ao destaque que deu a Necker e a Robespierre. Mas também a obras sobre a temática das invasões francesas em Portugal tendo em conta o pormenor da descrição das mesmas e dos respectivos generais: Junot, Soult e Massena. Tal como Chagas, Martins socorreu-se das “histórias” como fontes e não da memória, pois ao ter nascido em 1845 não detinha recordações de tais acontecimentos. Assim, com base na historiografia criou a sua própria imagem do impacto que a Revolução Francesa teve em Portugal.

No que diz respeito a José de Arriaga e à sua obra, *Historia da Revolução Portuguesa de 1820: illustrada com os retratos dos patriotas mais illustres d'aquella epocha e ampliada com magnificos quadros representando os factos históricos mais notáveis decriptos na obra compostos e desenhados pelos distintos artistas nacionaes*¹⁷¹ (1886) não podemos salientar quais as fontes que o autor utilizou pois não sabemos. Através da leitura da obra percebeu-se que José de Arriaga tal como Oliveira Martins e Pinheiro Chagas detinha uma cultura e um conhecimento geral imenso sobre a História de Portugal do século XIX. Era indiscutível a erudição de Arriaga. Embora tivesse nascido em 1844, o modo como descreveu os acontecimentos desde o reinado de D.

¹⁷⁰ Martins, Oliveira, *História de Portugal*, 2 vols., Lisboa, Guimarães & Ca, 1951, Vol. II (1879 foi a data da primeira publicação).

¹⁷¹ Arriaga, José de, e Oliveira, João Marques de, *Historia da Revolução Portuguesa de 1820: illustrada com os retratos dos patriotas mais illustres d'aquella epocha e ampliada com magnificos quadros representando os factos históricos mais notáveis decriptos na obra compostos e desenhados pelos distintos artistas nacionaes*, Porto, Livraria Portuense Lopes & Ca, 1886.

Maria I até à Revolução Liberal de 1820 fez parecer que o autor vivenciou directamente tais eventos. A transmissão da oralidade esteve, a nosso ver, presente no momento da escrita da história. Arriaga utilizou não só obras e “histórias” como também “memórias” secundárias e afastadas para construir a sua visão político-ideológica referente à Revolução Francesa e ao seu impacto, quer positivo quer negativo, em Portugal. As fontes foram, portanto, directas e indirectas.

Por último, Sampaio Bruno utilizou uma fonte primordial na escrita da sua obra *História de Portugal: desde a fundação da monarchia até à Revolução de 1820*¹⁷² de 1893-1899. A obra *Geschichte von Portugal*¹⁷³ de Heinrich Schaeffer foi a sua principal referência bibliográfica. Sampaio traduziu e continuou a obra de Schaeffer acabando por tornar-se ele próprio co-autor da dita obra em português. Para além desta, notou-se outras leituras realizadas por Sampaio Bruno embora não se saibam quais foram. A memória de Bruno não foi, a nosso ver, uma fonte que tenha sido utilizada. O discurso da obra remeteu efectivamente para um discurso muito centrado em diversas temáticas e obedecido sobre uma determinada ordem. Contudo, Sampaio Bruno acrescentou inevitavelmente opiniões e teorias suas, dando a conhecer um pouco o seu pensamento e as suas aspirações e tendências político-ideológicas. Assim sendo, as fontes foram acima de tudo indirectas. Sampaio Bruno escreveu a sua história com base noutras “histórias” e construiu a sua memória sobre a Revolução Francesa tendo em conta essas mesmas “histórias”.

¹⁷² Sampaio, José Pereira de, *História de Portugal: desde a fundação da monarchia até à Revolução de 1820*, 5 vols, Porto, Escritorio da Emoreza Editora, 1893-1899, Vol. V.

¹⁷³ Schaeffer, Heinrich, *Geschichte von Portugal*, s/l, Friedrich Perthes, 1850.

Os objectivos e as posições político-ideológicas dos historiadores

No momento da escrita, os historiadores portugueses oitocentistas decidiram dar a conhecer aos leitores quais os pressupostos das suas obras. Os autores deixaram por escrito o porquê de terem escrito aquela obra; a quem é que dedicavam e qual a finalidade da mesma. Nestes objectivos estará presente, nuns casos mais salientes e noutros mais difusos, o pensamento e a posição política-ideológica de cada autor.

Na parte introdutória da obra, José Acúrsio das Neves começou por fazer uma breve referência ao contexto internacional designadamente à situação política de França, demonstrando o seu desagrado perante a morte de Luís XVI quando foi condenado por culpa dos “usurpadores”. Seguidamente, o autor fez um enaltecimento à figura real portuguesa: “*SENHOR, rejeitando com desprezo as arrogantes escandalosas proposições do usurpador, e fazendo abortar os seus projectos, vós vos tendes conduzido com o heroísmo, e dignidade, que competem á Magestade da vossa Coroa. Consultando unicamente o bem do vosso povo, vos mostrastes o Pai dos vossos vassallos. As minhas idéas propendem para esta verdade como para o seu centro; permitti, pois, que eu escreva livremente os meus pensamentos, que elles não encontrarão a GLORIA do vosso nome, e podem interessar á nação, e á posteridade.*”¹⁷⁴ Através do louvor à Coroa constatou-se que, através da presente citação, Neves foi claramente defensor do absolutismo. Acúrsio das Neves demonstrou, assim, no princípio da sua obra a posição ideológica para que quem fosse ler soubesse a partida qual a ideologia que defendia: o absolutismo. O autor evidenciou que os seus pensamentos e tudo o que iria escrever, como os factos e as ocorrências históricas, seriam verídicos na sua interpretação. A mensagem de Acúrsio destinava-se a todos os portugueses e às gerações vindouras com o intuito de lhes dar a conhecer a verdadeira história das invasões francesas em Portugal. Neste seguimento, revelou qual o objectivo e intenção da obra: “*eu me limitarei a tocar aquelles factos, que tem huma relação immediata com a invasão dos Francezes em Portugal. Quereria seguir passo a passo todas as relações politicas, e militares, que tem havido desde então entre a corte de Portugal, e o governo Francez*” (...) “*Procurarei seguir a marcha dos invasores, desde que puzerão os pés no territorio Portuguez; os seus hostís procedimentos para com hum Soberano, e huma nação, que os não provocarão; a partida do Principe Regente, e de*

¹⁷⁴ In, Neves, José Acúrsio das, *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*, 2 vols., Lisboa, Oficina Thaddeo Ferreira, 1810-1811, Vol. I pp. 16 a 17.

toda a Real Familia para o Brasil; o modo, e os meios, de que servirão, para occuparem, e domarem o reino; os principaes actos de oppressão, e espoliação, que praticarão em Portugal”¹⁷⁵. Com base na citação verificou-se que Acúrsio das Neves explicitou clara e objectivamente o propósito da sua obra. Contudo, o autor revelou desde logo uma certa facciosidade quando utilizou expressões pouco ou nada imparciais.

No que diz respeito a José Maria de Sousa Monteiro este autor dedicou a sua obra à *“mocidade estudiosa”*. O principal intuito ao escrever esta obra era *“demonstrar a necessidade em que estávamos d’uma mudança em nosso systema gubernativo, ja em desuso; e substituído por um despotismo cego e estúpido – as causas que nos levárão a essa necessidade – os inconvenientes d’um governo demasiado liberal em povos não esclarecidos, e cujos costumes estão pouco em harmonia com esse systema*”¹⁷⁶. Sousa Monteiro, tal como Acúrsio das Neves, preocupou-se com o futuro dos jovens. Contudo, podemos verificar uma certa contradição por parte do autor: não só criticou o liberalismo como também o absolutismo. Apesar de o defender, Sousa Monteiro condenou o regime absolutista por ser *“cego e estúpido”* e acreditava que o despotismo deveria adoptar outras particularidades pois assim iria cair e seria substituído pelo liberalismo. Ainda assim, será visível na parte seguinte deste projecto o desagrado do autor perante a confusão que se instalou com o liberalismo. De acordo com o mesmo a implantação do liberalismo em Portugal acabou por ser um sistema um tanto inconveniente e diferente. A rejeição e a condenação dos ideais liberais fizeram com que Sousa Monteiro escrevesse uma obra que acabasse por valorizar, então, o absolutismo. Nesta óptica, na introdução poderá não ficar muito claro ao leitor qual a posição político-ideológica de Sousa Monteiro, mas com a leitura e análise da obra é possível constatar que o historiador oitocentista, tal como Acúrsio das Neves, defendeu o regime monárquico, através das críticas constantes ao liberalismo. Vejamos o seguinte exemplo: *“Portugal tão rico, e tão poderoso ainda em tempos d’ElRei D. José, jazia agora n’um embrutecimento, probresa, e fraquesa vergonhosos”* devido à *“infallivel*

¹⁷⁵ In, *Ibidem*, pp. 11 e 12.

¹⁷⁶ In, Monteiro, José Maria de Sousa, *História de Portugal desde o reinado da senhora D. Maria primeira até à convenção d’Evora-Monte: com um resumo historico dos acontecimentos mais notaveis que tem tido lugar desde então até nossos dias*, Lisboa, Tipografia de António José da Rocha, 1838 (introdução).

consequencia d'um governo systematicamente feroz e estúpido, para o qual erã perdidas as licções de experiencia”¹⁷⁷.

O historiador liberal Luz Soriano dirigiu os agradecimentos e dedicou esta obra ao Marquês de Sá da Bandeira. As palavras de Soriano elogiam o marquês como um *“homem de coração votado á causa da patria e da liberdade, e como amante dedicado e protector decidido*”¹⁷⁸ da literatura portuguesa. Sendo um dos mais antigos e íntimos amigos de Soriano, o autor demonstrou a sua gratidão a Sá da Bandeira: *“é v. ex^a o único, e absolutamente o unico homem do partido liberal”* (...) *“e”* (...) *“provavelmente por ser tambem o unico liberal e homem da governança, que,”* (...) *se lembra ainda hoje, no auge da sua elevação, dos serviços que então se fizeram, prezando-os e galardoando-os quanto em si cabe nas pessoas em quem reconhece terem-nos verdadeiramente prestado, seguramente pelo seu antagonismo com outros, a quem, ou por alheios ao nosso exilio, ou pela insignificancia do que durante elle fizeram, e nenhum risco que correram, se póde bem applicar o verso de Camões: Quem não conhece a arte não a estima*”¹⁷⁹. A intenção de Soriano ao escrever esta dedicatória era clara: não só agradecer ao marquês, como também, demonstrar aos seus leitores qual era, desde logo, a sua posição político-ideológica. A partir do momento em que o leitor lesse a introdução da obra ficaria com pistas claras de que Soriano era, claramente, um historiador liberal e, como tal, a mensagem do seu texto iria envergar por esse caminho. Sendo defensor do modelo liberal, Soriano era contra o absolutismo, isto é, contra os ideais e princípios ideológicos de José Acúrsio das Neves e de José Maria de Sousa Monteiro. Deste modo, a visão de Luz seria completamente oposta da dos historiadores absolutistas.

Francisco Duarte Almeida Araújo escreveu uma nota introdutória bastante extensa ao público português. O historiador foi convidado *“para escrever a Historia do nosso paiz, apesar de reconhecer a insufficiencia de minhas forças para obra de tanto vulto, não hesitei em annuir; porque, como cidadão portuguez, julguei sempre do meu primeiro devêr dispor-me completamente ao serviço da Pátria”*. Nesta vertente, o autor entendeu *“que lh’o não fazia pequeno, recopilando a nossa Historia, reunindo n’um só volume o que anda disperso por tantos, e apresentado-lh’a por preço tão modico, como*

¹⁷⁷ In, *Ibidem*, p. 135.

¹⁷⁸ In, Soriano, Luz, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política daeste reino desde 1777 até 1834*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1890 (introdução).

¹⁷⁹ In, *Ibidem*.

não ha exemplo em Portugal. De hoje por diante não servirá de desculpa a ninguém o ignoral-a” e assim o público português teria “uma historia onde” pudesse “lêr os acontecimentos do seu paiz”¹⁸⁰. Como tal, Almeida Araújo escreveu a sua obra de forma singela “para ficar ao alcance de todos”. Por último, terminou a introdução da sua obra com umas breves notas que revelam, a nosso ver, um certo nível de profissionalismo histórico que os autores anteriores não possuíam: “Não tenho orgulho para deixar de confessar que me soccorri muitas vezes aos authores que me precederam, transcrevendo-os mesmo textualmente; porque nem os factos se inventam, nem comportava de outra maneira á brevidade do tempo que se me concedia. Mesmo no corpo da obra cito esses authores. Tenho sim a gloria de que ao terminar o meu trabalho, a sua grande edição está esgotada, e que se tracta já de outra ainda maior reimpressão. Sirvam portanto estas poucas linhas de agradecer cordialmente este favor publico”¹⁸¹. A partir da nota de Francisco Duarte de Almeida Araújo não conseguimos perceber muito bem qual era a sua posição-ideológica. Tal como Sousa Monteiro, só com a leitura da obra é que se compreendeu qual a interpretação que o autor iria adoptar ao longo do seu discurso. Na nossa perspectiva, Araújo optou por não divulgar de imediato o teor ideológico da sua obra na medida em que preferiu deixar o leitor descobrir por si próprio, através das suas leituras. De qualquer modo, o texto de Araújo será um texto puramente liberal.

Na chamada “advertência preliminar” José Maria Latino Coelho, contrariamente aos outros historiadores, não dedicou a sua obra a ninguém, nem mencionou quais eram os seus objectivos. Coelho inovou no sentido de explicar que tentou narrar com a máxima imparcialidade possível e que consultou todos os arquivos e fontes disponíveis para retratar a veracidade dos factos históricos: “*além dos subsidios valiosos derivados de milhares de papeis officiaes existentes no antigo archivo do ministerio da guerra, houve de fazer-se uma copiosissima colheita no archivo dos negocios estrangeiros*” e “*compulsaram-se*” (...) “*quantos papeis*” (...) “*no archivo do ministerio do reino, no da Torre do Tombo, principalmente na parte relativa á intendencia da policia e á inquisição, no archivo da Engenharia, nos gabinetes de manuscriptos da Academia real*

¹⁸⁰ As citações referentes ao autor Francisco Duarte de Almeida Araújo foram retiradas de Araújo, Francisco Duarte de Almeida, *Historia de Portugal desde os tempos primitivos até à fundação da monarchia e d’esta epocha até hoje*, Adornada de gravuras, Lisboa, 1852-1853 (parte introdutória).

¹⁸¹ Vide, *Ibidem*.

das sciencias e da Bibliotheca nacional”¹⁸². Nesta vertente, definiu e deu a conhecer aos leitores o marco cronológico da sua obra, fazendo uma sumula dos principais eventos que iria narrar: os “*acontecimentos historicos de Portugal desde o anno 1777, e principalmente desde que a Revolução franceza,*” (...) “*chamou a nação portugueza*” (...) “*a armar-se para entrar na maior lucta de que ha memoria na historia das guerras europêas e associar-se á tremenda agitação das idéas e das armas durante os annos derradeiros do século XVIII e os primeiros do presente*”¹⁸³. Na “advertência preliminar” o autor deu, então, pistas aos leitores sobre a sua perspectiva e opinião referente à Revolução Francesa: “*nenhum successo historico*” (...) “*conteve em si os germens de mais extensa e profunda metamorphose no conceito philosophico da humanidade e de mais larga mutação nas instituições e nas fórmias sociaes. É ella quem traça o roteiro á historia e lhe imprime a sua nova orientação. É d’ella que derivam os acontecimentos mais notaveis e fecundos no progresso da nossa propria cultura e liberdade. De suas idéas fomos herdeiros, de suas proprias violencias e paixões inconscientes e legatarios*”¹⁸⁴. A partir desta referência, o leitor conseguiria ter a percepção de que Latino Coelho era partidário da Revolução Francesa uma vez que para o mesmo este acontecimento histórico marcou o início de uma nova era. Sendo liberal e defensor das ideias da Revolução Coelho condenava, portanto, toda a ideologia que era oposta, designadamente, o absolutismo. Assim, o leitor será remetido para um discurso de valorização em torno da liberdade e dos progressos conseguidos pela Revolução Francesa.

O último autor do grupo dos “historiadores liberais” - Carneiro de Moura – deu informações escassíssimas aos leitores. Embora fosse um historiador que detivesse, supostamente, métodos históricos mais avançados e um outro tipo de abordagem científica (não só pela idade que tinha mas também pela sua obra ter sido publicada no início do século XX) Moura não escreveu qualquer introdução no seu livro. Por outro lado, e contrariamente a outros historiadores mais precoces como Acúrsio das Neves, Luz Soriano e Francisco Duarte de Almeida Araújo, Carneiro de Moura não contextualizou, não deu a conhecer os principais tópicos de que iria falar e não deu quaisquer pistas na obra para que os leitores soubessem o que o livro iria abordar.

¹⁸² As citações foram retiradas da “advertência preliminar” da obra Coelho, José Maria Latino, *História Política e Militar de Portugal desde os fins do XVIII até 1814*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, (1874-1891), Vol. II.

¹⁸³ Vide, *Ibidem*.

¹⁸⁴ Vide, *Ibidem*.

Limitou-se, apenas, em duas linhas a dedicar a sua obra “*ao povo portuguez – valente e soffredor*”¹⁸⁵. Como tal, não havendo uma nota introdutória os leitores não conseguiam perceber, num primeiro plano, a posição ideológica de Carneiro de Moura. A intenção do autor era deixar, tal como Almeida Araújo, o leitor “descobrir” por ele próprio qual a ideologia e o pensamento político de Moura com a leitura e interpretação individual da obra. Só assim o leitor iria desvendar a ideologia de Moura: uma ideologia radical de esquerda.

Manuel Pinheiro Chagas adoptou uma metodologia um pouco diferente. Tal como os outros, Chagas começou por fazer uma breve contextualização da sua obra dando um especial destaque ao abalo social de 1789. Posteriormente, o historiador inovou na organização do seu discurso. Pinheiro Chagas salientou várias obras importantes que existiam sobre a História de Portugal nomeadamente a de Ferdinand Denis, a de Heinrich Schaeffer e a de Alexandre Herculano. Embora sejam obras de referência e de grande sucesso, Pinheiro Chagas defendia que “*era preciso também alargar o quadro até fazel-o chegar à actualidade*”¹⁸⁶. Assim e continuando sob o plano de Ferdinand Denis, pois o plano conservava um “*caracter pittoresco, que não prejudica a importancia historica, e que lhe dá um indefinível encanto, e o torna essencialmente popular*”¹⁸⁷, Pinheiro Chagas procurou alargar e desenvolver a História de Portugal de forma a assegurar a “*instrucção popular*”¹⁸⁸. Desta maneira, o autor dedicou a sua obra, de certo modo, aos portugueses – ao povo que era pouco instruído e pouco culto. Contudo, com base nas notas preliminares do autor não se consegue compreender qual a posição ideológica que envergava. Tal como Carneiro de Moura, Pinheiro Chagas preferiu, no nosso entender, criar “suspense” a quem fosse ler a obra para não ser influenciado primeiramente por um discurso ideológico que poderia não ser igual ao seu.

Oliveira Martins, por sua vez, apresentou de forma peculiar os pressupostos da sua obra, através de uma linguagem meio difusa. Através da apologia à História, Martins, tal como Latino Coelho, falou da importância “*da observação directa das fontes primordiales*”, da “*descripção fiel dos acontecimentos*” e “*ao lado d’isto, a impassivel frieza do critico, para coordenar, comparar, de um modo impessoal ou*

¹⁸⁵ In, Moura, Carneiro de, *O século XIX em Portugal: historia politica, litteraria, economica, artistica e militar dos ultimos cem annos*, Lisboa, Palhares, 1901.

¹⁸⁶ In, Chagas, Pinheiro, *História de Portugal desde os tempos mais remotos até à actualidade*, 8 Vols. Lisboa, Typ. Franco Portugueza, 1867-1874, Vol. VIII, p. 12.

¹⁸⁷ In, *Ibidem*, p. 12.

¹⁸⁸ In, *Ibidem*, p. 12.

objectivo, o systema dos sentimentos geradores e dos actos positivos”¹⁸⁹. A questão referente à nova concepção da corrente histórica, enquanto género novo devido ao desenvolvimento do critério racional ocupou uma parte considerável da introdução do autor. Seguidamente referiu os objectivos principais da sua obra: “*caracterisar o que ha de particular na historia portugueza; resta fazer viver os seus homens, e representar de um modo real a scena em que se agitam: tal é o programma d’este livro, cujas dificuldades de execução*” foram enormes. Nesta vertente salientou alguns desses inconvenientes: “*agora carece-se do faro especial da intuição historica, e d’un estylo que traduza a animação propria das cousas vivas. Toda a longanimidade do leitor será pois necessária para desculpar as imperfeições do livro*”¹⁹⁰. Através de um modo minucioso, extensivo e de uma linguagem complexa, Martins tentou demonstrar que os actos dos homens condicionaram o rumo e o percurso histórico e, como tal, “*as condições e o modo porque se realisam, merecem antes a*” (...) “*reprovação do que o*” (...) “*applauso*”. Isto porque na sua perspectiva a existência humana é composta por crimes violentos, paixões infames, degradações e inúmeras misérias. Com Oliveira Martins foi possível verificar que a sua profissão histórica diferia dos historiadores anteriores e reflexo disso é a estrutura da sua introdução e da linguagem rebuscada que utilizou. Mas o maior símbolo é a referência à História enquanto ciência. Na parte final da introdução o autor terminou novamente com um louvor à História e ao seu papel na conduta dos indivíduos: “*a historia e uma lição moral. Nos vicios e nas virtudes, nos erros e nos acertos, na perversidade e na nobreza dos individuos que foram, ha um exemplo excellente. Na sabedoria ou na loucura dos actos politicos e administrativos passados ha um meio de prevenir e encaminhar a direcção de actos futuros. A historia é, n’esse sentido, a grande mestra da vida*”¹⁹¹. Sendo uma figura multifacetada e difícil de compreender pela linguagem que utilizou e pelos pensamentos meio imprecisos tornou-se complicado, a partir desta nota introdutória, perceber qual a perspectiva ideológica de Oliveira Martins. Tal como os referidos anteriores, só com a leitura da obra e com o conhecimento da biografia do autor conseguimos chegar à conclusão de que este historiador oitocentista era conservador político e social. A ideologia de Oliveira Martins remeteu para uma interpretação de teor tradicional e para uma posição

¹⁸⁹ As citações foram retiradas de Martins, Oliveira, *História de Portugal*, 2 volumes vols., Lisboa, Guimarães & Ca, I Vol., 1882 (1879 foi a data da primeira publicação).

¹⁹⁰ Vide, *Ibidem*.

¹⁹¹ Vide, *Ibidem*.

político-filosófica relacionada com a transformação progressiva da sociedade portuguesa oitocentista.

No que diz respeito a José de Arriaga podemos dizer que o modo como apresentou na sua introdução a abordagem da temática principal da sua obra foi diferente e inovadora. Vejamos porquê: Arriaga fez um enquadramento internacional sobre os acontecimentos que mais marcaram a época contemporânea, designadamente, a Revolução Francesa que foi a pioneira das revoluções de teor liberal que se seguiram, ora na Europa, ora na América. Portanto José de Arriaga demonstrou, logo no capítulo introdutório, que a Revolução Francesa e a sua memória desencadearam nas gerações futuras sentimentos nacionalistas. Nesta sequência, o autor decidiu valorizar o papel que os povos tiveram, nomeadamente, o português que lutou pela liberdade e pela autonomia¹⁹² criticando, de certo modo, Oliveira Martins. Arriaga elogiou o contributo deste historiador bem como o seu talento e estilo, mas não concordava com as afirmações e com as apreciações negativas que Martins fizera aos portugueses na *História de Portugal*. Daí José de Arriaga afirmar o seguinte: “*um povo como o português, que tem uma historia honrosa e que luctou muitos seculos pela liberdade e pela independencia, é digno de mais justa apreciação*”¹⁹³. Destinada aos leitores portugueses, Arriaga teve a preocupação, tal como os outros historiadores, de afirmar que iria contar os factos históricos conforme aconteceram: “*tratando de uma época tão pouco conhecida, houve necessidade de descer aos factos e ás provas, em vez de ficar em generalidades*”¹⁹⁴. A partir do prólogo da sua obra, Arriaga revelou ao público português algumas luzes sobre a sua posição política-ideológica e a sua visão um pouco difusa sobre a Revolução Francesa, no sentido em que a Revolução carregava consigo aspectos positivos e negativos. Com base nestas notas, constatou-se que o discurso remetia e dirigia-se para toda uma interpretação que acabava por valorizar, glorificar e

¹⁹² Com as invasões francesas, a família real transferiu-se para o Brasil. Consequentemente, Portugal ficou sob domínio inglês até 1820 o que acabou por desencadear um descontentamento populacional. Para além disto, os ingleses ao conseguirem com os Tratados de 1810 determinados privilégios, nomeadamente a entrada de produtos ingleses nas alfândegas portuguesas, originou um agravamento da crise em Lisboa e no Porto. A juntar a esta situação, o facto de os ingleses controlarem o exército português causou sentimentos desagradáveis entre ambas as partes. Este conjunto de factores originou por parte da população um sentimento nacionalista e de revolta que acabou por culminar com a Revolução Liberal de 1820. Foi, então, neste contexto que Arriaga falou da luta do povo português pela liberdade e pela independência.

¹⁹³ In, Arriaga, José de, *Historia da Revolução Portuguesa de 1820: illustrada com os retratos dos patriotas mais illustres d'aquella epocha e ampliada com magnificos quadros representando os factos históricos mais notáveis decriptos na obra compostos e desenhados pelos distintos artistas nacionaes*, Porto, Livraria Portuense Lopes & Ca, 1886 (parte introdutória).

¹⁹⁴ Vide, *Ibidem*.

enaltecer as revoluções que sucederam à Francesa e para uma exaltação dos nacionalismos. Sendo republicano, José de Arriaga sustentou a tese de que o povo tem um papel importante no sentido de procurar e lutar pelos seus sonhos, desejos e ambições através da via política.

Por último, o historiador Sampaio Bruno pouco revelou nas suas primeiras glosas. O autor não escreveu qualquer dedicatória, enquadramento histórico e não fez referência a nenhum outro historiador oitocentista português já aqui mencionado. Nesta óptica, não nos é dado a conhecer qual a ideologia defendida por Sampaio nem qual a importância dessa mesma posição para uma compreensão breve da obra. Todavia, o autor fez, conforme frisámos inicialmente, uma advertência no sentido de explicar que a obra que decidiu escrever foi uma tradução muito semelhante da obra de Heinrich Schaeffer. Sampaio Bruno traduziu a obra de Schaeffer mas, ao mesmo tempo, foi inculcando e acrescentando diversas informações, acabando por se tornar no autor ou co-autor da obra *História de Portugal*, demonstrando ao longo da mesma a posição e o pensamento político-ideológico que sustentava através da sua escrita.

O confronto das interpretações e das posições político-ideológicas dos autores em estudo a partir de uma perspectiva comparada

As técnicas de análise do discurso e os sentimentos dos autores

A leitura das obras dos historiadores oitocentistas deve ser feita com base num conjunto de regras, procedimentos e métodos linguísticos para que a sua compreensão se torne mais acessível e clara. As técnicas de análise de discurso revelam-se determinantes para uma melhor interpretação de vários conceitos ou expressões históricas. Mas também para um melhor entendimento dos objectivos e do posicionamento político-ideológico dos autores. Sem estas, a leitura e análise às obras demorariam mais tempo e tornar-se-iam confusas e, em muitos casos, pouco perceptíveis.

A análise do discurso compreende uma linguagem entre o indivíduo, neste caso, o historiador e a realidade histórica, política, social e económica em que se insere. Como tal, a linguagem escrita *“deve ser entendida como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social”*¹⁹⁵ do seu tempo. Esta linguagem encontra-se carregada de significados e de interpretações mas, acima de tudo, esta prática discursiva é influenciada por dois componentes característicos do historiador que temos vindo a realçar ao longo do trabalho: a vida pessoal e a questão ideológica. O que falamos e o que escrevemos é afectado pela nossa experiência e contacto pessoal e interpessoal entre os sentidos e os pensamentos dos outros indivíduos. Tal troca de impressões acaba por conduzir, inevitavelmente, à discussão sobre as diversas tendências e linguagens de teor político-ideológico de cada um. Isto porque a linguagem encontra-se *“materializada na ideologia e a ideologia manifesta-se na língua, pois não há discurso sem sujeito, sujeito sem ideologia, nem sujeitos e sentidos estão completos”*¹⁹⁶. Quer isto significar que *“os sujeitos são condicionados por uma determinada ideologia que predetermina o que poderão ou não dizer em determinadas conjunturas histórico-sociais”*¹⁹⁷.

O discurso produzido pelo historiador permite-nos observar o conteúdo e de que modo o mesmo nos poderá ajudar a retirar conclusões sobre a perspectiva do autor sobre um determinado assunto. Nesta vertente, as práticas discursivas da linguagem

¹⁹⁵ In, Piovesan, Ângela Maria Walesko, “A análise do discurso e questões sobre a linguagem”, in Revista X, Vol. 2, 2006, p. 2

¹⁹⁶ In, *Ibidem*, p. 4.

¹⁹⁷ In, *Ibidem*, p. 10.

podem evidenciar algumas temáticas que o historiador escolheu falar nas suas obras, para quem ou sobre quem é que o se dirigiu, o modo como falou e quais os sentimentos que emitiu quando escreveu sobre uma ocorrência histórica. Assim sendo, o confronto das interpretações ideológicas e das diferentes construções da memória da Revolução Francesa na historiografia portuguesa do século XIX será realizada através da análise do discurso e, conseqüentemente, da linguagem que os autores utilizaram no momento da escrita das suas obras.

Os historiadores absolutistas José Acúrsio da Neves e José Maria de Sousa Monteiro adoptaram no seu discurso uma linguagem coloquial com expressões acessíveis aos leitores. A disposição e a organização dos seus discursos apresentaram uma estrutura textual bastante comunicativa e explicativa através da identificação das datas dos acontecimentos históricos nas margens das obras à medida que iam falando. Ambos os textos seguiam uma sequência histórica e cronológica para que se conseguisse evidenciar a conexão e ligação entre os vários tópicos do seu discurso. A linguagem obedecera, portanto, a um modelo e a uma “arquitectura” muito própria e característica que é comum nos discursos dos autores. Em termos de “*coerência pragmática*”¹⁹⁸, o tom de voz com que José Acúrsio das Neves escreveu o seu discurso ia mudando consoante o assunto que proferia. Vejamos o modo quando o autor falou do caos oriundo da Revolução Francesa que acabou por culminar na desgraça de França: “*e Luiz XVI, quando se applicava todo o remediar a desordem produzida pela guerra, foi desenthronizado, como dissipador, e conduzido a hum cadafalso. Como os tempos erão mudados! A mesma mão, que o derribou do throno, foi a que abalou todos os governos: “foi a revolução, e não o poder de França, a que destruiu o systema politico da Europa*”¹⁹⁹. O tom do discurso foi de desaprovação e de um certo espanto pois Acúrsio das Neves não entendia como era possível um rei ter ido parar a guilhotina devido à acção dos “*assassinos*”²⁰⁰. A própria presença de frases exclamativas revelou sentimentos de exaltação e de indignação por parte do historiador. Referente ao ano 1799, por exemplo, o autor interrogou-se com uma certa revolta “*Como enganou Bonaparte a hum povo de 25, ou 30 milhões de habitantes, que tinham jurado hum odio*

¹⁹⁸ In, Miranda, Florencia, “Géneros de texto e tipos de discurso na perspectiva do interaccionismo sociodiscursivo: que relações?”, in Estudos Linguísticos, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, 2008, p. 84.

¹⁹⁹ In, Neves, José Acúrsio das, *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*, 2 vols., Lisboa, Oficina Thaddeo Ferreira, 1810-1811, vol. I, p. 10.

²⁰⁰ In, *Ibidem*, p. 7.

*eterno á Monarquia, e a tudo o que se assemelhasse ao poder arbitrário?”*²⁰¹. Esta frase interrogativa serviu não só para Acúrsio das Neves se questionar a ele próprio mas, também, para fazer o leitor pensar sobre como Napoleão Bonaparte conseguiu ascender politicamente e como convenceu os franceses a acreditar nele depois “*de todos os horrores da revolução, e da guerra*”²⁰². Quer isto significar que a linguagem que o historiador adoptava alterava-se, ou seja, o tom elevava-se quando não conseguia mostrar uma certa imparcialidade sobre um assunto do qual não concordava. A par disto, o discurso de Acúrsio das Neves demonstrava, como é possível verificar através das citações apresentadas, qual a sua posição ideológica sobre a Revolução Francesa e o que ela acabou por desencadear a longo prazo. Desta visão iria resultar uma construção de uma memória negativa da Revolução que seria deixada por escrito para as gerações futuras entenderem a narrativa histórica e o contributo historiográfico de Acúrsio na época de Oitocentos.

Apesar de estar na mesma categoria que José Acúrsio das Neves, o tom gramatical do discurso que José Maria de Sousa Monteiro adoptou na sua obra foi, a nosso ver, ligeiramente diferente. O autor não se indignou tanto com certos acontecimentos históricos e isso é visível ao longo da sua obra pois não se detectou frases exclamativas ou interrogativas. O aspecto comum com Acúrsio das Neves foi o facto de Sousa Monteiro não ter conseguido demonstrar imparcialidade enquanto escrevia. A utilização de determinados adjectivos revelou, em certa medida, o que o historiador pensava, achava e sentia. As seguintes citações são elucidativas nesse sentido: “*convulções políticas agitavão então a França, e dellas erão espectadoras as grandes potencias: os abusos daquelle governo, e mau estado das suas finanças tinhão preparado uma revolução; e a imprudencia da Côrte de Versailles a tinha feito tomar um aspecto assustador: os erros e abusos que em França tinhão apressado a catastrophe, erão os mesmos com pouca differença por toda a Europa*”²⁰³. De acordo com o discurso do autor verificou-se uma crítica ao despotismo sendo este um dos principais responsáveis pela situação política e social de França que levaram à Revolução. Todavia, para atenuar a “culpabilidade” do sistema monárquico Monteiro caracterizou o impacto da Revolução Francesa de 1789 como um “mal” que “não era

²⁰¹ In, *Ibidem*, p. 46.

²⁰² In, *Ibidem*, p. 46.

²⁰³ In, Monteiro, José Maria de Sousa, *História de Portugal desde o reinado da senhora D. Maria primeira até à convenção d'Evora-Monte: com um resumo historico dos acontecimentos mais notaveis que tem tido logar desde então até nossos dias*, Lisboa, Tipografia de António José da Rocha, 1838, p. 16

*tão sensível*²⁰⁴ em Portugal como em França. Através destas expressões pudemos constatar que o tom da linguagem adoptado foi moderado e como tal os sentimentos do historiador no momento da escrita não revelaram um estado de espírito alterado, embora não tenha sido imparcial no seu discurso. Novamente, a fórmula narrativa de Sousa Monteiro iria acabar por edificar uma memória semelhante à de Neves – memória essa que ficaria em suporte de papel com uma linguagem e todo um discurso historiográfico característico do contexto em que viveu e da ideologia que defendia.

Os historiadores liberais encontrando-se noutra categoria e noutro tempo histórico e político assumiram um discurso diferente dos autores anteriores. A própria linguagem ideológica revelou ser desigual. A estrutura do texto de Simão José da Luz Soriano obedeceu, tal como as obras de Acúrsio das Neves e de Sousa Monteiro, a uma sequência cronológica e temática. Todavia, para cada capítulo Soriano resumiu os principais temas que iria abordar para que o leitor compreendesse melhor as linhas gerais do assunto que seria abordado. No que concerne à linguagem, constatou-se que esta já havia passado para um patamar mais cuidado e com uma terminologia histórica mais adequada, embora fosse acessível à leitura e à compreensão do leitor. Porém, os “*mecanismos de responsabilização enunciativa*”²⁰⁵ corresponderam a uma gestão de voz e a um módulo facciosos quando o autor falava, por exemplo, sobre o regime absolutista. Embora o discurso não tenha frases interrogativas ou exclamativas evidenciou essa equanimidade. Ora vejamos as seguintes citações: “*um despotismo tão odioso e tyrannico como o da demagogia, ainda mais barbaro e insupportavel que o das classes aristocráticas, proclamando-o com um furor, que nada foi capaz de domar*”²⁰⁶. A análise do discurso permitiu identificar, com base na recorrência adjectival, os sentimentos de desagrado e de aversão do historiador perante tal sistema político. Através desta visão ideológica, a memória que foi sendo construída foi uma memória anti-absolutista e, portanto, liberal – uma reminiscência que era apológica da Revolução Francesa e dos seus princípios.

Francisco Duarte de Almeida Araújo escreveu a sua obra num discurso acessível. Contudo, o “*modelo da acção da linguagem*”²⁰⁷ era pouco cativante e

²⁰⁴ In, *Ibidem*, p. 16.

²⁰⁵ In, Miranda, Florencia, “Géneros de texto e tipos de discurso na perspectiva do interaccionismo sociodiscursivo: que relações?”, in Estudos Linguísticos, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, 2008, p. 84.

²⁰⁶ In, Soriano, Luz, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política da este reino desde 1777 até 1834*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1890, p. 361.

²⁰⁷ In, Miranda, *op.cit.*, p. 82.

maçudo. O texto da obra ao não ter grande pontuação tornava a sua leitura difícil e a compreensão mais lenta e demorada. Contudo, os adjetivos e as coesões verbais contribuíram para um melhor e um maior envolvimento do leitor na obra. Tome-se como exemplo quando o historiador falou, na sequência da Revolução Francesa de 1789, sobre a Convenção Nacional e o papel de Portugal durante este período: *“a Convenção tinha mandado um emissario a Lisboa, que parece que trazia por objecto primario negociar o reconhecimento da républica pela rainha fidelissima. Era um ponto melindroso; porque se Portugal, desejando manter-se nos principios de uma neutralidade, que lhe attrahiria vantagens incalculaveis, não tinha tomado parte directa na confederação contra a França, por motivos ainda mais fortes se oppunha á sua politica abrir o exemplo de reconhecer um governo que toda a Europa se propunha aniquilar. Muito mais repugnava isto ás vistas do ministerio portuguez, pelas estreitas relações de amizade, e de parentesco da familia reinante com o infeliz Luis XVI”*²⁰⁸. O tom com que Almeida Araújo escreveu o seu discurso revelou tal como os anteriores uma certa parcialidade. O historiador não deixou de colocar de parte a sua opinião e o seu pensamento quando utilizou, por exemplo, o adjectivo “fidelíssima” e quando conjugou o verbo “repugnava”. Francisco Duarte de Almeida Araújo, ao contrário de Luz Soriano, adoptou a partir de um dado momento do seu discurso uma linguagem dotada de um grande realismo. A nosso ver o historiador envergou por essa via, ao falar da saída da família real para o Brasil na sequência das invasões francesas (como consequência da própria Revolução Francesa), para tentar mostrar o mais real possível essa imagem: *“ao aspecto deste principe agora tão consternado, e abatido, todos emmuleceram, e as proprias lagrimas lhes ficaram tolhidas, mas a dor bem pintada nos seus semblantes. Não era menos tocante o estado do principe: os seus pés tremulos, e sem firmezamal podiam sustentar o seu corpo vacillante”* (...) *“seu rosto nadava em lagrimas; porque os seus olhos eram duas torrentes: e é assim, que foi levado ao escaler, e neste á esquadra, sendo os adeuses, que dava ao seu povo, mais, e mais lagrimas, que lhe caiam”*²⁰⁹. Com base nesta citação podemos dizer que Francisco Duarte de Almeida Araújo mostrava compaixão e uma certa tristeza perante o sofrimento da realeza partir do seu país, ficando o povo abandonado às mãos dos invasores. Todavia, ao longo do seu discurso o historiador mostrará outro tipo de

²⁰⁸ In, Araújo, Francisco Duarte de Almeida, *Historia de Portugal desde os tempos primitivos até à fundação da monarchia e d’esta epocha até hoje*, Adornada de gravuras, Lisboa, 1852-1853, p. 1206.

²⁰⁹ In, *Ibidem*, p. 1221.

sentimentos consoante o assunto que proferia e a sua memória mostrará, ao longo do tempo, as diferentes sensações. Tome-se como referência o sentimento de horror e de desolação quando falou dos efeitos da ocupação francesa em Portugal: *“A entrada, e acumulação das tropas francezas causou uma extraordinaria oppressão em Lisboa. Ao sentimento das calamidades presentes ajuntavam-se as ideas de um futuro espantoso. Os viveres, e especialmente o pão, escasseavam diariamente em Lisboa, e calculava-se, que antes de dous, ou tres mezes haveria uma falta absoluta deste genero. Tanto se receou esta falta, que ainda antes de entrarem os francezes em Portugal, tinha sido proibida por um edital do senado a factura de todo o genero de bolos, e biscoitos”*²¹⁰. A partir das expressões apresentadas pode constatar-se que Francisco Duarte de Almeida Araújo demonstrava, consoante as circunstâncias, sentimentos de tristeza, de raiva, de horror e de inconformidade. Consequentemente, a sua memória tornar-se-ia depreciativa devido às consequências que a Revolução Francesa originou no Portugal de Oitocentos.

O discurso da obra de José Maria Latino Coelho obedeceu a uma estrutura histórica bastante cuidada. O autor adoptou uma linguagem erudita com um vocabulário diversificado e assertivo, mas acessível aos leitores. Esta obra e todo o seu discurso envolvente destacou-se da historiografia liberal na medida em que os temas abordados e toda a linguagem revelaram um conhecimento ainda mais arrojado e toda uma preparação por parte do autor em mostrar a veracidade dos acontecimentos históricos. O respeito pela pontuação e a utilização de frases declarativas com o correcto emprego dos tempos verbais facilitou a compreensão do discurso da obra. Quer isto dizer que Latino Coelho conseguiu comunicar com o leitor através do uso de um discurso apelativo com o recurso a figuras de estilo como a comparação, a adjectivação, a ironia, a enumeração e a hipérbole. Nessa óptica e como os seus colegas liberais, José Maria Latino Coelho não conseguiu ficar indiferente e deu a sua opinião e visão, de acordo com a sua ideologia sobre o que a Revolução Francesa assinalou em termos gerais: *“A revolução, que é o movimento nas relações moraes da humanidade, é insita á própria natureza das nações e essencial á sua conservação e melhora, como no mundo material é tambem o movimento a lei universal e inquebrantável”*²¹¹. Ainda assim, o tom do discurso que Latino Coelho escolheu abordar revelou, por vezes, uma postura ligeiramente diferente

²¹⁰ In, *Ibidem*, p. 1226.

²¹¹ In, Coelho, José Maria Latino, *História Política e Militar de Portugal desde os fins do XVIII até 1814*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, (1874-1891), Vol. II, p. 105.

dos anteriores no sentido em que o historiador tentou estabelecer uma certa neutralidade perante a sua escrita, associada a sentimentos equitativos. Como tal, o modo como Coelho apresentou algumas temáticas assumiu um tom mais profissional e mais distanciado dos outros autores oitocentistas e a memória construída foi uma memória mais profissionalizante. É o caso de quando Coelho falou do modo como o Iluminismo abalou a sociedade francesa e, conseqüentemente, do seu impacto nos ideais defendidos pela Revolução Francesa: *“desde os primeiros annos do reinado, que succedeu á côrte dissoluta de Luiz XV, se percebêra que as doutrinas dos philosophos, e as maximas dos economistas, haviam ja em parte conseguido penetrar e esclarecer com a sua luz”* (...) *“as”* (...) *“regiões da monarchia absoluta. Com o governo de Luiz XVI”* tentava-se *“conciliar a velha e decadente monarchia e a nova e exigente civilisação, proclamando e exprimindo na sentença pratica das leis alguns dos grandes principios, em que se firma a liberdade das nações e a legitimidade dos governos”*²¹².

O último autor da categoria dos historiadores liberais, Carneiro de Moura apresentou aos leitores todo um discurso bastante crítico a todos os movimentos e a todos os indivíduos que detinham uma ideologia diferente da sua. De acordo com a análise do discurso verificou-se que a obra de Moura seguiu uma sequência cronológica apurada, mostrando que houve uma preparação no que toca à infra-estrutura do texto. As próprias referências bibliográficas colocadas em rodapé são exemplo disso. Contrariamente a Latino Coelho, Carneiro de Moura usou uma linguagem menos rebuscada e mais coloquial. A adjectivação e a ironia predominavam no discurso do autor e sendo um radical de esquerda verificou-se uma linguagem nesse sentido. Ora vejamos o tom de sarcasmo e o sentimento de repulsa com que o historiador falou relativamente à acção repressiva de Pina Manique na sequência da Revolução Francesa: *“O que importava é que a população lisboeta, perseguida por quadrilhas organisadas dentro da cidade, illuminada pelos candelabros d’azeite junto aos nichos dos santos, não lesse os livros da França Jacobina, onde o Anti-Christo imperava”*²¹³. O tom com que Moura discutiu este assunto demonstrou que, tal como os outros historiadores liberais, não conseguiu colocar de parte a sua perspectiva ideológica e a memória acabou por assumir padrões semelhantes à dos seus colegas liberais.

²¹² In, *Ibidem*, p. 114.

²¹³ In, Moura, Carneiro de, *O século XIX em Portugal: historia politica, litteraria, economica, artistica e militar dos ultimos cem annos*, Lisboa, Palhares, 1901, p. 27.

No que concerne ao discurso dos historiadores conservadores foi possível constatar que a linguagem diferiu bastante dos autores monárquicos e liberais. Embora houvesse características semelhantes, uma boa parte das particularidades da linguagem adoptou concepções diferentes. Tanto os discursos de Oliveira Martins como de Pinheiro Chagas detinham uma estrutura textual delimitada, obedecendo a uma metodologia histórica já mais desenvolvida e cada vez mais cuidada, através da referência e da citação constante de outros autores e obras que consultaram. A linguagem em Oliveira Martins não era de todo acessível às camadas populares pelo facto de carregar consigo uma escrita filosófica e com expressões bastante peculiares. Oliveira Martins seguiu algumas directrizes dos outros autores ao aplicar no seu discurso frases interrogativas para reforçar o seu ponto de vista e, conseqüentemente, a sua ideologia conservadora. Tome-se como modelo quando Martins se interrogou mostrando apreensão sobre *“Quem resistiria ao destino armado? quem faria face a Napoleão, cujo exercito atravessara a Hespanha, e pisava já o solo portuguez?”*²¹⁴ Curiosamente, este foi o historiador que mais se expressou, a nosso ver, para conseguir demonstrar a sua posição. Ao elogiar e ao idolatrar Pina Manique como *“o grande homem do reinado”*²¹⁵ para tentar combater a *“Lisboa afrancezada”*²¹⁶ Oliveira Martins mostrou-se claramente contra o espírito revolucionário francês. Tais expressões ao longo do discurso e com o uso da adjectivação, o historiador deixou por escrito e à posterioridade as suas reflexões e a sua memória que construiu sobre o impacto da Revolução Francesa em Portugal e, inevitavelmente, na historiografia de Oitocentos.

Manuel Pinheiro Chagas, por sua vez, possuía um discurso mais apropriado aos leitores portugueses, embora tivesse uma linguagem igualmente pesada. Tal como o seu colega conservador Martins, Pinheiro Chagas também elogiou o contributo de Pina Manique com um certo enaltecimento pois foi Manique *“que tratou com mais zelo de estabelecer em Lisboa uma policia seria que podesse proteger os habitantes”*²¹⁷. Todavia e ao contrário de Oliveira Martins, Pinheiro Chagas falou da Revolução Americana como a pioneira que influenciou outros movimentos, designadamente, a Revolução Francesa num discurso parcial: *“as idéas que se proclamavam audaciosamente, era isto o que fazia com que toda a Europa saúdasse com entusiasmo*

²¹⁴ In, Martins, Oliveira, *História de Portugal*, 2 vols., Lisboa, Guimarães & Ca, 1951, Vol. II, p. 230.

²¹⁵ In, *Ibidem*, p. 208.

²¹⁶ In, *Ibidem*, p. 213.

²¹⁷ In, Chagas, Pinheiro, *História de Portugal desde os tempos mais remotos até à actualidade*, 8 Vols. Lisboa, Typ. Franco Portuguesa, 1867-1874, Vol. VIII, p. 51.

a revolução americana. E o governo de Luiz XVI ia d'ahi a pouco favorecer a causa dos insurgentes sem reflectir que lavrava assim a sua propria condemuação!"²¹⁸. A frase exclamativa expressou uma certa indignação perante o sucedido realçando ao leitor o seu desagrado e ao mesmo tempo a sua opinião crítica sobre a condenação do rei de França, devido ao espírito revolucionário americano que acabou por contaminar a Europa. Tanto a memória de Oliveira Martins como a de Pinheiro Chagas mostrar-nos-á uma memória traçada sob uma ideologia conservadora e o próprio discurso e a linguagem que adoptaram irá evidenciar essa mesma realidade.

Por último, a análise do discurso dos autores republicanos revelou ser completamente diferente tanto dos historiadores monárquicos como dos seguintes. Isto explica-se não só pela ideologia que defendiam como também pelo distanciamento temporal e pelas novas metodologias históricas que se encontravam ao dispor de José de Arriaga e de Sampaio Bruno. A corrente positivista que surgiu na segunda metade do século XIX contribuiu para que os historiadores republicanos conferissem um novo sentido às suas concepções republicanas e, como tal, um novo discurso nas suas obras. A linguagem que Arriaga e Bruno adoptaram nas suas obras acabou por representar um culminar de todo um processo. O aspecto comum entre estes autores republicanos e os outros historiadores é que também não conseguiram ser neutros na linguagem que proferiram nas suas obras. O discurso da obra de Arriaga encontrava-se numa linguagem inteligível, com frases e parágrafos curtos com o intuito de facilitar a comunicação e a compreensão ao leitor. Vejamos a aproximação de José de Arriaga ao público quando deu algumas pistas sobre o que pensava sobre as ideias francesas: "*Os nossos leitores encontrarão a cada instante nos jornaes a que nos referimos esta repulsão dos nossos publicitas pelas teorias francezas, chegando até a ser injustos*" (...) "*esta reacção exagerada contra aquelle paiz veio crear laços mais intimos entre as ideias portuguezas e as dos sabios e publicistas britannicos*"²¹⁹. Através desta citação e com base na análise do discurso da obra de Arriaga pudemos verificar que o modelo de voz, ou seja, o tom da linguagem mostrou ser moderado e pacífico, sem grandes elevações por parte do historiador. Com um tom, igualmente, ponderado e próximo do leitor Arriaga demonstrou a sua opinião relativamente ao facto da

²¹⁸ In, *Ibidem*, p. 38.

²¹⁹ In, Arriaga, José de, *Historia da Revolução Portuguesa de 1820: illustrada com os retratos dos patriotas mais illustres d'aquella epocha e ampliada com magnificos quadros representando os factos históricos mais notáveis decriptos na obra compostos e desenhados pelos distintos artistas nacionaes*, Porto, Livraria Portuense Lopes & Ca, 1886, p. 475.

Revolução Francesa não ter sido factor primordial para a mudança da cultura e das mentalidades da sociedade portuguesa: *“a revolução franceza surpreendeu Portugal no momento em que elle já estava mui adiantado na grande e sublime revolução intellectual iniciada pela politica pombalina, e quando os espiritos já estavam inclinados para uma mudança radical na ordem politica, para a qual o marquez deu os primeiros passos. E’um erro bem grande o suppôr-se que devemos tudo a revolução franceza. Como os leitores viram, o movimento intellectual iniciado pelo marquez de Pombal, tem um character accentuadamente nacional, por isso mesmo que foi creado nas nossas necessidades e para o nosso meio”*²²⁰.

Sampaio Bruno, ao contrário de Arriaga, optou por um discurso menos interativo com os leitores, utilizando uma linguagem um pouco mais densa e complexa. Ao explicar e ao dar a conhecer as datas e ao descrever os acontecimentos que se propôs a falar, Sampaio Bruno tornou a linguagem da sua obra pouco apelativa. Veja-se o modo como de quando falou da situação financeira de Portugal no contexto da Guerra contra a República Francesa: *“visto como as despezas indispensaveis do Estado não podiam ser já agora feitas pelas forças dos redditos publicos, e pois que o pagamento era urgente, attendendo a que as contribuições ecclesiasticas offerecidas por louvavel maneira, a decima dos rendimentos das commendas das Ordens Militares em geral, o quinto dos bens da corôa que se encontram na posse dos donatarios da mesma corôa, sufficientes não sejam nas actuaes circumstancias urgentes, por isso, um decreto com data de 2 Novembro de 1796 auctorizou o presidente do erario regio a levantar por meio de emprestimo uma quantia, até á importância de 10 milhões de cruzados, a 5% ao anno, em troca de apólices, de 100\$000 reis e mais, as quaes poderiam valer como lettras de cambio”*²²¹. A partir desta citação verificou-se que a não utilização de pontos finais fez com que a compreensão desta parte textual se revelasse extenuante. E falta de frases exclamativas e interrogativas e o facto do tom do seu discurso ser um tanto parado tornou a leitura mais difícil e pouco estimulante. Todavia, a estrutura textual revelou uma dedicação e um trabalho cuidado que são visíveis com as citações que Sampaio Bruno utilizou. Um pouco diferente de Arriaga, Bruno não se expressou da mesma maneira no sentido em que o seu discurso demonstrava uma certa angústia quando o autor falava, por exemplo, da primeira invasão francesa. Neste contexto e ao

²²⁰ In, *Ibidem*, pp. 474 e 475.

²²¹ In, Sampaio, José Pereira de, *História de Portugal: desde a fundação da monarchia até à Revolução de 1820*, 5 vols, Porto, Escriitorio da Emoreza Editora, 1893-1899, Vol. V, p. 348.

criticar Junot pelo controlo e pela revolta criada nas províncias e pelas ameaças que foram executadas, Sampaio Bruno recorreu à adjectivação para caracterizar a primeira invasão francesa em Portugal: “*A lucta tornou-se mais escarniçada e mais cruel*”²²². As visões ideológicas de José de Arriaga e de Sampaio Bruno permitiram um confronto de interpretações e de memórias que revelaram uma perspectiva diferente das anteriores devido à escolha de temáticas que decidiram envergar ao abordar o impacto da Revolução Francesa no Portugal dos séculos XVIII e XIX.

²²² In, *Ibidem*, p. 375.

O confronto das diferentes políticas de “memórias” dos historiadores

Conforme pudemos constatar a partir do sub-capítulo anterior, os historiadores portugueses não conseguiram ficar, de todo, indiferentes ao impacto que a Revolução Francesa e as suas consequências tiveram no Portugal de Oitocentos. A linguagem e a análise do discurso permitiram ficar com umas noções de alguns desses aspectos, pois o próprio tempo funcionou como construtor dessa memória que havia sido deixada por escrito – numa obra, num livro de “história” – para as gerações posteriores. Sendo os historiadores diferentes, pelo conjunto de factores que já aqui referimos diversas vezes, mas principalmente pela ideologia política que caracterizou em grande parte o indivíduo e o seu pensamento, as suas “memórias” serão distintas entre si. Quer isto significar que as várias “memórias” que foram sendo construídas pelas diversas perspectivas ideológicas acabaram por caracterizar e personalizar, em certa medida, a própria historiografia de Oitocentos. Como tal, o confronto das diferentes políticas de “memórias” da Revolução Francesa na historiografia portuguesa oitocentista será analisada de acordo com as tendências e as aspirações políticas-ideológicas de cada historiador.

A construção da “memória” de José Acúrsio das Neves sobre o impacto da Revolução Francesa em Portugal foi bastante negativa e condenadora. A própria ideologia – monárquica e/ou absolutista - conduziu a que Acúrsio das Neves escrevesse um discurso pejorativo sobre a Revolução Francesa e que acabasse por criar uma “memória”, igualmente, depreciativa. De acordo com o autor *“a Revolução Franceza ainda se achava no berço, e já ameaçava a tranquillidade de todos os povos, e a existencia de todos os governos, pelas maximas de subversão geral, que annunciavão as declamações violentas, e o espirito de intolerancia, a que os revolucionarios se entregavão, sem medida, sem reboço”*²²³. A partir da citação podemos verificar que Acúrsio das Neves era, claramente, contra a Revolução Francesa e os seus ideais. Todavia, ainda era mais adverso à Revolução quando esta começou a ter reflexos no seu país de origem a longo prazo, nomeadamente, quando Portugal entrou na Guerra do Roussilhão. Na sequência da morte do rei de França Luís XVI na guilhotina em 1793, a paz na Europa foi ameaçada e os países foram obrigados a intervir, nomeadamente Portugal: *“Portugal entrou a figurar nesta guerra, não como parte principal, mas como*

²²³ In, Neves, José Acúrsio das, *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*, 2 vols., Lisboa, Oficina Thaddeo Ferreira, 1810-1811, Vol. I. pp. 19 e 20.

mera auxiliar”²²⁴ após “*longos annos*” (...) “*de huma paz profunda*”²²⁵. Na sequência da Revolução e da própria Guerra o autor falou das mudanças que houve em Portugal: os ventos revolucionários acabaram por contagiar e influenciar a sociedade portuguesa oitocentista. O desenvolvimento das gazetas foi um aspecto criticado pelo historiador na medida em que “*até nas gazetas vio a Europa exercitar esta guerra*”²²⁶. Assim sendo, José Acúrsio das Neves acreditava que a Revolução Francesa fora a grande causadora de todo o mal que acontecera no continente europeu. A subida de Napoleão Bonaparte ao poder que tivera “*huma influencia desmarcada sobre a França*”²²⁷ e sobre outros países foi encarada como um fim da Revolução, tanto que o historiador afirmava que os “*gabinetes da Europa*” (...) “*errarão na escolha, e na extensão dos meios para apartarem a tempestade*” e que “*devião aproveitar em se colligarem, e ajuntarem todas as suas forças para resistir ao inimigo commum*”²²⁸ – o Imperador dos Franceses. Portugal, inclusive, iria sofrer às mãos do “*Bonaparte raivoso*”²²⁹ com a primeira invasão francesa em 1807.

A temática da primeira invasão francesa em Portugal foi, a ver de Acúrsio das Neves, a pior consequência (a longo prazo) da Revolução Francesa de 1789. A descrição pormenorizada da saída da família real para o Brasil pelo facto de a ter presenciado; a referência ao general Junot que liderou a invasão, as devastações, as destruições, as pilhagens e as mortes que sucederam foram o pior tormento pelo qual Nação Portuguesa passou na sua História. Vejamos a memória negativa que o autor construiu, por exemplo, em torno dos invasores franceses: “*assim que o exercito se vio em hum paiz, onde julgava, que tudo lhe era permitido, foi huma corrente devastadora, que hia destruindo tudo diante de si. As aldêas despovoarão-se de habitantes, e a tropa, que queria tudo*” (...) “*mettia-se pelas casas, roubava, e queimava quanto encontrava*” (...) “*olivae, pinhaes, e outros arvoredos erão destruídas*” (...) “*povoações inteiras entregues á pilhagem; templos profanados, e roubados, sem se perdoar aos vasos sacrusantos; e imagens sagradas sacrilega, e brutalmente quimadas, ou picadas com as baionetas*”²³⁰.

²²⁴ In, *Ibidem*, p. 22.

²²⁵ In, *Ibidem*, p. 32.

²²⁶ In, *Ibidem*, p. 88.

²²⁷ In, *Ibidem*, p. 42.

²²⁸ In, *Ibidem*, pp. 42 e 43.

²²⁹ In, *Ibidem*, p. 44.

²³⁰ In, *Ibidem*, pp. 196 e 197.

Esta era, portanto, a lembrança que José Acúrsio das Neves criara sobre o impacto que a Revolução Francesa e as suas consequências tiveram em Portugal no século XIX. Este construiu a ideia de um Portugal “negro” com tudo o que a Revolução originou antes da data da primeira invasão francesa. A memória foi, deste modo, adversa a tudo o que a Revolução originou devido à mentalidade e ao pensamento absolutista que definia o historiador.

José Maria de Sousa Monteiro criou uma “memória” semelhante à de José Acúrsio das Neves – uma memória desdenhosa da influência da Revolução Francesa em Portugal. Ao defender uma política monárquica, Sousa Monteiro construiu uma “memória” com base nessa mesma ideologia. O autor não escreveu um discurso em torno da Revolução Francesa, mas nos seus efeitos nomeadamente quando optou por falar sobre a Guerra entre a República Francesa e a Espanha, onde Portugal veio a intervir (forçadamente) de forma a prestar auxílio ao país vizinho: *“foi o Governo Portuguez forçado a mandar á Catalunha um exercito auxiliar portuguez, conforme as estipulações e Tratados ultimamente feitos entre ésta Coroa e a d’Hispanha; e é talvez a este primeiro passo d’errada politica, que Portugal deve as desgraças que sofreu que o andar dos tempos – a quebra de sua nacionalidade, e a fatal invasão franceza – o que por certo não aconteceria se se continuasse o mesmo espirito de neutralidade que presidiu, no principio, aos Conselhos da Soberana”*²³¹. Nesta vertente tal como Acúrsio das Neves, a “memória” de José Maria de Sousa Monteiro seria negativa em torno da acção de “Bonaparte 1º Consul da republica francesa” ao ter declarado *“a Hispanha a guerra a Portugal, o que lhe pareceu tanto mais opportuno, quanto que este reino se achava então n’um total abandono da parte d’Inglaterra, empenhada a esse tempo em suas expedições no Egipto”*²³². Daí Sousa Monteiro ter afirmado que *“vai agora abrir-se uma nova scena: o anno de 1801 tão fatal a Portugal vai agora ser o objecto das meditações de todo o bom portuguez, nas quaes nós iremos o iremos acompanhando, ao passo que, como historiador, formos dando conta dos principaes acontecimentos desta epocha desastrosa”*²³³. Contudo, foram as invasões francesas que, segundo o autor, acabaram *“por desmembrar uma parte muito principal da monarchia portuguesa na*

²³¹ In, Monteiro, José Maria de Sousa, *História de Portugal desde o reinado da senhora D. Maria primeira até à convenção d’Evora-Monte: com um resumo historico dos acontecimentos mais notaveis que tem tido logar desde então até nossos dias*, 2 Vols., Lisboa, Tipografia de António José da Rocha, 1838, Vol. I, pp. 23 e 24.

²³² In, *Ibidem*, p. 57.

²³³ In, *Ibidem*, p. 57.

Europa”²³⁴. O grosso da obra do historiador centrou-se, precisamente, nesta temática, na medida em que a sua principal memória residiu nas três invasões francesas, principalmente, na primeira²³⁵: “*uma salva chama a atenção dos numerosos espectadores, que virão abater-se a bandeira das cinco Chagas, e em seu logar arvorar-se a tricolor! Seguiu-se uma proclamação de Junot ao seu exército, que rematou com vivas a Napoleão*”²³⁶. Assim sendo, para Sousa Monteiro e de acordo com a sua ideologia absolutista, os ideais democráticos provenientes do espírito francês iriam sepultar Portugal “*no mesmo abysmo que sorveu tantas nações e Povos, que haviam espantado o mundo pelo seu valor, e façanhas, ou por sua sciencia e virtude, e de quem resta apenas uma lembrança vaga, consignada nas paginas da História: era chegado o momento de se preferirem os hazares d’uma revolução a este marasmo e inanição que matavão o Corpo Social – e cumpria que fosse já e logo, para prevenir que o Povo cego e furioso, como é, tomasse a iniciativa e apressasse a morte da Patria com a anarchia*”²³⁷. E na sua perspectiva a Revolução Liberal de 1820 provocou isso mesmo: “*na noite imediata de 23 para 24 d’agosto, reunirão se os conspiradores em casa de Sepulveda, e ali convierão em não demorar um só momento a execução do plano, para que estavam reunidos*”²³⁸.

A construção progressiva da política de memória de José Maria de Sousa Monteiro concentrou-se, portanto, nas mesmas temáticas de José Acúrsio das Neves. Defendendo os princípios absolutistas, Monteiro deu-nos uma perspectiva historiográfica semelhante à do seu colega, bem como uma “memória” dos resultados nefastos da Revolução Francesa que se prolongaram no tempo e que ficou registado na historiografia portuguesa oitocentista.

²³⁴ In, *Ibidem*, p. 58.



²³⁵ As páginas referentes às três invasões francesas da autoria de José Maria de Sousa Monteiro começam na página 106 até à 386 do primeiro volume.

²³⁶ In, *Ibidem*, p. 123.

²³⁷ In, *Ibidem*, p. 140.

²³⁸ In, *Ibidem*, p. 145.

Quadro III – Historiadores Absolutistas

Historiadores Absolutistas	
José Acúrsio das Neves	José Maria de Sousa Monteiro
Memória negativa e condenadora da Revolução Francesa e dos seus efeitos em Portugal	Memória desdenhosa da Revolução Francesa e dos seus efeitos em Portugal
	
Memória adversa com a primeira invasão francesa	Memória funesta com as invasões francesas
<u>Memória depreciativa da Revolução Francesa em si e dos seus efeitos no Portugal de Oitocentos</u>	

Ao contrário dos historiadores anteriores, Luz Soriano ao apresentar uma perspectiva ideológica diferente, construiu ao mesmo tempo um outro tipo de “memória”. Luz Soriano criou toda uma “memória” de elogio e de glorificação da Revolução Francesa. Exemplo disso foi o facto de o historiador ter desenvolvido os acontecimentos pré-revolucionários franceses com a convocação dos Estados Gerais e da Assembleia Nacional Constituinte²³⁹, demonstrando assim os “*primeiros triumphos democraticos*”²⁴⁰ do Terceiro Estado. O autor enalteceu todos os acontecimentos e todos os movimentos populares que afectaram o governo francês que era “*cheio*” de “*vícios e abusos*”²⁴¹, como por exemplo, a tomada da Bastilha a 14 de Julho de 1789 e a marcha das mulheres a Versalhes a 5 de Outubro de 1789²⁴². Defendendo a luta pela

²³⁹ Vide, Soriano, Luz, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política deste reino desde 1777 até 1834*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1890, pp. 360 a 362.

²⁴⁰ In, *Ibidem*, p. 362

²⁴¹ In, *Ibidem*, p. 359.

²⁴² Vide, *Ibidem*, pp. 362

liberdade de expressão Luz Soriano, ao contrário de Acúrsio das Neves e de Sousa Monteiro, condenou a Intendência Geral da Polícia, designadamente, a acção repressiva de Pina Manique que tinha “*de apagar na sua origem qualquer faísca de sedição que, soprada pelas doutrinas da França, podesse pôr Portugal n’uma conflagração igual á que se manifestava em Paris*”²⁴³. Neste contexto e como consequência do espírito das Luzes e dos princípios da Revolução Francesa o historiador oitocentista sustentava a criação e o estabelecimento de sociedades secretas como a Maçonaria uma vez que eram “*centros propagandistas das ideas revolucionarias de França*”²⁴⁴.

A partir da sua ideologia liberal, Luz Soriano construiu, como podemos ver, uma “memória” positiva e engrandecedora da Revolução Francesa em si e da sua influência em Portugal. Mas ao mesmo tempo criara uma “memória” amarga relativamente à opressão que os ventos revolucionários franceses causaram em Portugal: a perseguição, a tortura e a morte daqueles que fossem adeptos da causa francesa. Ao contrário dos outros autores, Soriano não falou de Napoleão Bonaparte, das invasões francesas e do modo como os ideais da Revolução de 1789 influenciaram o percurso político e histórico de Portugal até porque Soriano nem chegou a interpretar e a construir memória das invasões francesas. Logo não construiu qualquer “memória” sobre estas temáticas. Limitou-se a dar a conhecer as causas da Revolução Francesa em geral para posteriormente falar das duas temáticas que considerou mais relevantes na sua memória: a repressão policial para combater os ventos de França e a criação da Maçonaria em Portugal.

Francisco Duarte de Almeida Araújo, sendo um historiador que defendia uma política liberal, criara uma “memória”, também, liberal da Revolução Francesa, isto é, uma memória que era a favor do que este evento histórico havia criado e trazido para o Portugal Oitocentista. Contudo, Araújo não falou da Revolução propriamente dita. A memória que construiu encaminhou-se, essencialmente, para a acção de Napoleão Bonaparte e para as invasões francesas. Na perspectiva do autor o principal objectivo de Bonaparte era “*regenerar esta nação, dar-lhe o conhecimento das suas forças, e a energia, que em outro tempo animou os conquistadores das Indias, e os rivaes dos castelhanos; elle quer ser o protector de um povo opprimido, e collocar-o naquella*

²⁴³ In, *Ibidem*, p. 394.

²⁴⁴ In *Ibidem*, pp. 394 e 395.

ordem, que devem ocupar os senhores do Brazil, e do Tejo”²⁴⁵. De certo modo e na nossa óptica, Francisco Duarte apesar de ser um liberal, admirava Napoleão Bonaparte devido aos feitos heróicos e bélicos que alcançou pela Europa. Exemplo disso foi quando falou da posse do título imperial de Bonaparte em 1804, onde foi coroado com uma pompa proporcionada ao seu grande poder, de forma a renovar o exemplo de Carlos Magno²⁴⁶. Todavia, criticou e condenou abruptamente a primeira invasão francesa²⁴⁷ e, como tal, a construção da “memória” sobre o impacto dos resultados a longo prazo da Revolução Francesa tornou-se amargurada até porque a dado momento o autor lamentou os acontecimentos e por tudo o que Portugal passou: *“triste sorte a de Portugal”*²⁴⁸. O autor descreveu o trajecto das tropas francesas até chegarem ao território português; os sentimentos de receio, pânico, terror e angústia por parte dos portugueses e da família real ao saberem que iam ser invadidos pelos franceses; a entrada, as marchas e os percursos de Junot em Lisboa²⁴⁹. Ora vejamos o seguinte exemplo: *“ve-se arvorada no castello a bandeira de tres cores, e suprimidas as reaes quinas: ficaram conhecendo até os incrédulos, que a nação portugueza tinha caido em poder das aguias”* e *“o povo portuguez não respondeo senão com um triste sussurro, assás demonstrativo da raiva, e indignação, que agitavam todos os espíritos, lendo naquella bandeira funesta a confirmação da desgraça publica e as novas calamidades, que esperavam a nação”*²⁵⁰.

Contrariamente a Luz Soriano, Almeida Araújo deu a sua opinião sobre a influência da Revolução de 1789 no percurso político e histórico de Portugal. Possuindo, então, uma ideologia que valorizava a liberdade, Araújo fez parecer na sua obra que os ventos revolucionários de França beneficiaram e mudaram o destino de Portugal à conta de muito sacrifício e de muitas vítimas: *“As idéas desta regeneração social já germinavam no paiz, quando em 1817 no dia 8 de outubro, o cadafalso erguido na praça do Campo de Sant’Anna, e as fogueiras devorando ahi as cabeças que o algoz tinha decepado em holocausto á dominação inglesa, fizera destes desgraçados, e do general Gomes Freire morto na torre, as primeiras victimas da liberdade portuguesa”* (...) *“O dia 24 d’agosto raiou para Portugal auspicioso e*

²⁴⁵ In, Araújo, Francisco Duarte de Almeida, *Historia de Portugal desde os tempos primitivos até à fundação da monarchia e d’esta epocha até hoje*, Adornada de gravuras, Lisboa, 1852-1853, p. 1209.

²⁴⁶ Vide, *Ibidem*, p. 1214.

²⁴⁷ O autor não entrou em grandes detalhes. Apenas optou por referir apenas as duas invasões francesas.

²⁴⁸ In, *Ibidem*, p. 1218.

²⁴⁹ Vide, *Ibidem*, pp. 1221 a 1226.

²⁵⁰ In, *Ibidem*, p. 1226.

*brilhante. Manoel Fernandes Thomaz, que podera evadir-se para o Porto com mais alguns patriotas, ali concertou com os commandantes de corpos, e outras pessoas, o plano da revolução, que devia anunciar aos portuguezes a aurora da civilisação*²⁵¹. Nesta vertente, a presença da memória e do espírito da Revolução Francesa conduziu à implantação da liberdade no Portugal do século XIX: *“todas as autoridades, a massa immensa do povo, proclamaram entusiasticamente a liberdade, e organizaram uma junta provisoria do governo supremo do reino, que publicou um manifesto, ou programma da revolução, que recordava aos portuguezes o antigo esplendor e gloria, fructos do governo representativo, e invocava a immediata convocação das cortes, e a organização de uma constituição, em que a soberania popular fosse a única e exclusiva fonte de toda a legitimidade e poder*²⁵².

A perspectiva ideológica de Francisco Duarte de Almeida Araújo conduziu, assim, a uma construção de uma “memória” amarga do impacto da Revolução em Portugal com a primeira invasão francesa, devido aos estragos que causou. Contudo, embora o autor tenha criado esta “memória” importa realçar que Araújo sendo liberal defendeu a Revolução Francesa e os seus ideais. Portanto, em Araújo teremos por um lado uma “memória positiva” e, por outro, uma “memória dolorosa”.

José Maria Latino Coelho deteve uma visão política-ideológica semelhante à dos seus colegas liberais, embora tenha optado por desenvolver outros aspectos. A “memória” de Coelho, sendo liberal, será um pouco diferente principalmente de Francisco Duarte de Almeida Araújo. José Maria Latino Coelho valorizou e louvou a força das revoluções em geral dizendo que são a *“protestação contra todas as aggressões, contra todas as profundas desigualdades sociaes, contra todos os grilhões, que trazem encadeiada a consciencia ou a liberdade*²⁵³. De acordo com o autor a Revolução Francesa de 1789 foi exactamente isso pois distinguiu-se *“de quantas lhe antecederam pela sua feição de completa universalidade. O que as outras haviam feito singularmente em favor de um principio ou de um interesse politico, social ou economico, a Revolução de 1789 o vem comprehender na sua harmonica união e totalidade*²⁵⁴. Podemos verificar que o autor possuía uma “memória” da Revolução Francesa muito positiva. Tudo o que a mesma originou foi digno de referência por parte

²⁵¹ In, *Ibidem*, p. 1246.

²⁵² In, *Ibidem*, p. 1246.

²⁵³ In, Coelho, José Maria Latino, *História Política e Militar de Portugal desde os fins do XVIII até 1814*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, (1874-1891), Vol. II, p. 108.

²⁵⁴ In, *Ibidem*, pp. 109 e 110.

de Coelho, desde a alteração da condição física e moral das sociedades até à tentativa de implantação dos ideais Iluministas e dos princípios legitimadores da Revolução Francesa²⁵⁵. É neste contexto que Latino Coelho desenvolveu as influências que a Revolução trouxera para o Portugal de Oitocentos. Os progressos da imprensa verificaram-se nesta altura na medida em que os jornais, como a *Gazeta de Lisboa*, noticiavam os avanços e os recuos da Revolução e traziam consigo ideias e teorias iluministas²⁵⁶. A população portuguesa oitocentista achava-se assim informada do que estava a ocorrer em França e no resto da Europa. Latino Coelho celebrou os progressos jornalísticos em Portugal, mas repreendeu, tal como Soriano, a Intendência Geral da Polícia, nomeadamente, Pina Manique pela censura dos livros estrangeiros considerados perigosos e pela perseguição a todos os indivíduos que se mostravam favoráveis aos ideais da Revolução Francesa²⁵⁷.

José Maria Latino Coelho construiu, assim, uma “memória” muito positiva sobre o impacto da Revolução Francesa em Portugal. Tal como José da Luz Soriano, Coelho não se pronunciou sobre o modo como a Revolução Francesa se espalhou por Portugal a partir de 1795. De acordo com a sua ideologia e tendências políticas, a visão do historiador permitiu a criação de uma memória glorificadora da Revolução de 1789 devido aos benefícios que trouxe para a mentalidade e para o pensamento da sociedade portuguesa oitocentista. Todavia e tal como Francisco Duarte de Almeida Araújo, Latino Coelho criara em certo sentido uma “memória” atormentada referente ao impedimento da sociedade portuguesa de Oitocentos deter a liberdade de ser partidária dos princípios da Revolução Francesa.

No que concerne a Carneiro de Moura verificou-se que ao possuir uma ideologia radical de esquerda, ou seja, uma ideologia em que defendia a liberdade e a força colectiva dos indivíduos na sociedade, valorizava o espírito da filosofia das Luzes e, consequentemente, os ideais que a Revolução Francesa carregava consigo. O historiador acabou por demonstrar uma “memória” valorativa da Revolução Francesa em si e as seguintes citações são elucidativas nesse sentido: *“echoou ao longe o estridor das barricadas, viu-se em toda a Europa o clarão incendiário que em Paris reduzia a cinzas as velhas e caducas instituições medievas. A revolução da burguezia excedeu as*

²⁵⁵ Para além de ter desenvolvido, tal como o seu colega Luz Soriano, a questão dos Estados Gerais e dos seus intervenientes e de outros indivíduos como o Duque de Orleães e Necker, Latino Coelho também teve memória da tomada da Bastilha.

²⁵⁶ Vide, *Ibidem*, pp. 159.

²⁵⁷ Vide, *Ibidem*, pp. 179 a 182.

reinvidicações de ordem que lhe competia defender” (...) “luctou contra o clero e foi além de todo o limite; proclamou a Deusa da Razão, symbolisada n’uma mulher das ruas”²⁵⁸.

Contudo, criou tal como os seus colegas, uma parte de uma “memória” negativa da influência deste acontecimento em Portugal por causa dos seus efeitos devastadores. A “memória” construída de Carneiro de Moura focou-se, essencialmente, em três aspectos. O primeiro estava relacionado, tal como destacaram os seus colegas, com o Intendente Pina Manique. Carneiro de Moura sendo adverso à repressão criticou-o afirmando que era *“a acção governativa em pessoa”* e justificou através de exemplos: *“os livros franceses”* como Rousseau, Voltaire e Montesquieu *“queimavam-se; só se podia ler a Mystica Cidade, a Monarquia Luzitana de Brito e o Flos Santorum”²⁵⁹.*

O segundo focou-se na memória depreciativa sobre a figura de Napoleão Bonaparte como *“o symbolo vivo da sociedade européa no século XIX. Bonaparte em nome da democracia fez-se imperador, em nome da soberania popular um tyrano, em nome da egualdade rodeou-se de duques e marechaes, de reis e de vassallos. Em nome da paz, da civilização e da democracia é que as nações fizeram do seculo XIX o seculo mais sangrento da historia, o seculo da tyrania do mais forte”* (...) *“E que, quando o povo fôr educado, não haverá mais logar para esses typos legendarios a que a ignorancia popular chama heroes, grandes generaes, e que não são mais que ridiculos vaidosos, medrados nas trevas da ignorância popular”²⁶⁰.*

O último aspecto relacionou-se com as invasões francesas. A “memória” mais importante e desenvolvida foi referente à primeira invasão²⁶¹ embora tenha referenciado as outras duas. Carneiro de Moura centrou-se na entrada de Junot, nas tropas e no seu percurso e o desespero da família real e da sociedade portuguesa face aos invasores²⁶². Devido às consequências negativas a longo prazo da Revolução Francesa de 1789 Moura até afirmou que *“a revolução franceza não precisava ser tão demagogicamente brutal, philosophicamente metaphisica, e tão ridiculamente romantica, para acabar*

²⁵⁸ In Moura, Carneiro de, *O século XIX em Portugal: historia politica, litteraria, economica, artistica e militar dos ultimos cem annos*, Lisboa, Palhares, 1901, pp. 47 e 48.

²⁵⁹ In, *Ibidem*, p. 26.

²⁶⁰ In, *Ibidem*, pp. 48 e 58.

²⁶¹ Vejamos a memória do autor sobre a entrada dos franceses em Portugal: *“Nada se lhe oppoz, nem a falta de viveres que os portuguezes escondiam, nem a caudal dos rios, nem o frio penetrante da estação. A tudo resistiu aquelle exercitio, dizimado pelas tempestades sombrias do inverno nas montanhas lusitanas, coberto de neve e de fome. Chegaram a Alcantara bem reduzidas as columnas francezas, esfarrapadas, sem munições, sem cavallos, sem disciplina. Até as armas tinham abandonado muitos dos soldados de Junot”* (in, p. 70).

²⁶² Vide, *Ibidem*, pp. 117 a 139.

com o absolutismo dos Cezares engendrados no século XVI, e para implantar o burguesismo individualista na forma dos Estados constitucionais. Os reis absolutos, ao terminar o século XVIII, caíam por si; a burguesia era bastante forte pela indústria, pela propriedade do solo e pelo pensamento da própria consciência, para se substituir ao direito divino dos reis, que já não tinham quem validamente os defendesse”²⁶³. Podemos assim afirmar que Carneiro de Moura não ficou indiferente ao que a Revolução e as suas consequências originaram no percurso político de Portugal. Após as invasões o autor recordou que a supremacia do país encontrava-se nas mãos dos ingleses e que essa situação de submissão, controlo e domínio fizeram com que as ideias emancipadoras penetrassem no espírito dos portugueses²⁶⁴. O ódio das massas populares vigorava e pairava no ar todo um espírito de conspiração.





Na óptica do historiador, o triunfo da Revolução de 1820 pertencia à burguesia que em nome da liberdade conseguiu conquistar o poder integrando-se, assim, no Estado. Todavia, Moura fez a ressalva que entre 1820 e 1830 acentuou-se o dualismo da liberdade e da tirania²⁶⁵. A vida política no Portugal Oitocentista foi marcada precisamente pelas diferentes posições ideológicas e, consequentemente, pela luta entre liberais e absolutistas. Carneiro de Moura, a partir da sua ideologia e da sua experiência de vida, construiu assim uma “memória” atroz e cruel da Revolução Francesa devido ao que a mesma acabou por originar em Portugal anos mais tarde. Ainda assim, importa realçar que Moura defendia e louvava os ideais que caracterizavam a Revolução até porque o próprio era um historiador radical de esquerda.

²⁶³ In, *Ibidem*, p. 84.

²⁶⁴ Vide, *Ibidem*, p. 157.

²⁶⁵ Vide, *Ibidem*, p. 162.

Quadro IV – Historiadores Liberais

Historiadores Liberais			
Luz Soriano	Almeida Araújo	Latino Coelho	Carneiro de Moura (radical de esquerda)
Memória de elogio e de glorificação da Revolução Francesa	Memória liberal - defensor e adepto dos ideais da Revolução Francesa	Memória valorativa e engrandecedora da Revolução Francesa	Memória nobre da Revolução Francesa e dos seus princípios
			
Memória amarga com os efeitos negativos da Revolução Francesa em Portugal: repressão policial	Memória "dolorosa" com a primeira invasão francesa	Memória repreensiva com as acções da Intendência Geral da Polícia - Pina Manique	Memória negativa: efeitos devastadores face ao combate do espírito francês em Portugal e com o domínio de Napoleão Bonaparte
<u>Memória positiva da Revolução Francesa em si/Memória negativa devido às consequências a longo prazo da Revolução com Pina Manique e com as três invasões francesas</u>			

Oliveira Martins sendo um historiador com uma visão conservadora e tradicionalista construiu uma “memória” historiográfica distinta e diferente dos outros autores. Martins era, claramente, contra a Revolução Francesa e tudo o que a mesma representava. Ao contrário dos autores liberais, Oliveira defendia conforme foi referido anteriormente o facto de Pina Manique combater as influências iluministas e revolucionárias francesas que chegavam a Portugal: “*os livros perigosos e incendiarios de Reynald, de Brissot, de Voltaire*”²⁶⁶. Como tal, as lojas maçónicas, os cafés, as tabernas e os *clubs* que defendiam os ideais iluministas e franceses eram considerados

²⁶⁶ In, Martins, Oliveira, *História de Portugal*, 2 vols., Lisboa, Guimarães & Ca, 1951, Vol. II, p. 229.

perigosos por parte do autor²⁶⁷. O próprio Oliveira Martins criticou os portugueses “*que pré-gavam a abominação jacobina*”²⁶⁸ pois para si “*o medo dos jacobinos era o unico sentimento forte dos ultimos annos do seculo passado, e do principio d’este*”²⁶⁹. A “memória” do autor sobre o impacto da Revolução Francesa foi piorando à medida que Portugal era abalado pelas sequelas deste acontecimento. Tome-se como principais exemplos a participação de Portugal na Campanha do Roussilhão e as invasões francesas. Tal como os outros, a temática das invasões francesas foi privilegiada. Oliveira Martins criou uma “memória” negativa da primeira invasão quando referenciou apenas a entrada de Junot em Lisboa²⁷⁰. O autor não conferiu de todo importância à segunda invasão, mas sim à terceira: “*a ultima invasão, a de Massena, em 1810, excedera, porém, as duas anteriores em ferocidade; o caminho do exercito francez, atravez da Beira, era um fundo sulco de ruinas alagadas em sangue. Houve gente esquartejada a machado; houve requintes de barbarie selvagem*”²⁷¹. Por outro lado, a memória de ódio aos ingleses, designadamente ao general Beresford, por ter ficado a governar Portugal na sequência da saída da família real para o Brasil não ficou esquecida: “*E’um cannalha insupportavel*” (...) “*que tem saqueado o paiz do modo mais terrivel*”²⁷².

Oliveira Martins, enquanto historiador conservador, também considerou que efectivamente o legado da Revolução Francesa de 1789 deixou marcas no Portugal do século XIX, principalmente, com a Revolução de 1820 mas de uma perspectiva completamente diferente de Caneiro de Moura. Para Oliveira Martins “*os revolucionarios de 1820, imbuidos das chimeras jacobinas que a invasão franceza propagára em Portugal, foram nobres; mas – triste força é confessal-o – foram um tanto ridiculos*”²⁷³. E porquê? “*Cegava-os a idolatria da liberdade, ao mesmo tempo que os accendia o desejo de serem um novo Pombal, uma segunda Convenção*”²⁷⁴. Foi claro que para Oliveira Martins a Revolução Liberal de 1820 foi um autêntico absurdo uma vez que Portugal viu-se após este acontecimento mergulhado numa “*lenta decomposição*”²⁷⁵.

²⁶⁷ Vide, *Ibidem*, p. 229.

²⁶⁸ In, *Ibidem*, p. 229.

²⁶⁹ In, *Ibidem*, p. 228.

²⁷⁰ Vide, *Ibidem*, p. 237.

²⁷¹ In, *Ibidem*, p. 240.

²⁷² In, *Ibidem*, p. 240.

²⁷³ In, *Ibidem*, p. 245.

²⁷⁴ In, *Ibidem*, p. 245.

²⁷⁵ In, *Ibidem*, p. 249.

A memória que Oliveira Martins havia criado sobre o impacto da Revolução em Portugal foi, portanto, deplorável e péssima. A sua perspectiva ideológica conservadora ajudou na criação de uma “memória” muito crítica da Revolução Francesa, tanto que Oliveira Martins não conseguiu mencionar ou encontrar nenhum aspecto benéfico da Revolução Francesa de 1789.

Manuel Pinheiro Chagas formou, a partir também das suas tendências políticas conservadoras, uma “memória” análoga à de Oliveira Martins. Todavia, Pinheiro Chagas enveredou por outras temáticas. O desenvolvimento dos acontecimentos pré-revolucionários e revolucionários franceses mereceu destaque na obra de Chagas. A referência a Necker que restabeleceu a ordem das finanças em França; a demissão de Calonne; o fracasso da Assembleia dos Notáveis e a convocação dos Estados Gerais e a tomada da Bastilha ocuparam um lugar na “memória” do historiador²⁷⁶. Mas outros acontecimentos foram seleccionados pela memória como por exemplo o 5 de Outubro de 1789 quando as mulheres rodearam o Palácio de Versalhes “*sem comtudo se entregar a manifestações puramente politicas, limitando-se apenas a pedir pão, porque afinal fôra a fome que puzera em movimento aquella turba*”²⁷⁷; a fuga da família real francesa de Varennes, onde rei, rainha e filhos fugiram numa noite disfarçados e dirigiram-se para a fronteira para se colocarem no meio de umas tropas fieis e assim eximiam-se à pressão que existia e era exercitada pelo povo de Paris e pela guarda nacional²⁷⁸, entre outros.

Neste contexto, Pinheiro Chagas afirmou que “*não contamos a historia da revolução franceza, mostramos apenas qual o encadeamento dos factos, que deram origem á morte de Luiz XVI, que vieram a lançar Portugal na lucta européa. Desenhemos apenas a traços largos o quadro d’essa revolução, que iniciou a época moderna, que tamanha influencia exerceu sobre o progresso da humanidade*”²⁷⁹. Foi a partir deste momento que o autor falou do impacto propriamente dito da Revolução Francesa no Portugal de Oitocentos. Para isso, Pinheiro Chagas referiu, tal como Oliveira Martins, a actuação de Pina Manique mas de uma outra perspectiva. Embora fosse contra as influências iluministas e contra o espírito revolucionário francês que contaminavam a sociedade portuguesa, o autor criticou o Intendente Geral da Polícia:

²⁷⁶ Vide, Chagas, Pinheiro, *História de Portugal desde os tempos mais remotos até à actualidade*, 8 Vols. Lisboa, Typ. Franco Portugueza, 1867-1874, Vol. VIII, pp. 67 a 73.

²⁷⁷ In, *Ibidem*, p. 76.

²⁷⁸ Vide, *Ibidem*, p. 81.

²⁷⁹ In, *Ibidem*, p. 89.

*“quando homens insignificantes eram assim perseguidos, só pelo simples facto de repetirem pela toada os nomes de revolução e da liberdade, imagine-se o que succederia aos homens inteligentes, que Manique bem suspeitava que deviam ser partidarios das idéas novas, e que pela elevação do seu espirito não podiam deixar de ser indigitados ás iras de um governo que via na livre expansão do pensamento humano um perigo e um crime”*²⁸⁰. A campanha da Roussilhão²⁸¹ foi, igualmente, outro foco memorialístico do historiador. Portugal lançou-se na luta europeia originando *“tristissimos resultados”*²⁸² tanto que Chagas acabou por concordar com Luz Soriano: *“tem d’esta vez razão o sr. Soriano; a guerra, em que nos íamos lançar, foi um erro funestissimo, aggravado pelas circumstancias da negociação, que a prendeu. Mas assim como não poupa censuras ao governo de D. Maria I, não devia negar-lhe tambem os louvores, que merecia”*²⁸³.

Por último Pinheiro Chagas centrou-se nas consequências prejudiciais do Bloqueio Continental decretado por Napoleão Bonaparte e do Tratado de Fontainebleau²⁸⁴ - as invasões francesas. Ao contrário de Oliveira Martins, Chagas centrou a sua atenção na primeira e na segunda invasão, sem dar grande primazia à última. A descrição do percurso das tropas, do pânico e do terror que causaram ficaram bem presentes na “memória” do autor²⁸⁵. Por outro lado, Chagas não chegou a pronunciar-se ou a fazer qualquer referência ao futuro político de Portugal. Limitou-se a afirmar que a partir de 1817 todas as revoluções foram *“movimentos precursores da grande explosão liberal”*²⁸⁶. A memória do impacto que a Revolução Francesa teve em Portugal no século XIX edificou-se com base numa selecção dos principais e dos mais importantes eventos históricos e políticos. A partir desta escolha, o autor seleccionou

²⁸⁰ In, *Ibidem*, p. 104.

²⁸¹ Vejamos a opinião de Chagas sobre a Campanha do Roussilhão e dos seus efeitos: *“Esta campanha do Roussillon foi por todos os modos funesta; custou-nos muitas vidas, e muito dinheiro, foi collocar-nos em conflicto com a republica franceza, e nem ao menos nos valeu a alliança cordial do pérfido governo de Madrid. Tratados por elle com uma desconsideração notavel, e com uma deslealdade incrivel, não só nos abandonou seis annos depois, mas até o vimos voltar contra nós as suas armas, alliando-se com a França, invadindo o nosso territorio, e conquistando-nos Olivença, que nunca mais nos quiz restituir! É o maior exemplo de imprudencia politica de que ha noticia na historia contemporanea”*. (in, pp. 146 e 147).

²⁸² In, *Ibidem*, p. 118.

²⁸³ In, *Ibidem*, p. 119.


²⁸⁴ O Tratado de Fontainebleau foi um tratado realizado a 27 de Outubro de 1807 entre o Ministro Espanhol Manuel de Goy e Napoleão Bonaparte. A divisão de Portugal foi feita de acordo com as conquistas alcançadas e de acordo com as dependências externas do território português.

²⁸⁵ Vide, Chagas, *op.cit.*, pp. 206 a 290.

²⁸⁶ In, *Ibidem*, pp. 334 e 335.

uma memória conservadora, negativa e moralista da Revolução em si e do que a mesma acabou por originar na Europa, designadamente, em Portugal.

Quadro V – Historiadores Conservadores

Historiadores Conservadores	
Oliveira Martins	Pinheiro Chagas
Memória tradicionalista da Revolução Francesa e da respectiva tríade: <i>Liberdade, Igualdade e Fraternidade</i>	Memória negativa e moralista da Revolução Francesa e dos seus ideais
	
<u>Memória de crítica da Revolução Francesa e do seu impacto no Portugal Oitocentista</u>	

José de Arriaga e Sampaio Bruno, a partir da sua perspectiva republicana e tendo em conta o distanciamento temporal em relação aos outros autores portugueses oitocentistas, tiveram uma “memória” da influência da Revolução Francesa em Portugal completamente diferente das anteriores. Na perspectiva de Arriaga a “*revolução franceza precipitou a Portugal no abysmo de que o tinha tirado o marquez de Pombal*” uma vez que “*começaram as perseguições politicas a inquietar os homens de ideias avançadas*”²⁸⁷. Arriaga criticou assim os que combateram a Revolução e os seus ideais.

²⁸⁷ In, Arriaga, José de, *Historia da Revolução Portuguesa de 1820: illustrada com os retratos dos patriotas mais illustres d'aquella epocha e ampliada com magnificos quadros representando os factos históricos mais notáveis decriptos na obra compostos e desenhados pelos distintos artistas nacionaes*, Porto, Livraria Portuense Lopes & Ca, 1886, p. 473.

A citação apresentada demonstrou essa realidade: em certo sentido, a censura, a repressão, as perseguições e o controlo de uma nova mentalidade e pensamento fruto da filosofia das Luzes e do espírito da Revolução Francesa provocaram um atraso no desenvolvimento intelectual da sociedade portuguesa oitocentista. Como tal, existiu uma “memória” crítica à figura de Pina Manique: “*os subditos francezes eram maltratados e perseguidos pelo intendente geral da policia, Pina Manique! Foi uma verdadeira explosão de furor contra*” (...) “*os jacobinos e os franceses*”²⁸⁸. Todavia, ao fazer esta crítica, Arriaga destacou o fomento que estes acontecimentos originaram na imprensa portuguesa²⁸⁹ e no aparecimento da Maçonaria em Portugal²⁹⁰.

Um aspecto negativo que a Revolução originou anos mais tarde em Portugal foi “*invasão das hordes selvagens que a França nos enviou por diferentes vezes, as quaes levaram tudo a ferro e fogo e assolaram as nossas cidades e até aldeias*”²⁹¹. Esta é, a nosso ver, a grande “memória” de Arriaga tanto que um dos capítulos da sua obra foi dedicado à explicação de como Portugal entrou na Guerra contra a França; aos desejos e ambições de Napoleão Bonaparte querer invadir Portugal e às três grandes invasões francesas. Arriaga será o único autor dos referidos que falou, abordou e desenvolveu a temática das três invasões em Portugal nas suas géneses e nas suas especificidades²⁹².

A partir da leitura da obra de José de Arriaga pudemos ainda verificar que o autor teve, sem dúvida, algo a dizer sobre a influência dos ideais democráticos da Revolução Francesa de 1789 na construção do percurso político em Portugal após as invasões francesas. Prova disso foi o facto de nos três capítulos do livro IV Arriaga ter desenvolvido os antecedentes da Revolução e a própria Revolução Liberal em si. José de Arriaga em momento algum destacou que fora a Revolução de 1789 a grande causa da Revolução Liberal de 1820. Todavia, conseguiu-se perceber nas “entre linhas” que o espírito e a memória das consequências negativas da Revolução Francesa, designadamente, das invasões francesas estiveram presentes no momento em que se fez a Revolução Liberal. Arriaga afirmou que este acontecimento foi “*um dos maiores e mais honrosos acontecimentos da nossa historia*”²⁹³, ultrapassando o 1 de Dezembro de 1640 – o dia da Independência de Portugal – na medida em que “*não sómente libertou o reino do jugo estrangeiro, mas restituiu-nos o prestígio perdido e iniciou o periodo de*

²⁸⁸ In, *Ibidem*, pp. 499 e 500.

²⁸⁹ Vide, *Ibidem*, pp. 474 a 475.

²⁹⁰ Vide, *Ibidem*, pp. 540 a 544.

²⁹¹ In, *Ibidem*, p. 473.

²⁹² As temáticas das três invasões ocuparam o capítulo VI todo da obra do autor.

²⁹³ In, *Ibidem*, p. 634.

reformas sociaes mais brilhante e fecundo, que até hoje se conhece na historia do nosso paiz”²⁹⁴.

A “memória” que Arriaga escolheu, embora na sua génese seja adepto da ideologia republicana, não evidenciou qualquer aspecto nobre ou grandioso da Revolução Francesa, embora tenha referenciado o contributo do fomento dos jornais. Assim sendo, a “memória” não foi muito positiva e em certa medida foi um tanto contraditória pelas razões já aqui referidas.

Por último, o historiador Sampaio Bruno concentrou a sua atenção nas três invasões francesas. Esta foi pois a única semelhança com José de Arriaga. O relato das invasões ocupou o grosso do capítulo da obra. Ainda assim, percebeu-se pela escrita que o autor conferiu uma certa primazia à primeira invasão pela descrição que fez dos vários acontecimentos. Foi o caso de quando Junot ordenou a 18 de Dezembro o içar da bandeira: *“arreou-se a bandeira com as armas de Portugal, que fluctuava na mais alta torre; e em seu logar içou-se a tricolor de França, com a aguia imperial. Todos os amantes de sua patria sentirão a dôr e comprehenderão a revolta dos sentimentos que estremeceu áquelle espectáculo, em todos os portugueses”* (...) *“no intimo d’alma, sentiram-se os portuguezes magoados e offendidos. Um abafado murmúrio de descontentamento correu a multidão*”²⁹⁵. As duas outras invasões foram referenciadas mas de forma muito ténue. Todavia, o autor pegou na última invasão para fazer menção ao apoio que os ingleses deram aos portugueses.

Neste sentido, Sampaio Bruno construiu uma imagem amigável e memorável dos ingleses, ao contrário de Oliveira Martins: *“O desembarque dos inglezes foi para os portuguezes um signal e uma garantia da sua propria libertação e para os francezes um presagio da ruina proxima do seu poderio. Os habitantes do litoral vieram em bandos ao encontro dos inglezes para vêr os bemvidos, para saudal-os com alegria. O entusiasmo correu com a rapidez do raio ao longo das costas e penetrou no interior do paiz, chammejando em todas as direcções. As proclamações de Wellesley e Cotton fôram lidas com avidéz, animando os espíritos por toda a parte*”²⁹⁶. A “memória” de Sampaio Bruno incidiu, apenas, nestes duas temáticas. Por último, Sampaio Bruno apesar de defender uma ideologia republicana igual à de Arriaga não abordou a temática da Revolução Liberal em Portugal. Apenas a mencionou. Neste sentido, o autor não

²⁹⁴ In, *Ibidem*, p. 634.



²⁹⁵ In Sampaio, José Pereira de, *História de Portugal: desde a fundação da monarchia até à Revolução de 1820*, 5 vols, Porto, Escriorio da Emoreza Editora, 1893-1899, Vol. V p. 364.

²⁹⁶ In, *Ibidem*, pp. 383 e 384.

trabalhou qualquer memória sobre o facto da Revolução Francesa ter conduzido o rumo da História de Portugal para um caminho onde os valores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade foram estabelecidos.

A construção da sua “memória” revelou algumas analogias e diferenças: o autor não se focou na Revolução Francesa nem sequer a referiu na sua obra. Como tal, na sua perspectiva o que aconteceu adveio de um conjunto variado de factores, mas não da Revolução de 1789. Como tal, a memória do autor sobre o impacto da Revolução Francesa em Portugal é pouco clara e dispersa na medida em que Sampaio Bruno foi o único autor que não encarou a Revolução como a “causa” das consequências imediatas e a longo prazo, quer positivas quer negativas, no Portugal de Oitocentos.

Quadro VI – Historiadores Republicanos

Historiadores Republicanos		
José de Arriaga		Sampaio Bruno
Memória contraditória dos efeitos da Revolução Francesa em Portugal		Memória difusa e "cinzenta" do impacto da Revolução Francesa em Portugal
		
Censura, perseguição e opressão feita aos portugueses pela Intendência Geral da Polícia e invasões francesas	Desenvolvimento da imprensa e da Maçonaria no Portugal Oitocentista	Indiferença à Revolução Francesa enquanto acontecimento histórico e referência às invasões francesas e ao contributo "amigável" dos ingleses
<u>Memória confusa da Revolução Francesa e das suas consequências no Portugal dos séculos XVIII e XIX</u>		

Conclusão

“ *A temporalidade da revolução – a Revolução Francesa tinha introduzido um novo calendário – não é a dos relógios, mecânica e vazia, mas antes*” (...) “*a da «lembrança», a da revolução como acto redentor da memória dos vencidos*”²⁹⁷. A força do tempo e do próprio passado cruzam e convergem, de forma mútua, a história e a memória. A ligação entre estes conceitos revela a linearidade e a cumplicidade de tais concepções. A Revolução Francesa, enquanto marco na História da Humanidade, é um dos modelos mais representativos que demonstra a relação entre o tempo, a história e a memória. A Revolução pelo que defendia e pelo que lutava – *Liberdade, Igualdade e Fraternidade* – criou, através da memória e da perduração do tempo, impacto nas sociedades do século XVIII como nas seguintes. Contudo, originou igualmente uma mudança e uma transformação no pensamento dos indivíduos das diferentes épocas devido à influência do espírito Iluminista.

A emergência de uma nova intelectualidade rompeu com os cânones do medievalismo, dando lugar às novas tendências que definiram o Homem como um ser moderno. O desenvolvimento de locais para se debaterem assuntos relacionados com a vida política, económica e social e o fomento da imprensa permitiram toda uma “revolução” nas áreas das mentalidades e da cultura. Inevitavelmente influenciaram e determinaram o domínio político, económico e social. Os progressos nestes campos serviram de inspiração à Revolução Francesa e contribuíram para a sua propagação e, conseqüentemente, para o fortalecimento dos seus princípios. O suporte da escrita ajudou a sedimentar o espírito e a própria memória da Revolução Francesa devido ao facto dos jornais noticiarem os acontecimentos pré-revolucionários e revolucionários.

As conseqüências da Revolução Francesa projectaram uma nova visão e um novo futuro. Um futuro que viria a revelar-se bastante luminoso por um lado, mas negro por outro. Resplandecente no sentido em que a Revolução contribuiu para a mudança da mentalidade da sociedade do século XVIII. Os princípios e o legado da Revolução encontravam-se imbuídos e inculcados agora no espírito das pessoas. A luta pela permanência da *Liberdade, Igualdade e Fraternidade* era a razão pela qual os Homens tentavam manter estes ideais vivos. A implantação de sociedades secretas foi considerada e vista como uma conseqüência da Revolução Francesa. A Maçonaria,

²⁹⁷ In, Traverso, Enzo, *O Passado – Modos de usar*, Lisboa, Edições Unipop, 2012, pp. 55 e 56.

embora tenha sido criada em 1717, foi uma dessas associações que ajudou a consolidar a Revolução através da defesa dos mesmos ideais. Nesta altura, a ameaça e o medo pairava no ar principalmente por parte da Coroa e dos centros detentores de poder. O receio pela perda dos direitos e dos privilégios que desde sempre foram um bem concedido foram “postos à prova” com a Revolução Francesa. Em Portugal, o temor era iminente. Todos aqueles que fossem partidários e simpatizantes da Revolução eram perseguidos pela Intendência Geral da Polícia.

A Revolução, pelo impacto que criou, originou a longo prazo outras revoluções que carregavam consigo uma força e uma energia semelhantes à sua. Estas revoluções conduziram o Velho Continente a um novo rumo político e social e a uma nova história. Podemos até mesmo dizer que com as revoluções, incluindo a Francesa, criou-se uma nova Europa. Uma Europa que emergiu das cinzas. Mas também uma Europa marcada pelo poder e pela ambição. É neste contexto que falamos de um lado um pouco mais escuro que a Revolução Francesa originou com a subida de Napoleão Bonaparte ao poder. A governação do Imperador dos Franceses abalou profundamente os países europeus, incluindo Portugal. A recusa de Portugal em aderir ao Bloqueio Continental, promulgado por Bonaparte, para preservar os velhos laços de amizade com Inglaterra valeu-lhe três invasões francesas (1807, 1808/1809 e 1810/1811) que se revelaram destruidoras e mortíferas. Os danos permaneceram na memória. Todavia, o espírito de guerra e de combate estava bem presente nos portugueses. Muitos deles lutaram pela sua Pátria e pela expulsão dos franceses. Embora os ingleses tenham auxiliado Portugal no combate aos invasores, os portugueses desejavam alcançar dois objectivos: a saída do seu velho aliado, devido ao domínio que estava a impor num país que não era o seu, e o regresso da Família Real que tinha partido para o Brasil em 1807. Todo este enquadramento de guerra, marcado pela Revolução Francesa e pelos seus efeitos a longo prazo, criou nos portugueses toda uma energia revolucionária que anos mais tarde viria a culminar com a Revolução Liberal de 1820.

A par destes acontecimentos bélicos e desta conjuntura histórica e política acompanhava-se o fomento e os progressos no campo das Letras. A própria História, enquanto área do saber e do conhecimento, passou a ser merecedora de um outro tipo de atenção por parte dos filósofos, dos escritores e dos intelectuais. Enquanto ciência, a

História passou a ser compreendida como uma disciplina importante para a formação do Homem pois a História é e era “*a mestra da vida*”²⁹⁸.

A partir do século XVIII e inícios do século XIX a historiografia começou a dar sinais ténues de desenvolvimento, encontrando um novo lugar e uma nova função: a historiografia passou a ser encarada “*como um meio de combate contra o esquecimento, ou melhor, como uma nova ars memoriae exigida pela*” (...) “*crescente afirmação da racionalidade e da escrita*”²⁹⁹. A historiografia portuguesa oitocentista foi um desses exemplos. A valorização pelo passado e pela identidade da Nação foram as temáticas principais que os historiadores portugueses escolheram falar nas suas obras. Para as conseguirem abordar optaram por falar de um acontecimento histórico que teve impacto em Portugal tanto no século XVIII como no seguinte: a Revolução Francesa. Esta, ao ter criado tamanha influência na sociedade portuguesa oitocentista e por ter modificado o seu pensamento, não passou despercebida nos historiadores. Por outras palavras, o Portugal de Oitocentos só pode ser compreendido à luz da Revolução Francesa, uma vez que a ideia de carácter nacional definiu-se e construiu-se com a Revolução, devido aos seus efeitos.

A historiografia portuguesa de Oitocentos encarregou-se de deixar por escrito “*como rito de recordação*”³⁰⁰ a sua interpretação e compreensão sobre o modo como a Revolução Francesa e as suas consequências atingiram, abalaram e modificaram Portugal. A construção desta representação e, conseqüentemente, da memória histórica por parte do historiador sujeitou-se à influência da ideologia. A leitura e a análise que os autores fizeram e criaram sobre o impacto da Revolução Francesa em Portugal foram determinadas pela vida pessoal e estudantil, mas acima de tudo pelas tendências políticas. O pensamento ideológico condicionou a escrita e a própria mensagem de cada historiador uma vez que é complicado alcançar a imparcialidade quando se fala sobre um determinado assunto. Por conseguinte, as diversas interpretações historiográficas desenvolveram a pluralidade e o fabrico de lembranças, criando, em simultâneo, novas memórias. As várias perspectivas historiográficas e a construção de diferentes memórias da Revolução Francesa na historiografia portuguesa de Oitocentos possibilitaram assim o confronto das visões e das memórias que cada historiador criou e construiu no

²⁹⁸ In, Torgal, Luís Reis, Mendes, J. M. Amado, Catroga, Fernando e Barbosa, Henrique, *História da História em Portugal séculos XIX-XX*, 2 vols., S/I, Temas e Debates, 1998, Vol. I, p. 40.

²⁹⁹ In, Catroga, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001, p. 40.

³⁰⁰ In, *Ibidem*, p. 40.

momento da escrita da sua obra sobre o impacto e a influência da Revolução Francesa no Portugal de Oitocentos.

As reflexões tecidas pelos historiadores portugueses oitocentistas revelaram disparidades, mas também semelhanças. As diferentes linhas de interpretação historiográfica, tendo em conta factores de natureza ideológica, pessoal, social e cronológica contribuíram para a discussão e para o confronto de vários tipos de reflexão: a ideológica e a memorialística.

José Acúrsio das Neves, ao ser um historiador com uma ideologia absolutista, aplicou um “*modelo de interpretação histórica tradicionalista*”³⁰¹ na sua obra, procurando mostrar que a Revolução Francesa foi a principal causa da destruição das monarquias e da sociedade de Antigo Regime. A sua ideologia saudosista acabou por dar origem a uma visão altamente negativa da Revolução Francesa e, em simultâneo, à criação de uma “memória” condenadora deste acontecimento. Este historiador ao estudar o reino de Portugal durante e na sequência das invasões francesas encontrava péssimas consequências da cadeia de eventos iniciada em França. A implantação e o desenvolvimento da Maçonaria, a mudança da mentalidade e do pensamento da sociedade portuguesa, a primeira invasão francesa e a saída da família real para o Brasil foram os principais exemplos apontados pelo historiador. Mas este não foi um caso isolado. Ao estendermos a nossa análise a outros autores, verificámos que José Maria de Sousa Monteiro, possuindo traços ligeiramente diferentes na sua obra, chegava a reflexões algo semelhantes às de Acúrsio das Neves. Podemos assim afirmar que a problemática das invasões francesas no território português tornaram-se elementos centrais nos trabalhos historiográficos, produzindo representações ideológicas que nestes dois autores vemos claramente exemplificadas. José Acúrsio das Neves e Sousa Monteiro traduzem ambos, nas suas obras, visões e memórias parecidas, mantendo toda uma mensagem ideológica claramente e totalmente reprovadora da Revolução Francesa, quer os seus ideais, quer os seus efeitos.

A historiografia liberal permitiu, por sua vez, outro tipo de conclusão. Os historiadores liberais, Luz Soriano, Almeida Araújo, José Maria Latino Coelho e Carneiro de Moura, evidenciaram um enquadramento temático ligeiramente diferente. Embora defendessem a Revolução Francesa e o que a mesma representava, os autores procuraram demonstrar uma visão e uma “memória” apreensiva do impacto que a

³⁰¹ In, Torgal, Luís Reis, Mendes, *op.cit.*, p. 38.

Revolução Francesa teve em Portugal tanto no século XVIII como no XIX. A análise às obras historiográficas puderam evidenciar uma reflexão e uma interpretação bastante positiva da Revolução Francesa em geral, mas também uma perspectiva muito negativa do impacto que criou com as consequências a longo prazo no seu país. As obras dos autores mostraram, assim, que afinal e apesar de possuírem uma ideologia liberal a própria construção da “memória” da Revolução Francesa em Portugal não foi assim tão diferente como a dos autores absolutistas.

No quadro conservador, as invasões francesas foram a temática dominante nas obras de Oliveira Martins e de Manuel Pinheiro Chagas. A crítica e a mensagem de desvalorização e de condenação da Revolução Francesa foram, igualmente, intencionais de modo a que os leitores percebessem o seu posicionamento altamente conservador. As obras historiográficas de Martins e de Chagas revelaram, assim, ter visões e “memórias” similares à dos historiadores absolutistas, ainda que com a utilização de uma linguagem mais complexa e erudita.

José de Arriga, ao possuir a crença num futuro onde a liberdade deveria prevalecer, demonstrava aversão ao passado absolutista. Sendo a favor da Revolução e dos seus princípios, Arriaga com a sua ideologia republicana condenava os efeitos que este acontecimento acabou por desencadear anos mais tarde no seu país. Tal como Acúrsio das Neves, também Arriaga apontou várias referências quando falou da censura, da perseguição aos portugueses por Pina Manique e quando abordou, tal como os historiadores anteriores, a temática das invasões. Todavia, a sua obra historiográfica traduziu-se, na sua maioria, nos benefícios e na defesa da “*constituição de uma sociedade rejuvenescida e livre da opressão do passado*”³⁰², nos progressos e nas mudanças das mentalidades dos portugueses. A sua visão ideológica permitiu, deste modo, ajudar a construir toda uma “memória” paradoxal por ser por um lado positiva e negativa ao mesmo tempo.

A abordagem de Sampaio Bruno fez com que o ângulo historiográfico evidenciasse algumas tipologias diversas e contraditórias. Ao defender uma ideologia republicana seria de pensar que aprovaria a Revolução Francesa e os seus ideais. Mas curiosamente não fez qualquer referência e o facto de ter apenas mencionado a temáticas das invasões, demonstrou que o autor não se preocupou em mostrar a ligação

³⁰² In, Matos, Sérgio Campos e João, Maria Isabel (org.), *Historiografia e Memórias (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta, 2012, p. 146.

entre a Revolução Francesa e as invasões. Neste sentido e contrariamente aos outros historiadores, a construção da sua “memória” evidenciou ser muito confusa pelo facto de não mostrar, a partir da sua obra, uma ideia muito clara do que pensava exactamente da Revolução e dos seus efeitos.

Estas reflexões e perspectivas historiográficas contribuíram para um debate e para um confronto de visões político-ideológicas interessantes para que pudéssemos constatar quais as opiniões dos historiadores sobre o impacto da Revolução Francesa no Portugal Oitocentista. Os quadros políticos permitiram, então, a construção de memórias diversas da Revolução Francesa na historiografia portuguesa oitocentista. As suas reflexões ajudaram a proporcionar os debates ideológicos e fizeram com que houvesse também um confronto de reflexões memorialísticas. Estas, por sua vez, auxiliaram, ao mesmo tempo, na compreensão e no enquadramento das perspectivas historiográficas que foram influenciadas pela ideologia política de cada autor oitocentista.

A temporalidade e o distanciamento da Revolução Francesa tiveram, deste modo, uma influência significativa nos discursos dos historiadores. Os autores mais próximos dos acontecimentos aqui desenvolvidos tiveram uma percepção mais nítida e uma “memória” mais “real” destes factos históricos. Logo, as interpretações historiográficas e as “memórias” que construíram foram fortemente influenciadas por essa proximidade. O mesmo já não aconteceu com outros autores. Nalguns casos, o distanciamento da Revolução fez com que se criasse uma “imagem” ligeiramente diferente. Os autores do período Liberal, da afirmação do Republicanismo e da passagem da Monarquia para a República demonstraram que estando mais afastados cronologicamente, as reflexões memorialísticas seriam desiguais.

O contexto histórico e político e o enquadramento cultural influenciaram e determinaram, também, o discurso e o pensamento ideológicos dos historiadores relativamente ao impacto da Revolução Francesa em Portugal. Este contributo de perspectivas historiográficas revelou ser, assim, fulcral na compreensão, na construção e na modificação da memória da Revolução Francesa na historiografia portuguesa oitocentista. Como pudemos verificar, a memória da Revolução não foi igual ao longo dos anos na historiografia. Esta demonstrou ter diversas faces e, por vezes, demonstrou ser um tanto paradoxal. Em todo o caso e a nosso ver, a memória da Revolução Francesa não sofreu ao longo dos anos grandes modificações (na historiografia portuguesa oitocentista) na medida em que na maior parte dos casos todos os

historiadores criaram uma memória negativa do impacto propriamente dito da Revolução em Portugal devido essencialmente às invasões. Contudo, o mesmo não aconteceu em relação à Revolução em si e aos seus princípios.

As reflexões memorialísticas propuseram-se, assim, a assumir um papel relevante na compreensão e na escolha das diferentes posições políticas e, por conseguinte, nas diversas linhas de interpretação de cada autor. Todavia, o advento da modernidade ajudou a encaminhar similarmente as diversas visões, perspectivas historiográficas e as diferentes construções da memória da Revolução Francesa na historiografia portuguesa de Oitocentos. Isto porque foi no século XIX que o *“ritualismo memorial ganhou a sua mais pública expressão, podendo mesmo sustentar-se que aquele foi o século da memória”*³⁰³. À medida que o tempo e a história iam avançando, as novas ferramentas históricas como o rigor, o cuidado no relato dos acontecimentos, as novas leituras que iam surgindo fruto das novas correntes emergentes como o positivismo foram determinantes na profissão dos historiadores.

Contudo, nenhum dos autores conseguiu alcançar na totalidade a imparcialidade no momento da narração das suas obras. Por outras palavras, este é o aspecto comum entre os historiadores portugueses oitocentistas. Tanto os absolutistas, como os liberais, conservadores e republicanos revelaram uma certa parcialidade quando falavam sobre uma determinada questão. Ainda assim, toda a conjuntura de mudança ao nível das Letras e da própria cultura portuguesa, ao longo do tempo histórico analisado, actuaram e ajudaram a construir as visões e as perspectivas dos autores para o debate teórico, principalmente, aqueles que se inserem no período da Regeneração, do Republicanismo e na passagem do século XIX para o XX. Tal explica-se, novamente, pelo facto de estarem mais afastados cronologicamente e de, supostamente, deterem acesso a novas metodologias históricas, ao contrário, dos historiadores que viveram no século XVIII e início do XIX, como Acúrsio das Neves, Luz Soriano e José Maria de Sousa Monteiro.

Com visões ideológicas desiguais e com “memórias” contraditórias sobre a Revolução Francesa em si mas semelhantes referente ao impacto que a Revolução Francesa originou no Portugal dos séculos XVIII e XIX, a historiografia oitocentista revelou que, efectivamente, a compreensão sobre o Portugal de Oitocentos beneficia de uma leitura sobre a Revolução Francesa. O seu impacto fez com que a ideia de carácter nacional se fortalecesse e que viesse ao de cima no espírito revolucionário dos

³⁰³ In, Catroga, *op.cit*, p. 29.

portugueses. A Revolução Liberal de 1820 foi um reflexo desse sentimento nacionalista. Foi uma Revolução que se fez sob o espírito e sob a memória da Revolução Francesa, devido ao seu pensamento liberal. A Revolução de 1820 representou um marco na história política de Portugal e um novo início para o país. A consagração dos princípios liberais encaminhou Portugal para um futuro de mudanças. Nalguns historiadores portugueses oitocentistas, como pudemos verificar, a Revolução de 1820 passou despercebida. Todavia, houve autores que consideraram este acontecimento importante na História de Portugal e uma consequência da Revolução Francesa.

A Revolução Francesa enquanto mensagem política dirigida a todos os países e a todos os povos modificou para todo o sempre a Humanidade em diversos sentidos e vertentes. As suas consequências imediatas e a longo prazo permaneceram na memória histórica, política e social de cada um. O Portugal de Oitocentos foi afectado como verificámos pela historiografia portuguesa. Teve, portanto, nesse tempo um efeito persistente e durador pois as sociedades actuais orientam-se e evoluem ainda consoante os ideais liberais que a Revolução Francesa carregava consigo – *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes

1.1 Fontes Manuscritas: Arquivos

Biblioteca Nacional de Portugal

1.2 Fontes impressas: periódicos

Gazeta de Lisboa, 1787-1789

1.3 Fontes impressas: memórias, artigos, opúsculos

Araújo, Francisco Duarte de Almeida, *Historia de Portugal desde os tempos primitivos até à fundação da monarchia e d'esta epocha até hoje*, Adornada de gravuras, Lisboa, 1852.

Arriaga, José de, *Historia da Revolução Portuguesa de 1820: illustrada com os retratos dos patriotas mais illustres d'aquella epocha e ampliada com magnificos quadros representando os factos históricos mais notáveis decriptos na obra compostos e desenhados pelos distintos artistas nacionaes*, Porto, Livraria Portuense Lopes & Ca, 1886.

Beirão, Caetano, *D. Maria I (1777-1792) – Subsídios para a revisão da história do seu reinado*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1944.

Carvalho, José Liberato Freire de, *Memorias da vida de José Liberato Freire de Carvalho: ano de 1854*, Lisboa, Tip. José Baptista Morando, 1855.

Coelho, José Maria Latino, *História Política e Militar de Portugal desde os fins do XVIII até 1814*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, (1874-1891), Vol. II.

Chagas, Pinheiro, *História alegre de Portugal*, 4a ed., Lisboa, Empresa Literária Universal, 1880.

Chagas, Pinheiro, *Resumo da História de Portugal*, 3a. ed., Porto, Magalhães & Moniz, 1895.

Chagas, Pinheiro, *História de Portugal: popular e ilustrada*, 3ª Edição, 12 Vols., Lisboa, Empresa da História de Portugal, s/d, Vol. I, VII e VIII.

Chagas, Pinheiro, *História de Portugal desde os tempos mais remotos até à actualidade*, 8 Vols. Lisboa, Typ. Franco Portugueza, 1867-1874, Vol. VIII.

Galvão, Joaquim de Santo Agostinho Brito França, *A voz da natureza sobre a origem dos governos*, Lisboa, Impressão Regia, 1814.

Martins, Oliveira, *História de Portugal*, 2 Vols., Lisboa, Guimarães & Ca, 1882.

Monteiro, José Maria de Sousa, *História de Portugal desde o reinado da senhora D. Maria primeira até à convenção d'Evora-Monte: com um resumo historico dos acontecimentos mais notaveis que tem tido logar desde então até nossos dias*, Lisboa, Tipografia de António José da Rocha, 1838.

Moura, Carneiro de, *O século XIX em Portugal: historia politica, litteraria, economica, artistica e militar dos ultimos cem annos*, Lisboa, Palhares, 1901 (data da primeira publicação).

Neves, José Acúrsio das, *Manifesto da razão contra as usurpações francesas oferecido à Nação Portuguesa, aos soberanos e aos povos*, Lisboa, Off. de Simão Thadeo Ferreira, 1808.

Neves, José Acúrsio das, *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*, 2 vols., Lisboa, Oficina Thaddeo Ferreira, 1810-1811.

Neves, José Acúrsio das, *A salvação da Patria: proclamação aos portuguezes sobre a sua honra, e o seu dever nas actuaes circunstancias da Monarquia*, Lisboa, Off. Simão Thaddeo Ferreira, 1809.

Neves, José Acúrsio das, *A voz do patriotismo na restauração de Portugal e Hespanha*, Lisboa, Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1808.

Neves, José Acúrsio das, *Reflexões sobre a invasão dos francezes em Portugal*, Lisboa, Off. Simão Thaddeo Ferreira, 1809.

Nicholson, William; Sousa, António Alberto Marinho Duarte de; David, Alfredo, *The history of the wars occasioned by the French revolution. Including a sketch of the early history of France, and the circumstances which led to the revolution in that country; together with a complete history of the revolution in France, the war in Spain and Portugal, Russia, Prussia, &c. &c. with biographical sketches of all the public characters of Europe, London, published by Richard Evans... John Bourne... and sold by Sherwood*, 1816.

Impressão Régia (ed.), *Ensaio historico, politico e filosofico do estado de Portugal desde o mez de Novembro de 1807 até o mez de Junho de 1808*, Rio de Janeiro, na Impressão Regia, 1808.

Penalva, Ameal, João, *Dissertação a favor da Monarquia, onde se prova pela razão, autoridade, e experiencia ser este o melhor, e mais justo de todos os Governos*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1799.

Sampaio, Bruno, *História de Portugal: desde a fundação da monarchia até à Revolução de 1820*, 5 vols, Porto, Escritorio da Emoreza Editora, 1893-1899, Vol. V.

Silva, Luís Augusto Rebelo da, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Imp. Nacional, 1860.

Soriano, Luz, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal comprehendendo a história diplomática militar e política deste reino desde 1777 até 1834*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1890.

Soriano, Luz, *História do cerco do Porto: precedida de uma extensa noticia sobre as diferentes phazes politicas da monarchia desde os mais antigos tempos até ao anno de 1820*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1846.

Stockler, Francisco de Borja Garção e Sousa, António Alberto Marinho Duarte de, *Cartas ao autor da historia geral da invazão dos francezes em Portugal, e da restauração deste reino*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1813.

2. Bibliografia

Almeida, Teresa Caillaux de, *Memória das “Invasões Francesas” em Portugal (1807-1811)*, 1a ed., Lisboa, Ésquilo, 2010.

Alves, Hélio J. S., *Tempo para entender: história comparada da literatura portuguesa*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2006.

Alves, José Augusto dos Santos, *A revolução francesa e o seu eco em Portugal nos arquivos da Intendência Geral da Polícia em finais do século XVIII e princípios do século XIX*, Lisboa, Universidade Nova, 2004.

Alves, José Augusto dos Santos, *A opinião pública em Portugal nos finais do século XVIII e princípios do século XIX*, Lisboa, s/n, 1998 (Dissertação de Doutoramento em História das Ideias Políticas apresentada à Universidade Nova de Lisboa, texto policopiado).

Andress, David, *O terror: a guerra civil na Revolução Francesa*, Porto, Civilização, 2007.

Banond, Isabel, *História das Ideias Políticas*, Cascais, Príncípa Editora, 2014.

Borrêcho, Maria do Céu de Brito Vairinho, *D. Maria I: A formação de uma Rainha*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1993, (Tese de Mestrado em História Cultural e Política, texto policopiado).

Burke, Edmund, *Reflexões sobre a Revolução em França*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.

Campos, Fernando, *O pensamento contra-revolucionário em Portugal, (século XIX)*, Lisboa, José Fernandes Júnior, 1931.

Campos, Fernando, *Os nossos mestres ou breviário da contra-revolução: juízos e depoimentos sobre a Revolução Francesa, a Democracia, a Liberdade, o Parlamento, a República, a Religião, o Nacionalismo, a Tradição, a Monarquia, o Rei, a Família e a Organização Económica*, Lisboa, Portugália Editora, 1924.

Catroga, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001.

Catroga, Fernando, *Os passos do Homem, como restolho do Tempo: memória e fim do fim da história*, Coimbra, Almedina, 2009.

Chaves, Castelo Branco, *A emigração francesa em Portugal durante a Revolução*, Lisboa, Instituto Cultura e Língua Portuguesa, 1984.

Colóquio a Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil, Universidade do Porto (eds.), *A recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil: actas*, Porto, Universidade, 1992.

Colóquio *Portugal da revolução francesa ao liberalismo: actas*, Universidade do Minho. (eds.), Braga, Universidade do Minho, 1988.

Colóquio de História Militar, Portugal. (eds.), *Portugal e os abalos político-militares da revolução francesa no mundo: actas*, Lisboa, C.P.H.M, 2001.

Colóquio *La Revolution Française vue par les Portugais: actas*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

Congresso Guerra Peninsular, Portugal (eds.), *Guerra peninsular: novas interpretações actas*, 1a ed., Lisboa, Tribuna História, 2005.

Dias, Graça da Silva, *Os primórdios da maçonaria em Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980.

Doyle, William, *Origins of the French Revolution*, Oxford, Oxford University Press, 1999.

Doyle, William, *The Oxford History of the French Revolution*, Oxford, Oxford University Press, 2002.

Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo, *Contra-revolução, espírito público e opinião no Sul da Europa: Séculos XVIII e XIX*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, 2009.

Ferro, João Pedro, *A população portuguesa no final do antigo regime: 1750-1815*, 1a ed., Lisboa, Presença, 1995.

Ferro, João Pedro, *Influências germânicas em Portugal na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Universitária Editora, 1991.

Furet, François, *Pensar a revolução francesa*, Lisboa, Edições 70, 1988.

Lefebvre, Georges, *O Nascimento da Historiografia Moderna*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1981.

Marques, A. H. de Oliveira, *História da maçonaria em Portugal*, 1a ed., Lisboa, Presença, 1990.

Marques, A. H. de Oliveira, *Antologia da historiografia portuguesa*, Mem Martins, Europa-América, 1974.

Marques, A. H. de Oliveira, *Ensaaios de historiografia portuguesa*, Lisboa, Palas, 1988.

Mattoso, José, *A escrita da história*, 1a ed., Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 1986.

Mattoso, José (Dir.), *História de Portugal*, 9 Vols., s/l, Círculo de Leitores, 1993, Vol. 5.

Matos, Manuel Cadafaz, *Diário da Revolução Francesa*, Lisboa, Edições Távola Redonda, 1990.

Matos, Sérgio Campos e João, Maria Isabel (org.), *Historiografia e Memórias (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta, 2012.

Matos, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Colibri, 1998.

Matos, Sérgio Campos, *Historiografia e mito no Portugal oitocentista: a ideia de carácter nacional*, Cascais, Câmara Municipal, 1998.

Passos, Teresa Ferrer, *Sociedade e atitudes mentais em Portugal, 1777-1810*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986.

Pedreira, Jorge e Costa, Fernando Dores, *D. João VI: o Clemente*, s/l, Temas e Debates, 2009.

Pereira, Miriam Halpern, Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo Serra, João B., *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX: comunicações*, Lisboa, Sá da Costa, 1982.

Pina, Ana Maria Ferreira, *De Rousseau ao imaginário da revolução de 1820*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1988.

Ramos, Luís de Oliveira, *D. Maria I*, s/l, Temas e Debates, 2010.

Ramos, Rui, Sousa, Bernardo de Vasconcelos e Monteiro, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*, 8a ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, 2015.

Santos, Maria Helena Carvalho dos, *Portugal no século XVII [i.é XVIII] de D. João V à revolução francesa: comunicações*, Lisboa, Universitária, 1991.

Sardica, José Miguel, *A Europa Napoleónica e Portugal: messianismo revolucionário, política, guerra e opinião pública*, Parede, Tribuna da História, 2011.

Sardica, José Miguel, *Portugal contemporâneo: estudos e história*, Lisboa, Universidade Católica, 2013.

Sardica, José Miguel, *Terminar a Revolução - A política portuguesa de Napoleão a Salazar*, 1ª Edição, Lisboa, Temas e Debates, 2016.

Schama, Simon, *Cidadãos: uma crónica da Revolução Francesa*, 1a ed., Porto, Civilização, 2011.

Serrão, Joaquim Veríssimo, *História breve da historiografia portuguesa*, Lisboa, Verbo, 1962.

Silbert, Albert, *Do Portugal de antigo regime ao Portugal oitocentista*, 3a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1981.

Silbert, Albert, “Les invasions françaises et les origines du libéralisme au Portugal”, 1980.

Solé, Jacques, Delvaux, Pilar, *A revolução francesa em questão: novas perspectivas*, Mem Martins, Europa-América, 1989.

Sousa, Maria Leonor Machado de, *A Guerra Peninsular: perspectivas multidisciplinares actas*, Lisboa, Caleidoscópio Comissão Portuguesa de História Militar Centro de Estudos Anglo-Portugueses, 2008.

Terenas, Gabriela Gândara, *Entre a história e a ficção: as invasões francesas em narrativas portuguesas e britânicas*, 1a ed., Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2012.

Torgal, Luís Reis, Mendes, J. M. Amado, Catroga, Fernando e Barbosa, Henrique, *História da História em Portugal séculos XIX-XX*, 2 vols., S/l, Temas e Debates, 1998.

Torgal, Luís Reis, *História e Ideologia*, Coimbra, s/n, 1989.

Tulard, J. e Fayard, J-F, *História da Revolução Francesa*, Lisboa, Livros do Brasil, 1987.

Traverso, Enzo, *O Passado – Modos de usar*, Lisboa, Edições Unipop, 2012.

Veyne, Paul, *Como se escreve a História*, Lisboa, Edições 70, 1987.

Ventura, António, *Uma história da Maçonaria em Portugal, 1727-1986*, 1a ed., Lisboa, Círculo de Leitores, 2013.

Vicente, António Pedro, *Espanha e Portugal: do Antigo Regime ao Novo Regime: Similitudes e Alternativas no acesso ao Liberalismo*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990.

Vicente, António Pedro, *Aspectos da Sociedade Portuguesa nos finais do Século XVIII*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972

Vovelle, Michel, *A Revolução Francesa 1789-1799*, Lisboa, Edições 70, 2007.

2.1 Artigos

Araújo, Ana Cristina, “Revoltas e ideologias em conflito durante as invasões francesas”, in *Revista História das Ideias*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1985.

Azarian, Reza, “Historical Comparison Re-considered”, *Asian Social Science*, vol. Volume 7, n. Número 8, 2011, p. 35 a 48.

Castro, Zília Osório de, “Revolução Francesa: a memória da imprensa no primeiro centenário”.

Dantas, Simone, “História e Historiografia nos Séculos XIX e XXI: do cientificismo à história cultural”, *Universidade Federal de Goiás*.

Figueiredo, Fidelino de, “Historiografia Portuguesa do Século XX”, p. 333 a 349.

Gonçalves, Bruno e Bergara, Paola, “A Revolução Francesa e seus Reflexos nos Direitos Humanos”.

Kocka, Jurgen, “Para além da Comparação”, in *Revista History and Theory*, v. 42, nº 1, pp. 279-286.

Marques, João Francisco, “Algumas notas sobre as Invasões Francesas em Portugal na historiografia do século XIX”, in *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 2009, vol. 10, 2009, pp. 37-42.

Mata, Sérgio da (orgs.), “Tempo presente e usos do passado: qual é o lugar da epistemologia?”, Rio de Janeiro, FGV, 2012, pp. 162 a 169.

Matos, Sérgio Campos, “História, positivismo e função dos grandes homens no último quartel do séc. XIX”, in *Penélope*, nº 8, Lisboa, s/n, 1992.

Miranda, Florencia, “Géneros de texto e tipos de discurso na perspectiva do interaccionismo sociodiscursivo: que relações?”, in *Estudos Linguísticos*, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, 2008, pp. 81-100.

Nunes, João Paulo Avelãs e Neves, Maria Paula Martins, “A Imagem da Revolução Francesa em Portugal”, in *Penélope*, Publicação Quadrimestral, n. 6, 1991, p. 147 a 167.

Pintassilgo, Joaquim, “A Revolução Francesa na perspectiva de um Diplomata Português”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 10, 1988.

Piovesan, Ângela Maria Walesko, “A análise do discurso e questões sobre a linguagem”, in *Revista X*, Vol. 2, 2006.

Ramos, Luís de Oliveira, “A Revolução de 1820 e a Revolução Francesa”, in *Revista de História*, Centro de História da Universidade do Porto, Vol. V, Porto, 1984.

Ramos, Luís de Oliveira, “A Revolução Francesa assimilada e sofrida pelos portugueses (registos e comentários)”, in *Revista de História*, Vol. XI, Porto, 1991.

Ramos, Luís A. de Oliveira, “Da aquisição de livros proibidos nos fins do século XVIII”, 1974.

Ramos, Luís A. de Oliveira, *Franceses em Portugal nos fins do século XVIII: subsídios para um estudo*, S/l, s/n, 1968.

Ramos, Luís A. de Oliveira, “O Porto e as origens do liberalismo: subsídios e observações”, 1980.

Ramos, Luís de Oliveira, “Sampaio Bruno e os problemas do seu tempo”, in *O Tripeiro*, VII série, nº 12, Porto, 1992.

Ramos, Luís A. de Oliveira, *Para a história social e cultural: fins do século XVIII - princípios do século XIX*, Braga, s/n, 1977.

Ramos, Luís A. de Oliveira, “Raízes do liberalismo portuense: dados e observações”, 1979.

Ramos, Luís A. de Oliveira, Sob o signo das “Luzes,” Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.

Ramos, Luís de Oliveira, “Portugal e a Revolução Francesa (1777-1834) ”, in *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, Vol. VII, Porto, 1991.

Ribeiro, Maria Manuela Tavares, “A memória da Revolução Francesa nos movimentos revolucionários de 1848 em Portugal e no Brasil”, in *Revista História das Ideias*, Coimbra, s/n, 1989.

Silva, Kalina e Silva, Maciel, “Memória”, Edição Contexto, São Paulo, 2006.

2.2 Enciclopédias

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira Editorial Enciclopédia, Lisboa Rio de Janeiro, s/d.

Grande Enciclopédia Universal, Durclub S.A., Lisboa, s/d.

2.3 Dicionários

Coelho, Jacinto do Prado, *Dicionário de literatura*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1969.

Matos, Sérgio Campos (coord.), *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo* (disponível no site eletrónico da Biblioteca Nacional de Portugal e do Centro de História da Universidade de Lisboa).

Monteiro, Manuela (coord.), *Dicionário de Biografias*, Porto, Porto Editora, 2001.

Nóvoa, António, *Dicionário de Educadores Portugueses*, 1ª Edição, Porto, ASA, 2003.

Pereira, José Costa e Castro, Armando, *Dicionário enciclopédico da história de Portugal*, Lisboa, Alfa Selecções do Reader's Digest, 1990.

Serrão, Joel, *Dicionário de história de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963.

Silva, Innocência da, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomos XXIII, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1973.

Anexos

Cronologia

1776 – Revolução Americana.

1777 – 1816 – Reinado de D. Maria I, a *Piedosa*.

1779 - Fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa.

1783 – Reconhecimento da independência dos Estados Unidos da América.

1787 – Janeiro – A *Gazeta de Lisboa* noticia os acontecimentos pré-revolucionários franceses.

1787 – Fevereiro – Última reunião da Assembleia dos Notáveis.

1789 – Maio – Convocação dos Estados Gerais em França.

1789 – Maio – Formação da Assembleia Nacional Constituinte Francesa decorrente dos Estados Gerais.

1789 – 14 de Julho - Data oficial da Revolução Francesa com a tomada da Bastilha.

1789 – 27 de Agosto – Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

1789 – Setembro – A *Gazeta de Lisboa* deixou de relatar os acontecimentos revolucionários em França-

1789 – 5 de Outubro – Marcha das mulheres parisienses na luta pelo pão e contra a pobreza até Versailles.

1790 – 4 de Fevereiro –Discurso proferido por Luís XVI – Desamortização dos bens do Clero.

1790 – 14 de Julho – Abolição dos privilégios da Nobreza – Fim do regime e da opressão feudal.

1791 – 20 a 21 de Junho – Fuga de Varennes (fracassada) do rei Luís XVI, da rainha Maria Antonieta e dos seus filhos.

1792 – Prisão do rei Luís XVI e da rainha Maria Antonieta.

1793 – Execução do rei Luís XVI e da Rainha Maria Antonieta na guilhotina.

1793-1794 – Período do Terror.

1793 – 1794/95 – Campanha do Roussilhão.

1795 – Junho – Paz de Santo Ildefonso confirmado pelo Tratado da Basileia entre Espanha e França.

1799 – 8 de Novembro – Golpe de Brumário – Início do governo napoleónico na França.

1801 – 28 de Fevereiro – Declaração de guerra a Portugal pela Espanha.

1804 – Coroação de Napoleão Bonaparte com o título Imperial.

1806 – Decretado o Bloqueio Continental por Napoleão Bonaparte.

1807 – 27 de Outubro – Assinatura do Tratado de Fontainebleau.

1807 – 29 de Novembro – Partida/Transferência da família real para o Brasil.

1807 – Primeira Invasão Francesa/Napoleónica.

1807-1811 – Duração da Guerra Peninsular.

1808-1809 – Segunda Invasão Francesa/Napoleónica.

1808 – 30 de Agosto – Convenção de Sintra.

1810-1811 – Terceira e última Invasão Francesa/Napoleónica.

1814-1815 – Congresso de Viena.

1816 – Napoleão Bonaparte foi exilado em Santa Helena.

1816 – 1826 – Reinado de D. João VI, o *Clemente*.

1817 – Tentativa revolucionária falhada pelo General Gomes Freire de Andrade.

1818 – 22 de Janeiro – Fundação da associação secreta – O Sinédrio – por Manuel Fernandes Tomás.

1820 – 24 de Agosto - Revolução Liberal Portuguesa.